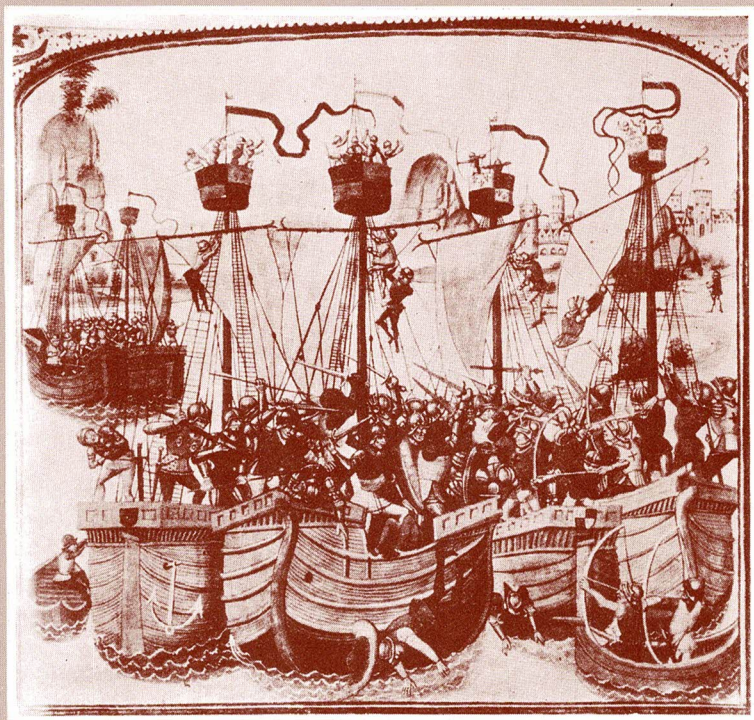


ACADEMIA DE MARINHA

CRISTÓVÃO COLOMBO

CORSARIO EM PORTUGAL

1469 - 1485



FERNANDO PEDROSA

FERNANDO PEDROSA

CRISTÓVÃO COLOMBO CORSÁRIO EM PORTUGAL

(1469-1485)



ACADEMIA DE MARINHA

LISBOA — 1989

Depósito legal n.º 28 128/89

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
I — INTRODUÇÃO	7
1. CRISTÓVÃO COLOMBO	7
2. NOTA PRÉVIA	8
3. OS CORSÁRIOS DE D. JOÃO II	9
II — A PIRATARIA E O CORSO	11
III — A ÉPOCA (1469-1485)	17
1. AS GRANDES DESCOBERTAS	17
2. D. JOÃO II	20
3. GUERRA MARÍTIMA DE 1475-1479	26
4. OUTRAS ACCÇÕES DE CORSO NA MESMA ÉPOCA	30
5. QUEM SÃO OS CORSÁRIOS DE D. JOÃO II?	33
6. CORSÁRIOS ESTRANGEIROS AO SERVIÇO DO REI DE PORTUGAL	36
IV — AS BIOGRAFIAS DE CRISTÓVÃO COLOMBO	39
1. A VERSÃO OFICIAL	42
2. A VERSÃO «GENUÍNA»	43
3. OS TESTEMUNHOS DE CRISTÓVÃO COLOMBO	44
4. AS BIOGRAFIAS DE FERNANDO COLOMBO E BARTOLOMEU DE LAS CASAS	48
5. OS CRONISTAS ANTIGOS	50
6. O CORSÁRIO CRISTÓVÃO COLOMBO	51
7. A GÉNESE DA VERSÃO OFICIAL	55
8. OS CORSÁRIOS COLOMBO, VELHO E JOVEM	59
9. CONCLUSÃO	61
V — OS DOCUMENTOS	65
VI — CONCLUSÃO	101

NOTA INTRODUTÓRIA

A História, tal como outras ciências, edifica-se sobre provas e, quando estas não existem, sobre teorias que valem enquanto explicam coerentemente os factos e os fenómenos.

Muitas vezes uma teoria persiste durante muito tempo com aceitação generalizada, estabelecendo-se até como tese dogmática, constituindo, por assim dizer, uma versão oficial. E ao fim desse tempo, quando é destronada por uma teoria nova que valoriza e sublima a verdade, tantas vezes oferece resistência na defesa de interesses e conveniências.

É natural que o presente trabalho cause alguma surpresa e suscite polémica entre historiadores e estudiosos. O rigor e a verdade porém devem ser colocados com firmeza acima de quaisquer preconceitos.

É bem sabido que Cristóvão Colombo, antes do seu grande feito, viveu em Portugal e nos seus territórios de além-mar e casou com uma fidalga portuguesa. Com cosmógrafos, cartógrafos, marinheiros e pilotos portugueses aprendeu a ciência náutica e a marinharia.

É sabido que nas viagens de regresso do Golfo da Guiné em navios portugueses, na volta do largo — pelos Açores e quantas vezes pelo Mar dos Sargaços, quase a roçar o continente americano — se familiarizou com os sinais evidentes da existência de terras a ocidente, que os portugueses conheciam nos seus esforços de descobrir mundo para além dos Açores; terras que sabiam não serem da China ou do Japão.

Foi pois em Portugal e com os Portugueses que Cristóvão Colombo adquiriu o saber e a experiência, que lhe permitiram aventurar-se em 1492 na proeza de navegar para oeste na esperança de por esta via alcançar o almejado Oriente.

Também é sabido da sua peculiar relação com o Rei D. João, o Príncipe Perfeito, que o tinha em elevada conta, mas que todavia não acreditava no projecto da sua espectacular empresa, mormente depois de Bartolomeu Dias ter descoberto a passagem para o Índico ao dobrar em 1488 o Cabo da Boa Esperança.

Colombo não terá sido só um hábil marinheiro e navegador. Ele teria de ser um capitão experimentado na náutica e no armamento de navios, com confiança na navegação oceânica, condição que é exigida pela iniciativa, organização e perseverança que demonstrou na sua expedição, com uma frota de três navios tripulados por marinheiros rudes e exigentes.

Como atingiu Cristóvão Colombo este notável estatuto de capitão experiente e beneficiou de mercês de D. João II? A resposta dá-nos o comandante Fernando Pedrosa na presente obra: Cristóvão Colombo foi corsário durante muitos anos ao serviço do Rei de Portugal!

A actividade de corso não era na época uma indignidade e o termo não tinha o ónus depreciativo que tem hoje. Ao contrário, era uma prática prestigiada e licitamente exercida, até por nobres, sendo os principais corsários portugueses fidalgos da Casa Real, ligados directamente ao Rei. Um século depois de Colombo, ainda houve ilustres almirantes da Marinha Real Britânica que foram célebres corsários do alto mar.

Os corsários tiveram um papel relevante nos Descobrimentos, facto que tem sido ignorado na historiografia portuguesa, talvez por se tratar de um tema aparentemente melindroso. A actividade de corsário durante tão longo período (1471-1485) deve ter conferido a Colombo uma experiência ímpar de capitão condutor de marinheiros e armador de navios, o que está em conformidade com a sua estatura de grande capitão do mar oceano.

A personagem lendária, mítica e misteriosa que foi Cristóvão Colombo, por ter praticado o corso não fica diminuída. Fica, sim, melhor compreendida. E mais evidenciado fica o contributo de Portugal no descobrimento da América.

O comandante Fernando Pedrosa, investigador profundo e escrupuloso da História Marítima, apoiando a sua tese em documentos iniludíveis, lança assim uma luz, porventura indiscreta mas sem dúvida esclarecedora, da personalidade do célebre navegador.

O rigor histórico e a dignidade na investigação são princípios irrevogáveis que devem nortear os historiadores, e a presente obra, que a Academia de Marinha se orgulha de editar, é disso um admirável exemplo.

Lisboa, Maio de 1989

Rogério S. G. d'Oliveira

Presidente da Academia de Marinha

I

INTRODUÇÃO

1. CRISTÓVÃO COLOMBO

*«Item armadas por mar 81.300 dobras
A saber:*

...

*E Pedro João Cullão
quatro vezes 22 mil dobras*

...

»

(Despesas da Fazenda Real — de 1470 a 1473)

Uma simples frase («E Pedro João Cullão quatro vezes 22 mil dobras») já publicada em 1957 por Jorge Faro, mas que este autor não relacionou com a biografia colombina, basta para invalidar a versão oficial sobre a juventude de Cristóvão Colombo e a sua permanência em Portugal. É o que vamos demonstrar.

O descobridor da América pretendeu envolver em densas nuvens e mistérios indecifráveis algumas facetas da sua juventude, e o mesmo fizeram os seus prin-

cipais biógrafos: o filho Fernando e o amigo e confidente Bartolomeu de Las Casas.

Centenas de obras tentaram esclarecer as dúvidas com muitos autores, em polémica ardente e apaixonada, a lançarem propositadamente nuvens de fumo no fumo das nuvens.

Todavia, os documentos autênticos conhecidos só admitem uma interpretação: foi corsário desde 1469, nesse ano atacou a navegação portuguesa, entre 1470 e 1476 cumpriu missões corsárias ao serviço do rei de Portugal, em 1476 naufragou durante uma batalha ao largo do cabo de S. Vicente e estabeleceu-se cá até 1485; neste período comandou navios, nomeadamente nos mares da Guiné, completando um ciclo de 14 anos (1470 ou 1471-1485) ao serviço de D. João II.

2. NOTA PRÉVIA

Cristóvão Colombo é uma personagem lendária, mítica, sacralizada. Pretender trazer algo de novo, aparentemente desluzir a sua imagem, é uma empresa temerária que impõe uma nota prévia:

- a) Segundo os conceitos morais do séc. XV o curso era uma faina honrosa e prestigiada. Se foi corsário, Cristóvão Colombo gostaria de ser evocado nessa qualidade. Aliás, quando em meados do século passado muitos iniciaram uma campanha tendente à sua canonização, ainda todos lhe atribuíam feitos navais pouco ortodoxos. Também os portugueses dessa época não foram «colombos» (pombos) num mar de falcões — foram falcões, isto é, «homens do seu tempo».
- b) Negar a verdade para comprazer os conceitos morais do séc. XX poderia ser aceitável se não lesasse terceiros, neste caso a influência exercida pelos portugueses no descobridor da América durante 16 anos (1469-1485), desde os 18 anos de idade até aos 34.
- c) Num tema tão polémico o autor não pode deixar de ser, aparentemente, irreverente e até acintoso e cáustico, refutando com ardor afirmações de historiadores já falecidos que lhe merecem todo o respeito e admiração. Agradece a benevolência do leitor.
- d) O estilo vai ser, propositadamente, conciso, claro, coloquial, repetitivo, redundante, fastidioso, com o intuito de relevar bem a tese que se pretende demonstrar.

3. OS CORSÁRIOS DE D. JOÃO II

«Que pena que os nossos investigadores tenham trocado o pássaro na mão dos anos portugueses de Colombo, pelos dois pássaros a voar da naturalidade que nunca ficará provada».

(J. Hermano Saraiva)

A biografia de Cristóvão Colombo passa, obrigatoriamente, por duas batalhas ao largo do cabo de S. Vicente (em 1476 e 1485) que, em termos estritamente jurídicos, são actos de pirataria. Sobre elas se pronunciaram, em centenas de obras, historiadores de todo o mundo. Mas a historiografia portuguesa, púdica, passiva e permissiva, evitou um tema de tal melindre, ignorando, assim, factos fundamentais da segunda metade do séc. XV, época áurea da Expansão Marítima:

- a) A guerra no mar é conduzida pelos corsários. Muitas das suas intervenções são actos de pirataria, mas nunca são punidos ou sequer admoestados, porque nesta época de feroz luta pelo domínio dos mares os corsários são «os homens do rei».
- b) Os principais corsários portugueses são fidalgos da casa real, ligados directamente ao rei, o que contrasta com a situação dos seus homólogos estrangeiros que são, em grande parte, membros das principais famílias de proprietários de navios mercantes (como na Biscaia, na Bretanha e, de um modo geral, em todo o Mediterrâneo) ou piratas profissionais (como em França e em Génova).
- c) Além de incentivarem os seus corsários, os reis de Portugal contrataram também alguns dos mais famosos corsários estrangeiros: Colombo Velho, dito o «terror dos mares», começou a actuar em 1469, nesse ano atacou a navegação portuguesa, e ainda nesse ano ou no seguinte (1470) foi contratado por D. Afonso V; João Bretão, dito o «rei do mar», atingiu o seu apogeu em 1484, ano em que pilhou a cidade de Bristol e atacou a navegação portuguesa, e nesse mesmo ano foi contratado por D. João II.
- d) Cristóvão Colombo foi um dos corsários estrangeiros contratados pelo rei de Portugal.

II

A PIRATARIA E O CORSO

Enraizada nos costumes e na vida quotidiana do mar, a pirataria era exercitada por qualquer pacífico mareante quando a oportunidade surgia. O corsário tinha o seu estatuto legalizado por uma carta de corso ou de marca mas, perante a imunidade assegurada pela vastidão dos oceanos e a bonomia das instâncias judiciais, pilhava indiscriminadamente os incautos se antevisse lucro fácil e compensador. Atendendo à indefinição política da maior parte dos estados, muitos deles fragmentados por vassalagens nem sempre bem caracterizadas, às frequentes disputas entre todos eles, a cláusula de nações em guerra dava origem a interpretações muito elásticas a respeito dos navios, nacionalidade, natureza da carga, seus destinatários, etc. Para a sua apreensão todos os sofismas serviam, pró ou contra (1). Esta lei da selva, como lhe chamou F. Braudel, motivou um ciclo vicioso de represálias. O direito de represália, que permite ao agredido ressarcir-se em qualquer navio da nacionalidade do agressor, terá origem nas leis e costumes dos germanos que estendem a responsabilidade do crime a todos os indivíduos da circunscrição territorial do criminoso. Ao direito de represália conferido por um soberano opõe-se o soberano do lesado com uma «contra-marca» que o autoriza a recuperar os seus bens. Estão assim legalizadas as hostilidades entre mareantes de duas nações amigas, cada um dos quais persuadido de que o direito lhe assiste.

(1) João Vidago, *Anda mouro na costa*, in *Stvdia*, n.º 45, 1981.

No Mediterrâneo, Génova ocupa um lugar de realce: «...nenhuma cidade cristã do Mediterrâneo foi tão famosa pelos seus piratas ...a pirataria foi então, para tantos pescadores e marinheiros das Ribeiras, para tantos jovens, uma irresistível tentação, uma verdadeira carreira ...a guerra de corso é uma indústria ...mesmo os navios mercantes estão preparados para o corso ...cada contrato prevê a parte das presas ...a década de 1460-70 foi ...a época dos grandes piratas ...Batista Aicardi, chamado Scarinchio, era senhor dos corsários genoveses e dispunha de forças extraordinárias. Todas as nações se queixavam ao doge de Génova ...O doge-arcebispo Paolo Fregoso era capitão, corsário e almirante...» (2).

Para o Atlântico, servem de exemplo a Bretanha e a Biscaia.

«...No começo era o pirata ...Como em todos os povos costeiros, a tradição é antiga na Bretanha. Durante toda a Idade Média os navios bretões pilhavam os estrangeiros, que não se privavam de fazer o mesmo: não há ainda legislação marítima ...fazer comércio ou pirataria é um pouco a mesma coisa...» (3).

Na Biscaia, «...el tipo más común que protagoniza los ataques en mar no es exclusivamente un pirata, sino un marino experimentado y arriesgado que como transportista se lanza al mar, obteniendo de este transporte y de los beneficios que le producen las cargas de mercancías consignadas a su propio nombre, su medio de vida. Y que también, quando considera que cuenta con ciertas facilidades para el abordaje, emprende el mismo. Estamos en condiciones de comprobar que de estas características participan en mayor o menor grado una gran parte de las familias de propietarios de embarcaciones de las provincias norteñas: Arbolancha, Arteaga, Iñiguez de Bermeo, Pedro de Bilbao, Larrea, Ochoa de Iribe, Díaz de Irarrazábal, Alós de Amibilia, Sasiola, Artieta, Escalante, Hoyo ...creyendo que no sería muy diferente en los otros países de la ruta...» (4).

Em Portugal, os «corsários do rei» já na primeira dinastia actuavam no Estreito, no norte de África e no Mediterrâneo. Em contrapartida, o litoral esteve

(2) Jacques Heers, *Gênes au XV siècle*, Paris, 1971, pp. 34, 223, 225, e Christophe Colomb, Paris, 1981, pp. 64 e segs.

(3) Irene Frain, *Quand les bretons peuplaient les mers*, Paris, 2.^a ed., 1988, pp. 47, 49, 168. Diz Henri Touchard, *Le commerce maritime breton a la fin du moyen age*, Paris, 1967, p. 187: «Com efeito, todos os marinheiros e todos os mercadores, à revelia dos seus soberanos, praticam uma pirataria descarada que nenhuma medida governamental pode restringir. Ingleses, normandos, espanhóis, bretões, pilham-se indistintamente».

(4) Betsabé Caunedo del Potro, *Mercaderes castellanos en el Golfo de Vizcaya (1475-1492)*, Madrid, 1983, pp. 196, 197.

amiúde «coalhado» de piratas e corsários de vários quadrantes, com destaque para os norte-africanos, visitas sem cerimónia: «anda mouro na costa» é uma locução que até meados do séc. XIX angustiou mareantes, pescadores e povoações litorâneas (5).

A repartição das presas obedecia a regras bem definidas: se o navio fosse armado por particulares ou pelas câmaras, seria um quinto para o rei e quatro quintos para o armador e tripulação; se fosse do rei, a este caberia também a parte da «armação» (do armador). O contrato celebrado em 1317 com o genovês Manuel Pessanha e comunicado aos «vassalos, corsários e a todos os outros alcaides das galés, arrais e oficiais que a este ofício pertencem», atribui o quinto ao novo chefe da marinha militar. Em 1388 D. João I ajustou a repartição em moldes não muito diferentes dos estipulados num contrato de 1397 com os alcaides, marinheiros, arrais, petintais e galeotes de Setúbal e seu termo: além do soldo, cada um ficaria com o que apanhasse a bordo «sobre tilha», ou em terra inimiga, salvo vila ou castelo que seriam do rei, e prisioneiros cujo valor se dividiria em três partes, sendo uma para eles e duas para o rei; o que fosse encontrado a bordo «sob tilha» seria um terço para eles e dois para o rei, deduzindo primeiro a parte do almirante ou capitão, afora cascos e aparelhos que seriam do rei e prisioneiros que pudessem pagar de resgate 5 mil dobras; do terço da guarnição caberia a cada alcaide ou petintal tanto como a 4 galeotes, e a cada 2 besteiros, arrais ou marinheiros tanto como a 3 galeotes (6). Nas Cortes de 1439 o concelho de Viana da Foz do Lima solicitou licença para perseguir corsários franceses e bretões; os magistrados e juizes com jurisdição na terra deviam armar qualquer navio disponível com moradores da vila e da comarca em redor, e das presas que fizessem lhes desse o rei a sua parte (o quinto) para ajuda de alguma outra armação, o que foi deferido.

A pirataria, o corso e as subsequentes represálias afugentavam os mercadores estrangeiros. Alegou o concelho de Tavira nas Cortes de 1446 que o maior agravo causado ao comércio provinha de navios armados em Portugal que, em vez de irem contra os mouros, como deviam, andavam pela costa do Algarve e de Castela aguardando os bretões e os galegos, e chegavam a saquear os portos castelhanos. Nas Cortes de 1444 o almoxarife de Faro é acusado de ter na pira-

(5) Fernando Pedrosa, Piratas e corsários na costa portuguesa, in *Anais do Clube Militar Naval*, Jan-Mar 1984, e Cristóvão Colombo em Portugal (1469-1485), in *Anais do Clube Militar Naval*, Out-Dez 1987.

(6) J. Silva Marques, *Descobrimientos portugueses*, vol. I, p. 190, e supl. vol. I, p. 312.

taria um barinel que rapinou no cabo de S. Vicente uma embarcação galega carregada de sardinha, não havendo guerra com a Galiza (7).

Para atrair os mercadores o rei facultou cartas de segurança proibindo que fossem atacados pelos «corsários dos nossos reinos que de armada ou por qualquer guisa no mar andarem». Mas os corsários contornavam esta disposição legal, indo os portugueses aos mares castelhanos pilhar mercadores com cartas de segurança do monarca castelhano, e vindo cá os castelhanos fazer o mesmo. Tratados de paz, de 1423 e 1431, proibem, sem resultados, tais desmandos e as agressões mútuas (8). Um pretexto para os latrocínios consistia no direito de visita, pelo qual um corsário poderia confirmar se um navio amigo não trazia carga de nação inimiga: um navio do conde de Barcelos foi apresado (1440) perto de Barcelona por um cavaleiro da casa real de Aragão que obrigou a tripulação a declarar que a mercadoria pertencia a genoveses com quem Aragão se encontrava em guerra — na realidade a mercadoria era toda portuguesa (9).

Para refrear o belicismo ilícito dos mareantes foi imposto, desde o tratado de paz com Castela em 1431, que depositassem fiança antes da largada, para indemnizar eventuais danos causados a navios amigos.

Uma das razões justificativas da conquista de Ceuta (1415) foi a posse e a defesa do Estreito e a extinção de uma base de piratas. Depois a Ceuta cristã passou a ser uma base avançada da pirataria portuguesa que, entendida como guerra santa, raziava no norte de África, no Mediterrâneo, nas Canárias e nas costas saariana e da Guiné, por conta de nobres, cavaleiros, escudeiros, dos infantes D. Henrique e D. Pedro e da própria Coroa.

No «Leal conselheiro» (cap. XVII) D. Duarte diz que «a cobiça do alheio não é pecado se se tratar de guerra de infiéis». Um simples feito podia valer uma fortuna: antes de 1418 Vasques Ferreira partiu de Ceuta com uma galeota «à busca de sua ventura e regressou com uma rica e honrada presa»; dois cavaleiros mouros apanhados em 1422 renderam 3 milhões de libras sem contar o quinto que reverteu para o rei; Luis Gonçalves saqueou uma grande carraca e ficou para sempre rico. A principal fonte de cabedais dos capitães de Ceuta consistia no quinto real de todas as presas; as crónicas dos Meneses e os Anais de

(7) H. Gama Barros, *História da administração pública em Portugal*, 2.ª ed., vol. X, pp. 337, 339; H. Baquero Moreno, Cartas do infante D. Pedro aos conselheiros de Barcelona, in *Arquivo do Centro Cultural Português*, vol. IV, Paris, 1972, p. 22.

(8) J. Silva Marques, *ob. cit.*, supl. vol. I, pp. 128, 152, 346, 509, 518, 524, 533; Visconde de Santarém, *Quadro elementar...*, tomo III, p. 72; M. Fernandes Costa, *As navegações atlânticas no séc. XV*, 1979, p. 101.

(9) H. Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 19.

Arzila registam inúmeras acções de corso; o conde D. Pedro de Meneses tinha sempre navios a guerrear os infiéis e quase todas as semanas fazia boa presa.

D. Duarte isentou os infantes D. Henrique e D. Pedro do quinto das presas que os seus corsários fizessem. Diz Zurara que nas tentativas para alcançar o Bojador muitos se desviavam da missão: «uns iam sobre as costas de Granada, outros corriam para o mar do Levante, até que pilhavam grossas presas de infiéis com que se tornavam honradamente ao reino». Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor de Ceuta e um dos homens mais ricos do reinado de D. Afonso V, trazia sempre os seus navios na pirataria e no comércio. Em 1446 foram de Lagos 9 caravelas contra os mouros, entre as quais uma do bispo de Silves, D. Rodrigo, armada à sua custa (10).

Estes, e outros portugueses que navegavam sob bandeira estrangeira, poderiam também prear cristãos que transportassem para terra de mouros mercadorias defesas, o que servia de pretexto para excessos desmedidos. É elucidativo um binário súplica/bula de 29 MAI 1455. Em súplica ao Papa, João Pires, de Lisboa, patrão de um navio do duque de Borgonha, informa que, por conta do duque e sob seu regimento, se dedica há anos à guerra contra os turcos e outros «infiéis sequazes do danado Mafamede» e contra cristãos que transportassem armas, trigo e outras vitualhas para terra de infiéis; tendo dúvidas sobre a liceidade de tais apresamentos cujo produto faz reverter para si e para a sua companhia, pede sanção da autoridade apostólica com as indulgências, privilégios e graças concedidas aos cristãos que se batem contra os infiéis, e licença para trazer a bordo sacerdote que diga missa, ministre os sacramentos e tenha largos poderes de absolvição e indulgência. Tudo foi concedido, o que confere ao corso inequívoco estatuto de guerra santa, sendo boa presa toda a navegação muçulmana (africana e granadina) e parte da cristã (11). Este João Pires será talvez o Juan Peres, português ao serviço do duque de Borgonha, que foi aprisionado em 1453 por catalães nos mares de Barcelona sob a acusação de ser pirata. Na mesma época Afonso Dias, do Porto, ao serviço do mesmo duque, foi também atacado no Mediterrâneo por catalães (12).

(10) V. Magalhães Godinho, *Documentos sobre a expansão portuguesa*, vol. III, 1956.

(11) Edmundo Nunes, Guerra santa — «Santa pirataria», in *Brotéria*, 1970-1972.

(12) Luís Adão da Fonseca, *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental, los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, 1978, p. 105. III

III

A ÉPOCA (1469-1485)

1. AS GRANDES DESCOBERTAS

Estão amadurecidos todos os caminhos. Os próximos anos vão assistir à maior revolução da história da Humanidade: Cabo da Boa Esperança (Bartolomeu Dias-1487), América (Cristóvão Colombo-1492), Índia (Vasco da Gama-1498), Brasil (Álvares Cabral-1500), etc. Entretanto continua o avanço em África: Anafé (1469), Arzila, Tânger, S. Tomé, Príncipe, Fernão do Pó, Ano Bom (1471), S. Jorge da Mina (1481), Azamor (1486). É a época de ouro da Expansão Marítima: das grandes decisões, das grandes vitórias e das grandes derrotas na luta pelo domínio dos mares.

Os reis intervêm belicamente no mar por duas vias: em «armada» ou em «frota». Em «armada», através de acções singulares dos seus corsários; em «frota», através de todos os navios disponíveis incluindo todos os corsários. É elucidativo o «regimento dos almirantes de Portugal», dado por D. Afonso V em 1471: o almirante «...deve ser muyto grado e liberal porque sayba bem partir o que ouver com aquelles que o ouverem d'ajudar e servir...elle ha de ser coudylho de todos os navyos que sam pera guerrear. Tambem quando sam muytos ajuntados em hũã a que chamam frota como quamdo sam mais poucos a que dizem armada ...a seu officio pertence de fazer recadar todas as cousas que ganharem per mar

ou per terra ...de maneira que ajamos noso direito e cada hũu dos outros o seu...» (1).

Os corsários, com o seu estatuto legalizado por cartas de corso ou de marca, nem sempre se distinguem dos piratas por duas ordens de razões:

- 1.^a — Amiúde, perante a vastidão dos oceanos e a bonomia das instâncias judiciais, actuam por conta própria pilhando os incautos se antevêem lucro fácil e compensador.
- 2.^a — Também amiúde, os reis mandam-nos piratear navios comerciais de nações amigas, fazendo guerra sem a declarar ou lançando a confusão nas relações internacionais.

É, por vezes, difícil distinguir as duas situações, mas o certo é que nunca são punidos ou sequer admoestados porque nesta época de tenaz luta pelo domínio dos mares os corsários são «os homens do rei». Vamos, adiante, indicar muitas piratarias cometidas sob pavilhão português e de outras nacionalidades, com o beneplácito, expresso ou velado, dos reis. Estes, quando querem fazer guerra, mesmo sem a declarar, podem accionar dois mecanismos destinados a incentivar o corso:

- 1.^o — Prescindir do quinto (real) das presas, aumentando assim o valor do saque.
- 2.^o — Prescindir da fiança. Assim, o corsário não é obrigado a depositar, antes da largada, fiança para indemnizar eventuais danos causados a navios amigos, o que, na prática, significa que pode (e deve) atacar navios comerciais de determinada nação amiga.

Mas, a altiva sobranceira que levou os marítimos, em frágeis embarcações, a todos os mares, contrastava com o pânico das populações litorâneas que, receando os corsários e os piratas, se concentravam em torno dos locais fortificados. Se não tinham fortificação fugiam para o interior em caso de rebate: em 1370 D. Fernando manda que os de Buarcos paguem para a reparação da cerca e muro de Montemor-o-Velho e que esta vila lhes dê acolhimento e às suas mulheres, filhos e haveres, quando necessário. O primeiro socorro era prestado

(1) *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 2, p. 41. Por morte de Rui de Melo (também chamado Rodrigo Afonso de Melo), sucedeu no cargo de almirante, em 1467, Nuno Vasques de Castelo Branco, e, por morte deste, em 1481, Pero de Albuquerque (A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, 1973, p. 196).

pelas povoações circunvizinhas: em 1425 foi concedido à vila de Setúbal o privilégio de ser socorrida pelos de Sesimbra, Palmela, Alcácer, Montemor-o-Novo, Évora e outros lugares quando fosse atacada por galés inimigas (2).

A maior parte da orla marítima é deserta:

- Da foz do Minho até à foz do Douro, só Caminha, Viana, Fão, Espoende, Vila do Conde e Azurara; Vila Praia de Âncora e Póvoa de Varzim ainda não existem.
- Da foz do Douro até Aveiro, nada: nem Espinho, nem Costa de Paramos, nem Esmoriz, nem Cortegaça, nem Furadouro, nem S. Jacinto; Ovar ainda não tem expressão marítima.
- De Aveiro até Buarcos, nada: a Gafanha, a Vagueira e a Gândara são desertas; nem Costa Nova, nem Palheiros da Tocha, nem Palheiros de Quiaios; Ílhavo ainda não tem expressão marítima; Figueira da Foz ainda não existe.
- De Buarcos até à foz do Lis, nada: nem Costa de Lavos, nem Leirosa, nem Pedrógão, nem Praia da Vieira.
- Junto à foz do Lis, Paredes já está invadida pelas areias.
- Os coutos de Alcobaça têm alguns portos, já em declínio: Pederneira, Salir, S. Martinho; Nazaré ainda não existe.
- Para sul até Lisboa estão Atouguia, Peniche, Ericeira e Cascais.
- De Lisboa até Setúbal, só Trafaria, sem qualquer expressão marítima, e Sesimbra; Costa da Caparica ainda não existe.
- De Setúbal até ao cabo de S. Vicente, só Sines, que ainda em 1564 alega ser povoação de «homens do mar e pescadores que vivem do pescado, sujeitos às constantes invasões dos mouros, sempre em grande perigo, de armas na mão»; Vila Nova de Milfontes só foi fundada em 1486.
- A costa sul do Algarve tem três povoações importantes: Lagos, Faro e Tavira; Vila Nova de Portimão só foi fundada em 1476; Albufeira, Quarteira, Monte Gordo, Castro Marim e Arenilha não têm expressão marítima; Armação de Pera, Olhão, Fuzeta e Vila Real de Santo António ainda não existem.
- O cabo de S. Vicente é, e continuará a ser, o ponto de encontro do corso e da pirataria internacionais: passagem obrigatória da navegação

(2) Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. II, 1983, p. 787.

que circula entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo, e das naus e galeões da África, da Índia, da América, do Brasil.

2. D. JOÃO II (1455-1495)

O «Príncipe Perfeito», rezam os compêndios de história. O «Homem», chamava-lhe a rainha Isabel, a «Católica». «Ardido», feroz centralizador do poder régio, irrompeu no momento das grandes decisões e definiu as directrizes da Expansão Marítima. Já antes da morte do pai (D. Afonso V) exercia o poder «de facto»: em data anterior a 1469 e posterior a 1466 recebeu do rei o resgate de Arguim, em 1471, com 16 anos, participou na conquista de Arzila e passou a administrar os tratos e as rendas da Guiné, e em 1474 instituiu o «mare clausum» na costa da Guiné para impedir, sob pena de morte, que lá fossem navegar, comerciar ou guerrear sem autorização. Para que um governante ouse decretar um «mare clausum», isto é, se arrogue o direito exclusivo sobre determinado mar, é necessário ter força para impor esse direito — a força dos corsários. D. João II incentivou-os e interferiu pessoalmente no apresto bélico dos navios. Diz Garcia de Resende: «Como era engenhoso em todos os ofícios e sabia muito em artilharias, cuidando muito nisso por melhor guardar sua costa com maior seguridade e menos despesa, aqui em Setúbal, com muitos experimentos que fez, achou e ordenou em pequenas caravelas andarem muito grandes bombardas e atirarem tão rasteiras que iam tocando na água, e ele foi o primeiro que isto inventou.».

Os corsários estavam muito activos:

- Na Catalunha os portugueses eram conhecidos como navegadores e, em especial, como corsários; quando o condestável D. Pedro governou Barcelona (1464-1466) levou muitos, aparecendo na documentação referências a navios corsários com tripulação mista, catalã e portuguesa (3).
- O infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V e condestável do reino, tinha no Mediterrâneo uma caravela corsária desde 1454. Em 1459 João II, de Aragão, avisou as suas autoridades que a caravela corsária do infante D. Fernando, comandada pelo escudeiro Fernão Gonçalves, devia navegar por essa zona; supõe-se ser esta a caravela que nesse

(3) L. Adão da Fonseca, *ob. cit.*, pp. 19, 34.

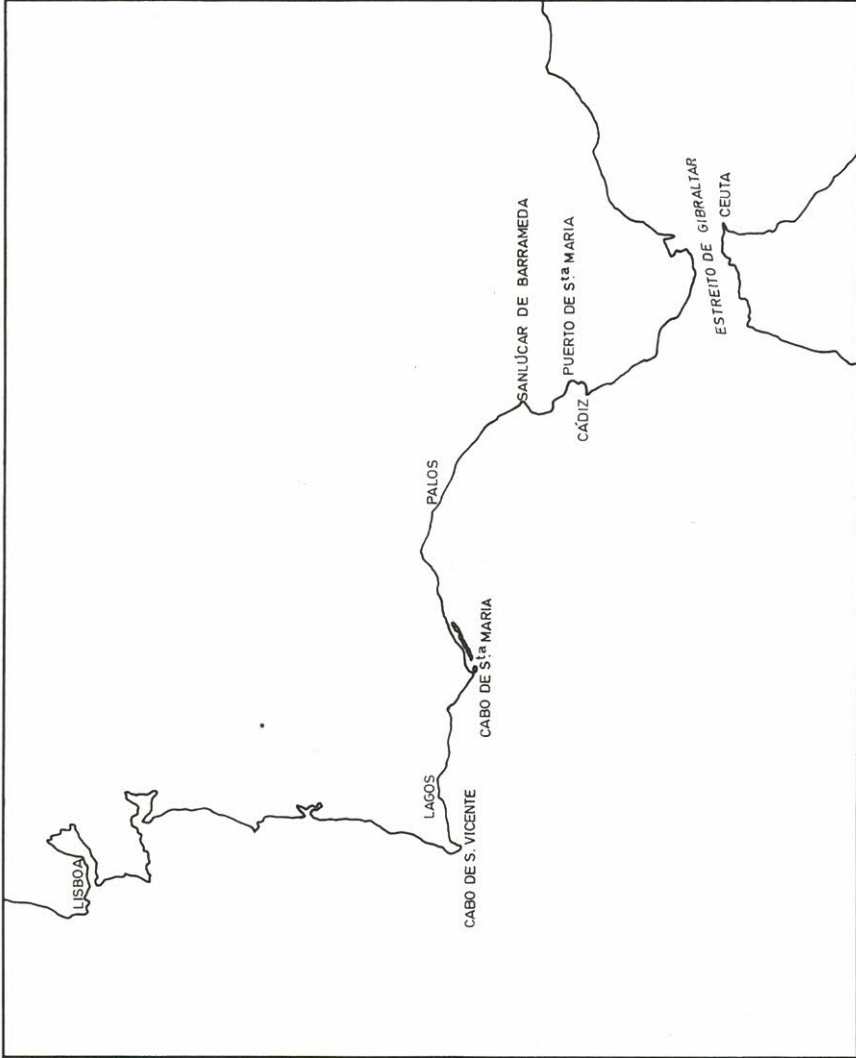
- ano, em Porto Pisano, apresou outra com cereal e queijos da Sicília (4). Em 21 JUN 1464 iniciou-se em Valência o processo para indemnizar os irmãos Gaspar Daniel e Pere Valleriola, e outros mercadores de Valência, pelos danos causados ao ser atacada a caravela de Daniel Valleriola «pela frota do infante de Portugal», quando ia comerciar ao norte de África, a Oran e a Honein (5).
- Lopo de Almeida, vedor da Fazenda, tinha uma caravela corsária no Mediterrâneo em 1461.
 - O rei fez mercê a Rui Valente, cavaleiro da casa real e provedor da Fazenda do Algarve, do quinto das presas tomadas por uma caravela armada em 1463 para atacar mouros no Estreito.
 - Um acordo com a Bretanha expirou em 1469 mas já antes se sucediam os conflitos, surgindo vários armadores «a porse a cosso»: «os portugueses e os bretões se roubavam e pilhavam uns aos outros no mar, cada um o melhor que podia, sem terem respeito nem fazerem diferença entre amigos e inimigos» (Damião de Góis); os vários acordos luso-bretões de 1448 a 1476 demonstram «a boa vontade e a impotência dos soberanos em reprimir os excessos permanentes dos seus piratas» (Henri Touchard) (6).
 - Em 1471 o corsário inglês Phoccumbrix, sobrinho do conde de Varoique, assaltou no Canal da Mancha 12 naus portuguesas que regressavam de Flandres carregadas de mercadorias, deixando-lhes apenas os cascos e os mantimentos necessários para continuarem a viagem. Em resposta D. Afonso V mandou (10 DEZ 1471) publicar e apregoar guerra geral contra o rei de Inglaterra, autorizando os seus vassallos a exercer represálias. A esta acção se devem reportar as referências a uma armada de D. Afonso de Castro e Pedro Falião contra os ingleses, que custou 12 mil dobras (7).

(4) idem, p. 18.

(5) José Hinojosa Montalvo, Intercambios comerciales entre Portugal y Valencia a fines del siglo XV: el «Dret portogues», in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. II, 1987, p. 761.

(6) Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, ed. 1905, p. 261; Henri Touchard, *ob. cit.*, p. 213.

(7) Damião de Góis, *ob. cit.*, p. 66; Jorge Faro, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, 1965, p. 71.



Pelo menos desde 1468 as vítimas preferenciais passaram a ser os andaluzes, principais rivais nos mares africanos. Tratava-se de um autêntico «fogo de barragem» patrocinado pelo rei — todos (corsários, piratas, pescadores) podiam atacar tudo (navios de guerra, de comércio ou de pesca):

- Em 1468 e 1469 D. Afonso V concedeu cartas de segurança a andaluzes de Palos e Moguer que queriam pescar no Algarve e no Rio do Ouro mas receavam as numerosas «tomadias», pelos portugueses, de navios de Palos, Moguer e outros lugares de Castela (8).
- Um alvará régio de 16 MAI 1469 determina que Luís Fernandes de Monterroio, escudeiro fidalgo da casa real, não dê fiança de uma caravela que armou (9).
- Em JAN ou FEV 1469 Pero de Ataíde, fidalgo da casa real, apresou uma nau bretã. Em FEV 1470 o duque da Bretanha reclamou: não obstante o tratado de tréguas, um navio de S. Malo foi tomado nas costas de Portugal por um navio armado em guerra e comandado por Pero de Ataíde; este tomou o navio com toda a sua carga e ainda tratou os tripulantes «como a mouros»; o rei de Portugal condenou-o a pagar aos lesados a quantia de 2 milhões de réis, que não corresponde ao valor do navio e fazendas; não obstante a dita sentença, os lesados nada receberam «por mais requerimentos que houvessem feito a El-Rei de Portugal e a seus ministros»; o rei de Portugal é responsável pelos males causados porque Pero de Ataíde armou um navio e andou a corso, sem prestar caução, conforme a lei dos seus reinos; o rei de Portugal está igualmente obrigado a fazer restituir outros dois navios de S. Malo capturados pelos portugueses, um ao largo do cabo de S. Vicente e outro ao largo de Lisboa. D. Afonso V respondeu em termos diplomáticos: «...a nós se veio agravar um Guilherme Aobel, mestre da nau chamada Frol, de S. Malo ...dizendo que indo ele e a dita sua nau carregada de mercadorias para a Andaluzia lhe fora tudo tomado no mar por um criado nosso chamado Pero de Ataíde que andava de armada ...E logo mandámos dar ordem ...por qualquer coisa que seja achada e (Pero de Ataíde) tenha em estes reinos se possa fazer a satisfação ao dito mestre e companha. E muito mais presta-

(8) Sobre este assunto, J. A. Iria, *O Algarve e a Andaluzia no século XV* (1466-1480), 1975.

(9) *Livro das Posturas Antigas*, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 244; A. Caetano de Sousa, *Provas da história genealógica da casa real portuguesa*, tomo II, I parte, 1947, p. 244.

mente lhe fora feita se o dito Pero de Ataíde tivera dado fiança à sua armação segundo que é costume... Mas nós por algumas respostas que houvermos de algumas (o papel está roto — deve ler-se «tomadias») dandalozia demos lugar ao dito Pero de Ataíde e a alguns outros que armassem sem darem fiança por lhes fazermos favor de armarem continuamente os ditos andaluzes...». Isto é: antes de largarem para o mar os corsários deviam depositar fiança para indemnizar eventuais danos causados a navios amigos; quando o rei queria incentivar o curso contra determinada nação, sem lhe declarar guerra, prescindia da fiança; neste caso prescindiu da fiança contra os andaluzes, mas Pero de Ataíde aproveitou o ensejo para apresar um navio comercial bretão; na sua resposta «diplomática» o rei promete muito, nada concede e «cobre» o corsário, que acabou por não pagar a indemnização (10). No «Livro de linhagens» do séc. XVI lê-se no título dos Ataídes: «Pedro dAtayde ho armador que morreo no mar, sem geração, pelejando com huma carraca»; trata-se, como veremos adiante, da batalha de AGO 1476 no cabo de S. Vicente, na qual terá participado Cristóvão Colombo.

- Em carta de 6 DEZ 1470 à câmara de Lisboa, D. Afonso V verbera os danos que os portugueses sofrem dos estrangeiros, por estes não darem fiança antes da partida como está ordenado; se os estrangeiros que saírem sem fiança causarem danos, estes serão suportados pelos da câmara de Lisboa, por suas fazendas. Outra carta régia de 10 SET 1474 determina: quaisquer pessoas que armarem navios devem dar fiança aos oficiais dos lugares onde armarem, antes de partirem, comprometendo-se a não irem fazer dano aos aliados do rei e do reino; no caso dos oficiais desses lugares os deixarem partir sem lhes exigir a fiança, eles responderão com os seus haveres pela reparação dos danos e prejuízos causados por esses navios; para o futuro, toda a pessoa que quiser armar navio para andar de armada, perseguindo corsários, deve fazer sabê-lo ao rei e conseguir dele licença, exibindo a certidão dos oficiais da vila ou lugar em que deve armar o navio, comprovativa de que prestou a fiança (11).

(10) J. Veríssimo Serrão, *Relações diplomáticas entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, 1975, p. 69; A. Braamcamp Freire, *ob. cit.*, liv. terceiro, ed. 1930, p. 86; Visconde de Santarém, *ob. cit.*, tomo III, pp. 103 e segs.

(11) Visconde de Santarém, *ob. cit.*, tomo I, p. 26; J. Pedro Ribeiro, «Índice chronologico dos documentos mais notáveis...», 1951, p. 187.

- Entretanto, o assalto à costa andaluza estendia-se para a Catalunha. Em carta de 20 JUN 1472 o rei de Aragão, João II, refere ataques de muitos corsários portugueses, um dos quais chamado «Pachoa», a navios comerciais aragoneses, sem justa causa, havendo paz entre Aragão e Portugal: «...molts portuguesos navegants per la mar sens alguna justa causa han presos e levats molts navilis de vassalls nostres e donats grans dans ...han pres una caravela den Franci Vallercila carregada de draps, olis e mercaderies...la nau den Bertomeu Negre, carregada de diverses mercaderies ...fonch presa per dos baleners e una caravela de portuguesos e ultra aço una caravela den Johan Bertomeu ...carregada de forment ...fonch presa per dues caraveles de portuguesos e ...hun balener de ...Jordi Sureda ...ab diverses robes e mercaderies fonch pres ...per dos balaners e una caravela de portugueses ...hun balaner den Christofol Lavos ...carregat de blat fonch pres ...per un balaner de portuguesos ...una caravela den Pau, mercader, carregada de blat ...fonch presa per un hun balaner e una caravela de portuguesos. E una caravela den Franci Vidal ...fonch presa per Pachoa portugues. E un balaner den Bertomeu Negre, carregat de blat, fonch pres...per un balaner e una caravela de portugueses. E ultra aquestes fustes e navilis moltres altres son stades preses e ocupats de vassalls e subdits nostres per portuguesos en gran dan e destruccio dels dits nostres vasalls...» (12).
- Noutra carta de 26 OUT 1474 o rei de Aragão manda confiscar portugueses em represália pelos danos causados a Juan Puges, mercador navarro residente em Maiorca, no seu barco por corsários portugueses, um dos quais chamado Diogo Velho. No «Livro das moradias do Senhor Rey D.João II» aparece um Diogo Velho, escudeiro fidalgo da casa real (13).
- Uma carta régia de 1473 comina medidas severas contra a ingerência de comerciantes estrangeiros nas terras e mares da Guiné, designadamente andaluzes. Os capitães dos navios portugueses enviados à Guiné deviam combater os navios estrangeiros que ali encontrassem e não lhes era permitido fazer prisioneiros. Estes deveriam ser deitados ao

(12) L. Adão da Fonseca, *ob. cit.*, pp. 102-104.

(13) *Idem*, p. 100-102.

mar para morrerem «logo naturalmente» e não era lícito trazê-los para que o castigo servisse de exemplo (14).

- Em 1473 o concelho e justiças de Ribadeo retiveram neste porto um navio de «Juan de Pinedo», português, vizinho de S. Miguel (Açores), em represália pelos panos que um «Alvar Mendes Çenteveian», andando armado, tomou a um vizinho de Ribadeo (15). Este Álvaro Mendes, qualificado pirata na documentação espanhola e pirata ou corsário na documentação portuguesa, é, afinal, Álvaro Mendes Cerveira, escudeiro fidalgo da casa real, e comandou nesta época várias expedições navais na costa do Algarve e da Andaluzia. Em 1475 interferia na navegação castelhana que do Mediterrâneo demandava a Flandres (16).

3. GUERRA MARÍTIMA DE 1475-1479.

Os Reis Católicos (Fernando de Aragão e Isabel de Castela) só reagiram em 1475, querendo destruir o monopólio português «a fuego e a sangre»: interditam a navegação sem licença à Guiné, ordenam à cidade de Sevilha e às outras vilas e lugares do seu arcebispado e do bispado de Cádiz que façam todo o mal possível aos portugueses, e concedem ao almirante castelhano dois terços do quinto das presas o que determinou o recrudescimento da actividade dos seus corsários e das represálias portuguesas nos portos andaluzes. Até 1479 fomentaram a armação de navios para combaterem na Guiné o comércio português, assumindo eles próprios a organização de algumas armadas com o mesmo fim. Conhecem-se para estes quatro anos pelo menos 17 autorizações deste tipo. Cada autorização de pilhagem destinava-se a um número indeterminado de ataques; assim, torna-se claro o contínuo clima de pirataria e insegurança que se gerou (17).

Diz o cronista Alonso de Palencia: «O continuado favor da fortuna e, sobretudo, as imensas riquezas adquiridas em suas felizes empresas marítimas (dos

(14) M. Fernandes Costa, *O descobrimento da América e o tratado de Tordesilhas*, 1979, p. 10.

(15) A. de la Torre e L. Suarez Fernández, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, Valhadolid, 1960, p. 366.

(16) M. Fernandes Costa, *As navegações atlânticas...*, p. 24; A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, p. 45.

(17) M. M. Matos Fernandes, O significado do comércio da costa africana nas relações políticas entre Portugal e Castela na última metade do século XV, in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. I, 1987, p. 433; Jorge Faro, *Expedições realizadas por espanhóis à Guiné de 1475 a 1479*, in *Boletim cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XIV, OUT 1959.

portugueses), haviam-lhes feito acreditar que poderiam dominar a seu belo prazer nas costas ocidentais. Nas suas frequentes navegações pelo Meio-Dia haviam-se erigido em senhores do litoral etiópico, até ao ponto de que a quantos castelhanos encontravam por aqueles mares sem autorização do rei D. Afonso faziam-nos morrer em atrozes tormentos ...Possuídos de tal orgulho deram-se ao começo da guerra a correr as costas da Andaluzia e de Cádiz, apresando os barcos pesqueiros e de mercadorias, sem que pudesse opor-se-lhes resistência por falta de embarcações, até à chegada ao Guadalquivir das quatro galeras ...Já antes, sem embargo, três ou quatro pescadores de Palos curtidos nas coisas do mar, haviam refreado a ferocidade portuguesa apresando-lhes muitas embarcações ao regresso da Etiópia, dando morte à tripulação e apoderando-se das mercadorias, escravos e escravas que traziam» (18).

Palencia assinala uma viragem na sorte da guerra quando, em SET 1475, saíram de Valência e arribaram ao Guadalquivir as galeras de Andreu Sunyer (capitão das galeras do conde de Prades, de Aragão), Joanot Boscha e Alvar de Nava. Nesse mesmo ano atacaram Álvaro Mendes em Faro. Diz o cronista Diego de Valera que o «capitão da armada do rei de Portugal, chamado Álvaro Mendes», foi desbaratado por Andreu Sunyer, «capitão das galeras do rei D. Fernando» (de Aragão), e posto em tal necessidade que «dió su fee de bolver donde le mandase el dicho micer Andreu» (19). Todavia, Álvaro Mendes continuou muito activo. Provavelmente em FEV 1476 os castelhanos tiveram notícia de que carracas genovesas com mercadorias para Portugal eram esperadas no Estreito de Gibraltar pela armada de Álvaro Mendes que lhes proporcionaria a necessária escolta. Intervieram navios armados de Sevilha, comandados por Juan de Mendaro, travando-se uma batalha que terminou com grandes perdas, em especial para os portugueses. Uma carta de 26 MAI 1476, no arquivo municipal de Barcelona, diz que a armada do rei de Portugal foi desbaratada com todas as suas fustas tomadas ou queimadas: em todo o Portugal «no queda sino una nao armada...» (20). A euforia castelhana é muito exagerada, embora o ano de 1476 lhes tenha sido parcialmente favorável: uma carta dirigida ao almirante castelhano, Alonso Henriquez, diz que «han seydo en este año asaz presas de carauelas

(18) M. Fernandes Costa, *As navegações atlânticas...*, p. 83; A. Teixeira da Mota, *O essencial sobre Cristóvão Colombo e os portugueses*, 1987, p. 29; F. Pérez Embid, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el tratado de Tordesillas*, Sevilha, 1948, p. 186.

(19) Mosén Diego de Valera, *Crónica de los Reyes Católicos*, ed. Madrid, 1927, pp. 78, 81.

(20) R. Carreras Valls, *El català Xpo Ferens Colom de Terra Rubra, Descubridor d'America*, Barcelona, 1930, p. 95; M. Fernandes Costa, *As navegações atlânticas...*, p. 25.

de Portugal é moros», que foram conduzidas aos portos de Barrameda, Palos e Moguer; só o valor do quinto das arribadas a Barrameda monta a mais de 100 mil réis (21). Ainda nesse ano foi enviada à Guiné «una fuerte armada de andaluces con orden de quebrantar su audaz soberbia(dos portugueses) y abatir el orgullo que les habían infundido las riquezas de Guinea» (22).

A sequência desta guerra marítima pode ser ilustrada com alguns episódios:

- 19 FEV 1476 — Isabel de Castela concede autorização a Juan Alós, vizinho de Deva (Biscaia), para armar navios contra Portugal: «...que Juan Alós arme dos sus naos e otros qualesquier navios, e los ponga de armada para faser guerra con ellos ...e que todo lo que tomaren ...sea todo para el dicho Juan Alós e para los que consigo leuare. E es mi merced e mando que, andando vos asy en la dicha armada, vos podades llamar e llamedes mi capitan ...e gosedes de todas las honrras e prerrogatyuas que los otros ...capitanes de armada gosan e deven gosar...» (23). Num evidente incentivo ao corso, prescinde do quinto e concede as prerrogativas e honras de capitão de armada. Em 28 MAR 1476 autoriza também Antonio Martin Neto.
- Em 1477 os mareantes de Palos saquearam Tavira (muitos piratas algarvios e andaluzes seriam pescadores) e tomaram caravelas portuguesas que vinham da Guiné com ouro da Mina, escravos e outras mercadorias. Em 2 NOV desse ano Fernando de Aragão manda recolher o quinto das caravelas portuguesas da rota da Guiné tomadas por Juan de la Guerra e Alfonso Izquierdo, vizinhos de Palos (24).
- 4 MAR 1478 — Isabel concede salvo conduto aos de Palos que embarcarem na armada que Juan Boscan prepara para ir à Guiné e Mina de Ouro.
- 19 JUN 1478 — Fernando faz mercê a Martin Ochoa de Sasiola e Miguel de Barrasaeta, biscainhos, dos barcos e bens que puderem tomar no mar, portugueses ou estrangeiros, quando forem com rumo aos portos portugueses. Em 15 JUL 1478 concede autorização semelhante a Juan de Sazarreta e outros (25). Cresce, assim, a agressividade espanhola, passando a considerar boa presa os navios estrangeiros

(21) A. Paz y Meliá, *El cronista Alonso de Palencia*, Madrid, 1914, p. 269.

(22) F. Pérez Embid, *ob. cit.*, p. 197.

(23) A. de la Torre e L. Suarez Fernández, *ob. cit.*, vol. I, p. 104.

(24) J. A. Iria, *ob. cit.*, p. 75; Jorge Faro, *Expedições realizadas por espanhóis...*, p. 729.

(25) A. de la Torre e L. Suarez Fernández, *ob. cit.*, pp. 159, 161.

que tragam mercadorias a Portugal. Nesse ano de 1478 Juan de Mele e outros comerciantes bretões que levavam mercadorias para Portugal foram atacados por corsários bascos (26).

Responde o príncipe D. João (futuro D. João II), ao seu jeito:

- 21 JUN 1478 — Faz mercê do quinto real das presas agora tomadas por Bartolomeu Dias.
- 20 JUN 1478 — Faz mercê do quinto de todas as coisas e presas tomadas por «quaisquer pessoas, assim marinheiros como pescadores e outros que quiserem armar navios ou caravelas ...enquanto assim andarem de armada ...E além disso lhe faremos quaisquer favores que pudermos...».
- 20 JUN 1478 — Faz mercê do quinto de toda a caravela de Busca Arruído e coisas que em ela vinham, a favor de João Vicente, João Afonso Putigueiro, Pedro Gonçalves e Álvaro Eanes, pescadores de Lisboa, que a tinham tomado com as suas caravelas (27). A este apresamento talvez se refira a ordem dramática dos Reis Católicos, de 22 SET 1478, dirigida a todos os «capitanes de la mar», para darem a Pero Ortiz de Bolivar, vizinho de Usco, Biscaia, todos os portugueses que tomarem, para resgate de 16 homens que lhe tomaram numa caravela: «...Pero Ortiz de Bolivar era capitão de uma caravela e que andando na costa de Portugal, que o tomaram cinco caravelas de Lisboa e o levaram à dita cidade de Lisboa, com 20 homens que levava, e que os portugueses contra o uso e costume ...lhe tomaram 16 companheiros da dita nau e os venderam...» (28). Isto é, o príncipe D. João terá apadrinhado um acto sem precedentes: cristãos a venderem cristãos como escravos; vulgar era mouros venderem cristãos cativos e cristãos venderem mouros cativos.
- Também as câmaras organizam armadas: um acordo da câmara do Porto, de 14 JUL 1478, impõe penas aos que fugiram para não irem na armada da cidade contra os andaluzes (29). Neste ano de 1478 toda

(26) Beatriz Arizaga Bolumburu, El comercio vasco-portugues a fines de la Edad Media, in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. II, p. 793; Betsabé Caunedo, Mercaderes castellanos en el Golfo de Vizcaya, p. 198.

(27) J. Silva Marques, *ob. cit.*, vol. III, pp. 176, 177.

(28) Beatriz Bolumburu, *ob. cit.*, p. 792; A. de la Torre e L. Suarez Fernández, *ob. cit.*, vol. I, p. 171.

(29) J. Pedro Ribeiro, *ob. cit.*, p. 198.

uma armada castelhana de 35 navios foi desbaratada no regresso da Guiné por Mem Palha e Jorge Correia.

Em 7 JUL 1479 os Reis Católicos concedem licença a Alfonso de Salvatierra para armar uma carraca e duas caravelas: «...yo le fago merced de todo ello, ecebito del quinto que a mi me pertenesçe de lo de la Mina e de la Canaria...». Em 23 JUL 1479 concedem poder a Rodrigo de Salazar para dar cartas de perdão aos que andarem no mar contra Portugal nos navios de Andrés de León, vizinho de Bilbao: todos os homiziados que forem com ele ficarão perdoados de qualquer delito. Em 18 AGO 1479 concedem perdão a Juan de San Juan de Bérriz, vizinho de Bilbao, que fora condenado a desterro por homicídio, se servir com um navio armado à sua custa durante quatro meses na guerra contra Portugal (30). Neste ano foi apresada uma caravela portuguesa e atacada a ilha da Madeira e a enseada da Praia nos Açores. O príncipe D. João organizou uma expedição punitiva enquanto se concluíu o tratado de Alcáçovas, que foi celebrado em 4 SET 1479.

4. OUTRAS ACÇÕES DE CORSO NA MESMA ÉPOCA

Em 1479 Juan Iñiguez de Bermeo roubou na Bretanha uma caravela aos portugueses «Martín Alonso e Juan Yáñez» (31).

Em 20 JAN 1480 uns portugueses foram roubados no porto de Cartagena (32).

Em 8 MAR 1480 Pedro Quintro e outros, de Huelva e Palos, com três caravelas, saquearam na ilha Terceira(Açores) mercadores ingleses (33).

Em 1481, a embaixada de D. João II a Castela pediu protecção para os judeus portugueses, preferencialmente atacados por corsários, sobretudo castelhanos, o que induziu o monarca a promulgar o exercício de represálias (34).

Em 20 OUT 1483 navios bascos assaltaram um navio carregado de mercadorias de Diego Fernández de Valhadolid, vizinho de Sevilha, quando ao largo

(30) A. de la Torre e L. Suarez Fernández, *ob. cit.*, vol. I, pp. 212, 213, 243.

(31) Betsabé Caunedo, *ob. cit.*, p. 197; Beatriz Bolumburu, *ob. cit.*, p. 793.

(32) L. Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 13.

(33) E. Aznar Vallejo e M. Borrero Fernandez, Las relaciones comerciales entre la Andalucía Bética y los archipiélagos portugueses, in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. II, p. 649.

(34) Ruy de Albuquerque, *As represálias — estudo de história do direito português* (sécs. XV-XVI), vol. II, 1972, p. 647.

do cabo de S. Vicente se dirigia da ria de Sevilha para as Canárias. Em 15 NOV 1484 o adelantado da Andaluzia apresentou uma petição sobre uma nau que vinha da Madeira com açúcar e outras mercadorias e foi atacada e roubada ao chegar a Cádiz por dois navios, um em que ia o príncipe de Constantinopla e outro dirigido por Alfonso Beltrán e Juan Martinez de Zumaya, ambos de Sevilha (35).

Em 1484 fez-se paz entre Portugal e a França. Impunha-se acabar com as represálias marítimas que afectavam o comércio luso-francês. A paz é comunicada por D. João II em carta de 29 DEZ 1484: «...a quallquer pessoa ou pessoas que armarem naos pera hirem darmada amte que partam ajam primeiramente de dar fiamça abastante pera se tomarem allguas mercadorias naos e navyos roupas e quaaesquer outras coussas de nossos amigos pollas ditas fianças temos facta amizade com elRey de Framça...» (36).

Em 1485 os Reis Católicos autorizam Estêvão Perez Cabitos e Gomes Arias, roubados por Diogo Lourenço e um outro português, a exercerem represálias (37).

Em JUL 1485, ao largo de Cascais, um corsário flamengo apresou um navio bretão e outro inglês (38).

Em 1486 mercadores bretões foram vítimas, nas costas de Portugal, de um ataque de Juan Martyco e Juanjo de Zarauz, vizinhos de Zumaya. Uma caravela portuguesa a caminho de Tânger foi apresada por um corsário basco. O português António «Yañes», patrão da caravela «La Anunciata», apresentou queixa às autoridades de Valência contra Christóbal Pelaes, corsário de Puerto Real, Christóbal Palonino, o irmão deste, Mateo, e outros vizinhos de Puerto de Santa Maria, Sanlúcar e outros lugares, que ao amanhecer chegaram à praia de Valência e assaltaram a caravela roubando diversas mercadorias; os mesmos assaltaram também a caravela de Sancho de Montellano, de Portugaleta (39).

Em 1487 e 1488 saíram armadas contra os biscainhos. Para esse efeito, um documento de 23 NOV 1487 menciona a entrega de 8 quintais de biscoito a Bartolomeu Dias, patrão de uma nau do rei (40).

Uma grande parte das famílias proprietárias de navios no norte de Espanha exercia também a pirataria. A família Escalante, de Laredo, era de mercadores-marinheiros-piratas. Em 1489 e 1491 Fernando de Escalante e os seus irmãos

(35) E. Aznar Vallejo, *ob. cit.*, p. 649.

(36) J. Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. João II*, vol. I (1481-1488), 1975, p. 160.

(37) Ruy de Albuquerque, *ob. cit.*, p. 648.

(38) J. Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, p. 160.

(39) J. Hinojosa Montalvo, *ob. cit.*, p. 769; Betsabé Caunedo, *ob. cit.*, p. 204.

(40) J. Silva Marques, *ob. cit.*, vol. III, p. 340.

Juan de Aguero e Juan de Escalante são denunciados por roubo, em várias ocasiões, por mercadores venezianos (41).

A situação privilegiada do porto de Lisboa, paragem obrigatória da navegação que circulava entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte, de onde era fácil contratar mercadorias e escoar uma ampla gama de produtos, deu azo a que fosse, por vezes, centro de um comércio clandestino, fraudulento. Mercadorias objecto de pilhagem eram descarregadas com o fim de procurarem um mercado rápido e seguro, evitando-se o acesso da justiça do país defraudado e dificultando-se a possível recuperação por parte dos mercadores burlados. Os mercadores de Burgos apresentaram muitas queixas por esse motivo. Em 1490 Diego de Castro e o seu sócio Bernardino Pardo denunciam que uma remessa de panos de Londres, fretada na nau de Martín de Ocaliz com destino a Sanlúcar de Barrameda, foi descarregada e vendida em Lisboa pelo próprio Martín de Ocaliz que era também o mestre da embarcação. Em 1491 quase todos os mercadores de Burgos de certa importância solicitaram ao rei português a devolução de uma importante carga de mercadorias avaliadas em 15 mil dobras de ouro castelhanas que uns franceses lhes roubaram na costa de Inglaterra, já que se sabia que tais mercadorias estavam em Lisboa (42). Conhecem-se casos de navios corsários estrangeiros que, operando no Mediterrâneo, vendem em portos portugueses os produtos dos seus ataques; por exemplo, é o que fazem Juan Hulla e Bernardo Tamarit, de Valência, e Pujada, de Barcelona, que vendem em Portugal (este último em Tavira) mercadorias roubadas a navios de Granada (43). Esta prática seria tão frequente que a senhoria de Veneza manifestou-se muito sensibilizada e surpreendida com a atitude de D. João II, em 1485, quando não permitiu a venda de navios venezianos apresados por uma armada francesa no cabo de S. Vicente, porque o comandante da armada não trazia documento comprovativo de que o seu rei autorizara o ataque (44).

Em 1491 os Reis Católicos concedem licença a Alós de Amilibia, vizinho de Deva (Guipuzcoa), para ir «de armada» à costa portuguesa com dois navios.

Em 5 JUN 1492 comunicam que Fernando Alvarez de Almao, indo com mercadorias desde o Puerto de Santa Maria a Fadala, foi assaltado neste último porto por «Pedro Vaez», português, a quem agora têm preso as autoridades de Cádiz.

(41) Betsabé Caunedo, *ob. cit.*, p. 201.

(42) Betsabé Caunedo del Potro e Yolanda Guerrero Navarrete, Las oligarquias mercantiles y su papel en el juego político luso-castellano de la segunda mitad del siglo XV: el caso de Burgos, in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. II, p. 579.

(43) L. Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 18.

(44) Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, ed. 1973, p. 91.

Um documento de 1493 informa que «Pero Vaez de Castil Blanco» foi capturado com o seu navio por Juan López de Narruondo, vizinho de Zumaya (Guipuzcoa); o corsário português trazia a bordo «lombardas, coracas, capacetes, lanças e ballestas» (45). Trata-se de Pero Vaz de Castelo Branco, fidalgo da casa real, duma família de fidalgos de grande nomeada: Nuno Vaz de Castelo Branco, almirante-mor, seu filho Pedro Vaz de Castelo Branco, e Gonçalo Vaz, Afonso Vaz e Martin Vaz de Castelo Branco que foram, sucessivamente, vedores da Fazenda (46).

Em 1493 Pedro de Arteaga, de Bilbao, proprietário e mestre, roubou uma nau portuguesa com o pretexto de ser a carga de flamengos contra os quais a vila de Bilbao tinha uma carta de marca e represália (47).

Em carta de 13 JUL 1494, endereçada ao corregedor de Entre Douro e Minho, D. João II verbera os danos causados no mar por moradores deste reino aos vassallos do rei de Castela, com quem tinham paz e boa amizade (48). Neste ano de 1494, enquanto se preparava o tratado de Tordesilhas, os reis de Espanha mandaram organizar uma forte armada na Biscaia. A organização foi confiada ao «maestre de naos» Juan Sanchez de Arbolancha, vizinho de Bilbao, pirata experiente; conhecem-se-lhe acções de corso/pirataria em 1489, 1492 e 1493 (49).

Um alvará régio de 16 MAI 1498 determina que Jorge Mealheiro, escudeiro da casa real, não dê fiança de uma caravela que armou (50).

5. QUEM SÃO OS CORSÁRIOS DE D. JOÃO II?

Após esta breve referência a batalhas navais ocorridas na costa portuguesa ou envolvendo portugueses na época de ouro da Expansão Marítima, quando se avizinhavam as Grandes Descobertas (cabo da Boa Esperança, América, Índia, Brasil), parece poder concluir-se que os principais protagonistas da guerra no mar são corsários que andam «de armada». Muitas das suas intervenções são,

(45) Beatriz Bolumburu, *ob. cit.*, p. 793; A. de la Torre e L. Suarez Fernández, *ob. cit.*, vol. II, p. 406.

(46) A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, pp. 28 e segs.

(47) Betsabé Caunedo, *ob. cit.*, p. 197.

(48) J. Pedro Ribeiro, *ob. cit.*, p. 223.

(49) Juan Perez de Tudela Bueso, La armada de Vizcaya, in *El Tratado de Tordesillas y su proyección*, tomo I, Valhadolid, 1973, pp. 58, 59.

(50) *Livro das Posturas Antigas*, p. 243; A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, p. 43.

juridicamente, actos de pirataria, mas nunca são punidos ou sequer admoestados; em caso de grave incidente diplomático o rei «cobre» o corsário.

Quem são?

GONÇALO PACHECO, tesoureiro-mor de Ceuta e um dos homens mais ricos do reinado de D. Afonso V, trazia sempre os seus navios na pirataria e no comércio.

INFANTE D. FERNANDO, irmão de D. Afonso V e condestável do reino, tinha no Mediterrâneo uma caravela corsária desde 1454. Em 1464 iniciou-se um processo para indemnizar mercadores valencianos atacados «pela frota do infante de Portugal». Comandou diversas armadas até 1469.

LOPO DE ALMEIDA, vedor da Fazenda de D. Afonso V, tinha em 1461 uma caravela corsária no Mediterrâneo (51).

RUI VALENTE, cavaleiro da casa real e provedor da Fazenda do Algarve, enviou em 1463 uma caravela armada para o Estreito (52).

SOEIRO DA COSTA foi um dos corsários portugueses que o condestável D. Pedro levou para a Catalunha quando governou Barcelona (1464-1466). Foi alcaide de Lagos e participou na Expansão Marítima: atingiu em 1460 o cabo das Palmas e em 1470 o rio a que deu o seu nome (53).

LUÍS FERNANDES DE MONTERROIO, escudeiro fidalgo da casa real, ficou isento em 1469 de dar fiança por um navio que armou.

PERO DE ATAÍDE, fidalgo da casa real, apresou em 1469 um navio comercial bretão, comandou uma armada ao cabo de Gué, talvez em 1471-72, foi nomeado em JUL 1476, pelo príncipe D. João, «capitão desta armada que ordenamos fazer», e morreu em AGO 1476 durante um ataque a navios comerciais genoveses ao largo do cabo de S. Vicente.

ÁLVARO MENDES CERVEIRA, escudeiro fidalgo da casa real, é designado pirata na documentação espanhola e pirata ou corsário na documentação portuguesa. Assaltou em 1472 ou 1473 um navio comercial de Ribadeo e comandou depois várias expedições navais nas costas do Algarve e da Andaluzia, sendo notoriamente o comandante naval da zona sul pelo menos desde 1473 até 1476.

DIOGO VELHO comandava a armada ou um dos navios da armada que em 1474 atacou um navio comercial navarro. Deve tratar-se do cavaleiro fidalgo da casa real, com esse nome, mencionado no «Livro das moradias do Senhor Rey D. João II».

(51) L. Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 18.

(52) J. Silva Marques, *ob. cit.*, vol. III, p. 35; L. Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 109.

(53) L. Adão da Fonseca, *ob. cit.*, p. 60.

PERO VAZ DE CASTELO BRANCO, fidalgo da casa real, de uma família de grande nomeada, os Vaz de Castelo Branco, assaltou em 1492 um navio comercial espanhol e nesse ano ou no seguinte foi capturado com o seu navio por Juan López de Narruondo, vizinho de Zumaya (Guipuzcoa).

JORGE MEALHEIRO, cavaleiro fidalgo da casa real, ficou isento em 1498 de dar fiança por uma caravela que armou.

O «Livro das moradias da casa do Senhor Rey D. Afonso V» regista em 1462 um «PEDRO BORGES, armador», cavaleiro fidalgo, e em 1479 um «GOMES DE FIGUEIREDO, armador-mor», escudeiro fidalgo. Neste contexto, armador significa corsário (54).

BARTOLOMEU DIAS (?). Não está esclarecida a identidade do navegador que dobrou o cabo da Boa Esperança. Na mesma época pelo menos dois capitães de navio tinham o mesmo nome. Mas tudo indica ser o Bartolomeu Dias que:

- a) Em 3 JAN 1475 recebeu da comuna de Génova um salvo-conduto.
- b) Em 1478, comandando o navio «Charachone», chegou a Porto Pisano com um carregamento de açúcar por conta de uma companhia florentina, os Cambini.
- c) Provavelmente noutras viagens, mas com o mesmo navio, desembarcou no mesmo porto sardinhas mandadas de Lisboa pelo mercador-banqueiro Bartolomeu Marchione.
- d) Em 21 JUN 1478 recebeu do futuro D. João II «todo o quinto que el Rey, meu senhor (D. Afonso V), e a nos pertence d'aver das presas que ele ora tomou e esto por os doze mil reais que lhe devíamos por outros tantos que deu por um nosso escravo que achou cativo em Génova» (55).

A documentação disponível é muito parca em dados sobre outros grandes navegadores (Diogo Cão, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral), mas não é arriscado presumir que só obtiveram a honra de comandar expedições tão importantes depois de prestarem provas de tirocínio na guerra marítima.

Verifica-se assim que os principais corsários portugueses são fidalgos da casa real, ligados directamente ao rei, o que contrasta com a situação dos seus homólogos estrangeiros que são, em grande parte, membros das principais famílias de proprietários de navios mercantes (como na Biscaia, na Bretanha e, de um

(54) A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, pp. 33, 48.

(55) L. Adão da Fonseca, *O essencial sobre Bartolomeu Dias*, 1987, pp. 32 e segs.

modo geral, em todo o Mediterrâneo) ou piratas profissionais (como em França e em Génova).

6. CORSÁRIOS ESTRANGEIROS AO SERVIÇO DO REI DE PORTUGAL

Nesta época áurea da Expansão Marítima, de feroz luta pelo domínio dos mares, os reis de Portugal não só incentivaram os seus corsários mas também contrataram alguns dos mais famosos corsários estrangeiros: Colombo Velho, dito o «terror dos mares», começou a actuar em 1469, nesse ano atacou a navegação portuguesa, e ainda nesse mesmo ano ou no seguinte (1470) foi contratado por D. Afonso V; João Bretão, dito o «rei do mar», atingiu o seu apogeu em 1484, ano em que pilhou a cidade de Bristol e atacou a navegação portuguesa, e nesse mesmo ano foi contratado por D. João II.

De Colombo Velho, com o qual navegou Cristóvão Colombo, trataremos exaustivamente mais adiante.

Yann (Jean, em francês, João em português) Koatanlem (Coetanlem), dito João Bretão, foi para os historiadores da Bretanha o «rei do mar» da segunda metade do séc. XV.

Terá nascido em 1455, em Morlaix, numa família de marinheiros, armadores, mercadores e piratas, em 1475, com 20 anos, era mercenário ao serviço do rei de França que lhe deu 200 libras para equipar um navio, e vendeu depois todos os seus bens para equipar uma armada de cinco navios associado a ricos mercadores bretões. Manifestava preferência pela navegação inglesa mas não se eximia a pilhar qualquer alvo que luzisse. Em FEV 1484 atacou nas costas da Bretanha uma caravela de Juan de Ibarra que vinha carregada de Inglaterra. Em MAR 1484 roubou da nau «Santiago», propriedade de Juan de Arbolancha, num porto de Inglaterra, mercadorias avaliadas em 18 mil coroas de ouro; por ironia do destino, Juan de Arbolancha era um dos principais mercadores-piratas da Biscaia (56).

Nesse ano de 1484, já corsário famoso, João Bretão veio à barra de Lisboa atacar navios portugueses e ingleses: estando o rei D. João II na Beira a submeter castelos e vilas, a rainha D. Leonor expediu quatro cartas quase simultâneas (23, 25 e 28 SET e 1 OUT) à câmara de Lisboa mandando arrestar navios para combater João Bretão que já roubara uma nau portuguesa e outra inglesa e fizera encalhar na baía de Cascais mais quatro navios ingleses que se preparava para

(56) Betsabé Caunedo, *ob. cit.*, pp. 203, 204.

roubar (57). Nesse mesmo ano de 1484, não estando a Bretanha em guerra com a Inglaterra, pilhou e incendiou o porto e a cidade de Bristol, causando embaraços ao duque da Bretanha que, por um lado, desaprovou o corsário, mas por outro, veladamente, armou-o cavaleiro e deu-lhe em recompensa 1200 moedas de ouro. Ainda nesse ano de 1484 o rei português D. João II convidou-o a ficar ao seu serviço na luta contra os «bárbaros» (mouras), e o duque da Bretanha, aproveitando o ensejo para se livrar de um vassalo irreverente, aconselhou-o a aceitar.

Sobre a presença de Koatanlem em Portugal pouco se sabe: chegou em 1484, recebeu de D. João II em 1487 uma pensão por «serviços excepcionais» e regressou em 1490. Num processo jurídico que tramitou na Bretanha em 1539 alguns declararam que ele foi almirante da frota portuguesa e que D. João II lhe deu em Lisboa casas e bens abundantes, incluindo um castelo (58). O vocábulo «almirante» era então polissêmico, aplicável, por extensão semântica, a um «grande homem de mar»; na Bretanha era também aplicável a qualquer comandante de grupo de navios armados. A oferta de um castelo não seria de estranhar porque os reis presenteavam lautamente os seus chefes corsários — na mesma época o rei de França deu ao seu corsário Jorge Grego uma casa senhorial em Bordéus (59).

Importa sublinhar um pormenor fundamental: no ano (1484) em que João Bretão praticou a sua razia mais sonante (o saque de Bristol) e atacou a navegação portuguesa, foi contratado por D. João II. Também, como veremos adiante, no ano em que Colombo Velho, o «terror dos mares», atacou a navegação portuguesa (1469), ou no ano seguinte, foi contratado por D. Afonso V.

Um alvará régio de 13 FEV 1488 determina que se desarme a nau que o corsário biscainho João de la Raura armara no Restelo (60). Não sendo explícito, o alvará sugere tratar-se de outro corsário estrangeiro baseado no porto de Lisboa.

Martim Lem (Martim Leme), burguês de Bruges, homem de geração nobre, estabeleceu-se em Lisboa e recebeu em 1456 de D. Afonso V o monopólio da

(57) J. Silva Marques, *ob. cit.*, vol. III, pp. 278, 280; Durval Pires de Lima, *Duas cidades ao serviço de Portugal*, vol. I, 1947, p. 101; E. Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa, I Parte, Tomo I, 1885*, pp. 350 a 352.

(58) Irene Fràin, *ob. cit.*, p. 47; Henri Touchard, *ob. cit.*, pp. 83, 292, 326, 359, 360, 368, 372; Robert Omnes, Yann Koatanlem, Amiral du Portugal et son neveu Nicolas, in *La Bretagne, Le Portugal, Le Brésil, Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais*, Paris, 1973.

(59) Jacques Bernard, *Navires et gens de mer à Bordeaux (vers 1400-vers 1550)*, tomo II, Paris, 1968, pp. 501, 645, 675.

(60) *Livro das Posturas Antigas*, p. 168.

compra e exportação de cortiça. Para a expedição a Arzila, em 1471, mandou Martim Leme seu filho António Leme, de Flandres, onde estava, «com certos espingardeiros e homens em uma urca» para servirem na empresa. Em carta de 14 NOV 1471 o rei concedeu a António Leme, cavaleiro da casa do príncipe, «posto que nós bem em conhecimento somos que elle da parte de seu pai pode trazer armas com diferença», novo brasão para dele usar como chefe de linhagem (61). Isto é: António Leme chegou em 1471, participou na expedição a Arzila, foi, logo, elevado a cavaleiro da casa do príncipe D. João, e recebeu brasão de armas. Foi navegador, viveu na Madeira e aí, segundo Bartolomeu de Las Casas, informou Cristóvão Colombo de uma viagem que fizera para Poente em que avistara três ilhas.

Em 24 JUL 1486 D. João II autorizou o flamengo Ferdinand Van Olmen (Fernão d'Ulmo ou Dulmo), «cavaleiro da casa real e capitão da ilha Terceira», a ir em duas caravelas à procura da ilha das Sete Cidades.

(61) A. Braamcamp Freire, *Notícias da feitoria de Flandres*, 1920, pp. 38, 39.

IV

AS BIOGRAFIAS DE CRISTÓVÃO COLOMBO

Cristóvão Colombo pretendeu envolver em densas nuvens e mistérios indecifráveis o período da sua juventude. Centenas de obras tentaram esclarecer as dúvidas com muitos autores, em polémica ardente e apaixonada, a lançarem propositadamente nuvens de fumo no fumo das nuvens.

A questão pode sintetizar-se em duas palavras: nacionalidade e profissão.

Quanto à nacionalidade, têm sido aventadas muitas hipóteses: genovês, savonês, catalão, galego, português, francês, corso, maiorquino, etc. É um assunto fora do âmbito do nosso estudo — admitamos, com a maioria dos autores modernos, que era genovês ou savonês (da Ligúria). Qualquer das outras hipóteses não está minimamente fundamentada. A portuguesa mereceu esta síntese magistral de J. Hermano Saraiva:

«...tem de se perfilar por estreitos labirintos de imaginação, ou lançar-se em acrobacias espectaculares. O primeiro, ou dos primeiros, a vir a terreiro, foi Patrocínio Ribeiro que, em 1915 se lembrou de que Colon deve estar relacionado com Colos, vila alentejana. Seria um dos conspiradores fugitivos, que trocou o nome para escapar aos perseguidores.

.S. A .S.
X M Y
: X̄PO FERENS. /

Assinatura de Cristóvão Colombo

Anos depois veio Pestana Júnior com nova intuição: Cristobal Colom é o mesmo que Simão Palha. Porque, como se sabe, o navegador precedia a assinatura de algumas letras misteriosas: Xpo Ferens ./.. Quem sobrepuer o ponto ao traço obtém uma cruz. E então pode ler-se: Christo ferens crucem, ou o que ajudou Cristo a levar a cruz. Ora quem fez isso foi, diz o Evangelho, o cireneu Simão. E Colom tem as mesmas letras que colmo, que é o mesmo que palha. Portanto, Simão Palha era o nome dele. Ora parece que houve um morgado de Benavila com esse nome. Eis Colombo transformado em morgado alentejano.

Há gostos para tudo, e não faltou quem levasse isto a sério. E pouco depois apareceu o major Santos Ferreira com nova descoberta. Christo ferens é o que conduz a Cristo. E Cristo é quem nos salva. Ora quem salva é salvador. Portanto, o nome que lá está é Salvador. Quanto à tal sinalefa do ponto e do traço, quer dizer Zarco, porque na língua dos judeus é esse o nome que se dá a um sinal gráfico do mesmo género. Se era Zarco, também seria Gonçalves. E aí está tudo claro como água: Salvador Gonçalves Zarco era o verdadeiro nome do descobridor da América.

Mas este recorde de imaginação não tardou a ser batido. Ferreira de Serpa deduziu que o respeitável patriarca da Madeira João Gonçalves Zarco (aliás Zargo) teve uma neta que foi seduzida pelo infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V e pai do rei D. Manuel. Daí nasceu um príncipezinho que foi nascer

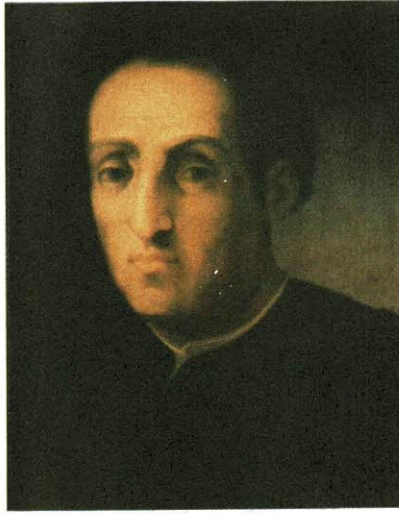
em Génova, para não beliscar os brios da família. Foi por isso que puseram à criança o nome de Salvador Gonçalves Zarco. Mas, mais tarde, para ocultar travessuras inconfessáveis, o jovem trocou o nome para Cristovam Colombo. A base de tudo isto eram, naturalmente, vozes misteriosas que só o autor escudou.

Recentemente saiu em Portugal o livro do Sr. Mascarenhas Barreto, que tem, sobre os seus congéneres, a vantagem de ter sido feito na era da informática, e apresenta, por isso, um indiscutível mérito: prova como a imaginação resiste aos computadores...». (1)

Quanto à profissão, o cerne do problema reside na seguinte pergunta: Cristóvão Colombo foi ou não corsário? A resposta tem importantes implicações na influência exercida pelos portugueses no descobridor da América. Se não foi, a influência é menor: residiu em Lisboa e na Madeira desde 1476 (ou 1479?) até 1485 e ocupou-se nos misteres de cartógrafo e agente comercial de mercadores genoveses. Se foi, tudo muda: navegou com o famoso corsário Colombo Velho, seu parente, pelo menos desde 1469 até 1476, atacando a navegação portuguesa em 1469 e servindo depois o rei de Portugal em missões corsárias desde 1470 até 1476, naufragou em 1476 ao largo do cabo de S. Vicente durante um ataque a navios comerciais genoveses, estabeleceu-se cá nesse ano e até 1485 comandou navios corsários portugueses, nomeadamente nos mares da Guiné. Até à segunda metade do séc. XIX todos acreditaram que foi corsário (sem daí retirarem as devidas ilações quanto à sua actividade em Portugal), mas a moderna versão oficial nega, baseada em documentos italianos, espanhóis e franceses: Cristóvão Colombo não era parente do corsário Colombo Velho e não navegou com ele.

Entretanto, a historiografia portuguesa manifesta-se passiva, permissiva e púdica evitando um tema de tal melindre: estão em causa duas batalhas ao largo do cabo de S. Vicente (em 1476 e 1485) que, em termos estritamente jurídicos, são actos de pirataria. Mas, sobre o corsário Colombo Velho também existem documentos portugueses, conhecidos, já publicados de modo singular em obras dispersas, nunca relacionados com a biografia de Cristóvão Colombo e injustamente esquecidos. Vamos exumá-los.

(1) Patrocínio Ribeiro, *A nacionalidade portuguesa de Cristóvão Colombo*, 1921; Pestana Júnior, *Cristóbal Colón ou Syman Palha*, 1928; Santos Ferreira, *Salvador Gonçalves Zarco, Cristóbal Colón*, 1930; Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, 1935; A. Gaspar da Naia, *Cristóbal Colón, instrumento da política portuguesa de expansão ultramarina*, 1950; Mascarenhas Barreto, *Cristóvão Colombo, agente secreto do rei D. João II*, 1988.



Cristóvão Colombo, retrato no Museu Naval de Madrid

1. A VERSÃO OFICIAL

Cristóvão Colombo nasceu em Génova, em 1451, numa família de humildes artesãos e negociantes, embarcou pela primeira vez em 1474 ou 1475 (com 23 ou 24 anos) na qualidade de mero agente comercial, estabeleceu-se em Portugal em 1476 (ou 1479?) exercendo as profissões de cartógrafo e agente comercial de mercadores genoveses, casou com Felipa Moniz, filha de Bartolomeu Perestrelo, capitão donatário de Porto Santo, provavelmente em 1484 apresentou a D. João II o seu projecto de alcançar as Índias navegando para Ocidente, transferiu-se para Castela em 1485 e largou de Palos (ria de Huelva) em 1492 para o descobrimento da América (2). Sobre as causas da sua fuga ou ida secreta para Castela, em 1485, têm sido formuladas algumas hipóteses:

- a) Despeitado por D. João II ter rejeitado a sua proposta.
- b) Por este, em face das suas informações, ter enviado uma expedição secreta para Ocidente.
- c) Por estar implicado na conspiração contra o rei.
- d) Para escapar aos credores.

(2) Cittá di Genova, *Cristoforo Colombo: Documenti e prove della sua appartenenza a Genova*, 1931.

A versão oficial, muito recente, da segunda metade do século passado, credita-se com fortes argumentos e desacredita-se com argumentos ainda mais fortes:

a) A crédito:

- 1.º — Actos notariais de Génova, de OUT 1470, MAR e ABR 1472 e AGO 1473 que registam um «Cristoforo Colombo», artesão e negociante de vinho e lãs, nascido em Génova em 1451.
- 2.º — O chamado «documento Assereto», só descoberto em 1904, pelo qual um «Cristoforo Colombo», genovês, estava em Génova em AGO 1479 (vindo de Lisboa para onde devia regressar em breve) e tinha ido em JUL 1478 de Lisboa à ilha da Madeira comprar açúcar por conta de Paolo Di Negro para a casa comercial genovesa dos Centurione.

b) A descrédito (fragilidades evidentes que suscitam contestações inapeláveis):

- 1.º — Contraria os testemunhos do próprio Cristóvão Colombo, dos seus principais biógrafos (o filho Fernando Colombo e o amigo e confidente Bartolomeu de Las Casas) e dos cronistas antigos.
- 2.º — Se não tinha experiência de mar, porque só começou a navegar em 1474 ou 1475, com 23 ou 24 anos, na qualidade de mero agente comercial, em viagens esporádicas porque durante anos residiu em Lisboa e na Madeira, podia poucos anos depois (antes de 1485) aparecer ao rei de Portugal «com as Índias na mão»?
- 3.º — Um plebeu genovês, humilde e pobre, podia casar com uma dama nobre portuguesa aparentada com a casa real?

Ou seja: o «Cristoforo Colombo» dos actos notariais de Génova, artesão e negociante, pode ser o «Cristóbal Colón», navegador? Ou não é o mesmo, ou exercia também outra profissão, principal, a de marítimo.

2. A VERSÃO «GENUÍNA»

(baseada nos testemunhos de Cristóvão Colombo, Fernando Colombo, Las Casas e dos cronistas antigos).

Navegou desde os 14 anos de idade, serviu às ordens de dois famosos corsários, seus parentes, chamados Colombo Velho e Colombo Jovem, comandou

em 1472 ou 1473 um navio corsário ao serviço de Renato de Anjou, naufragou em 1476 durante uma batalha ao largo do cabo de S. Vicente, estabeleceu-se nesse ano em Portugal, participou na Expansão Marítima, foi muitas vezes à Guiné e esteve em S. Jorge da Mina.

3. OS TESTEMUNHOS DE CRISTÓVÃO COLOMBO

(em diários, cartas e notas marginais).

A versão oficial pretende anular o valor probatório destes testemunhos alegando que, além de enigmáticos e contraditórios, são «fanfarronadas» do navegador que se vangloriava de feitos que não praticou. Mas, depois de ter regressado da América em 1493, viagem que lhe deu muita fama e proveito, precisava de se vangloriar de feitos menores?

a) «Yo no soy el primer almirante de mi familia» (carta ao príncipe D. João de Castela). Frase enigmática que todos atribuem ao alegado parentesco com os dois corsários Colombo e a versão oficial nega vivamente.

b) «Yo he andado por el mar veintitres años sin salir por tiempo que deba descontarse. Navegué por todo el Levante e todo el Ponente» (em DEZ 1492 no seu Diário). Se andou no mar 23 anos seguidos, começou em 1469 (1492—23=1469). Há quem pretenda que nestes 23 anos não estão incluídos os que passou em Espanha antes da primeira viagem (1485 até 1492), mas essa não é a interpretação que ele quis dar a esta anotação, além de que navegou nesse período: em 1487 e 1488 os Reis Católicos mandam dar algumas quantias a «Cristóbal Colomo ...que está aquí haciendo algunas cosas complideras al servicio de sus Altezas» — era a fórmula usada para assuntos reservados. Em 12 MAI 1489 ordenam que as justiças «de todas as cidades, vilas e lugares» forneçam «a ele e aos seus», mantimentos e aposentos porque está «à entender en algunas cosas complideras à nuestro servicio»:

«...Concejos, Justicias, Regidoresde todas las Ciudades, é Villas, é Lugares de los nuestros Reinos é Señoríos: Cristóbal Colomo ha de venir á esta nuestra Corte, é á otras partes é logares destos ...nuestros Reinos, á entender en algunas cosas complideras á nuestro servicio ...le aposentedes é dedes buenas posadas en que pose él é los suyos sin dineros ...é los mantenimientos á los precios que entre

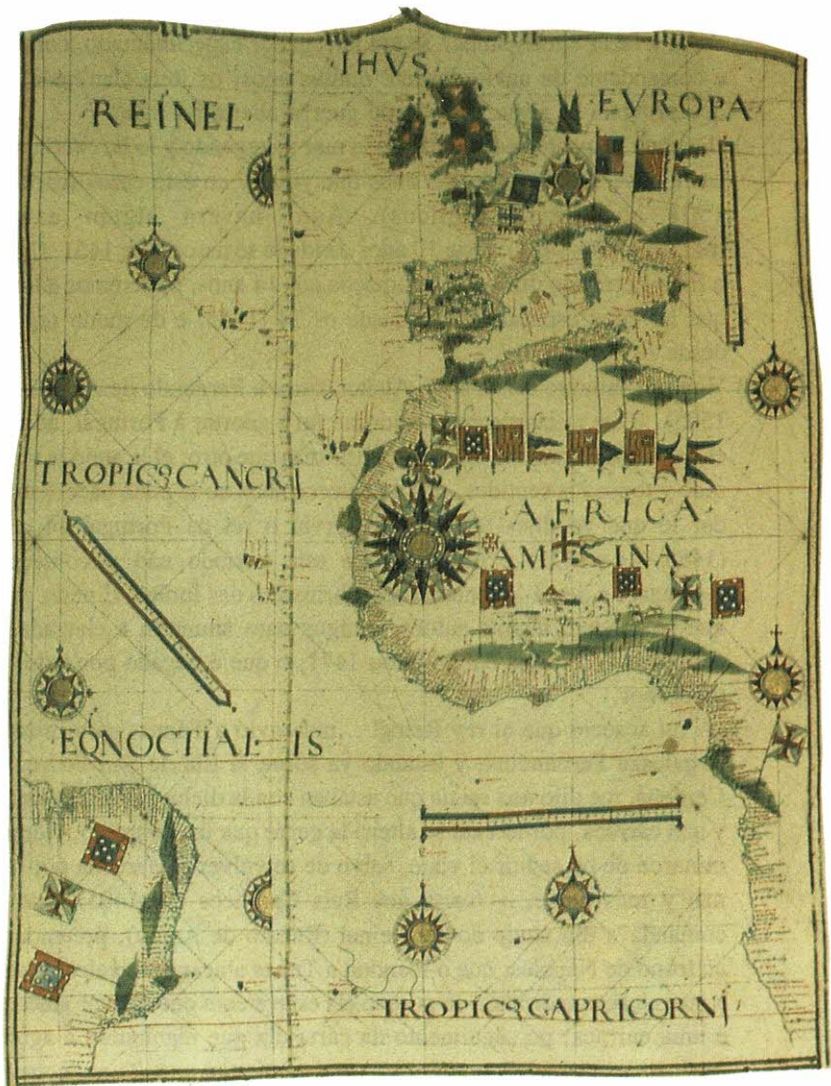
vosotros valieren por sus dineros. E non revolvades con él ni con los que llevase consigo...». (3)

Que «cosas complideras» poderiam ele e «os que levasse consigo» andar a fazer em Espanha? Se era navegador experimentado, corsário e comandante de navio durante muitos anos, os Reis Católicos iam desaproveitá-lo neste período de guerra aberta no mar?

- c) «De muy pequeña edad entré en la mar navegando y lo he continuado hasta hoy. Ya pasan de XL años que yo voy en este caso» (carta de 1501 aos Reis Católicos). Aqui haverá algum exagero(1501—40=1461); teria 10 anos de idade se nasceu em 1451. Como o filho Fernando diz que ele começou aos 14 anos, poderemos admitir que navegou espaçadamente desde os 14 (1465) e de modo regular desde os 18 (1469).
- d) Vim por milagre servir a V. Alteza (carta a Fernando de Aragão em 1505). «Dije milagrosamente porque fui à aportar à Portugal, adonde el Rey de alli entendia en el descubrir mas que otro: el le atajó la vista, oido y todos los sentidos, que en catorce años no le pude hacer entender lo que yo dije» (4). Isto é: serviu o rei de Portugal 14 anos (1485—14=1471) e durante todo este período não o conseguiu convencer a deixá-lo tentar o descobrimento das Índias. É nesta carta que se fundam alguns autores antigos para situarem a chegada de Colombo a Portugal em 1470 ou 1471, o que é negado por todos os modernos.
- e) «A mí acaeció que el rey Reinel ...me envió a Túnez, para prender la galeaza Fernandina, y estando ya sobre la isla de San Pedro, en Cerdeña, me dijo una saetía que estaban con la dicha galeaza dos naos y una carraca, por lo cual se alteró la gente que iba conmigo, y determinaron de no seguir el viaje, salvo de se volver a Marsella por otra nao y más gente...» (carta aos Reis Católicos em 1495). Isto é: comandava um navio do rei Reinel (Renato de Anjou), pretendente ao trono de Nápoles, que o mandou a Tunes atacar uma galeaça, mas a guarnição amedrontou-se porque ela estava com outras duas galeaças e uma carraca; no seguimento da carta diz que manipulou a agulha magnética enganando a guarnição que continuou para Tunes conven-

(3) M. Fernández de Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, tomo II, Madrid, 1825, pp. 4, 6.

(4) Consuelo Varela, *Cristóbal Colón, Textos y documentos completos*, Madrid, 1982, p. XX.



*Jorge Reinel, c. 1540
Biblioteca Barone Ricasoli — Firidolfi, Firenze*

- cida de que regressava a Marselha. Não data o evento mas só pode ser 1472 ou 1473 como é reconhecido por todos os autores embora a maioria negue a veracidade deste depoimento (5).
- f) «Yo me he hallado traer dos naos y dejar la una en el Puerto Santo ...en que se detuvo un día, y yo llegué a Lisboa ocho días antes que ella, porque yo llevé tormenta de viento de Sudoeste, y ella no sintió sino poco viento Nordeste, que es contrario» (Diário da segunda viagem). Ou seja: comandava duas naus portuguesas em torna-viagem da Guiné.
- g) Esteve no castelo de S. Jorge da Mina e navegou «muchas veces desde Lisboa e Guinea»: «...ni decir del presente de los Reys de Portugal, que tuvieron corazon para sostener a Guinea ...y que gastaron oro y gente à tanta, que quien contase toda la del reino se hallaria que otra tanta como la mitad son muerto en la Guinea, y todavia la continuaron...» (a constância dos reis de Portugal no descobrimento da Guiné, o dinheiro e os homens que lá perderam, cujo cálculo pode ser avaliado em metade da população). O seu Diário tem muitas referências à Guiné. Também Las Casas diz que ele «navegó algunas veces aquel camino (Guiné) en compañía de los portugueses, como persona ya vecina y cuasi natural de Portugal».
- h) Numa das suas anotações marginais informa que o médico-cosmógrafo José Vizinho deu conta a D. João II (Maio de 1485), na sua presença, das latitudes que obtivera nas costas da Guiné. Noutra anotação diz: «Bartolomeu Dias anunciou ao rei que tinha ido até ao cabo da Boa Esperança e mostrou-lhe uma carta de navegação. Encontrava-me presente» (6).
- i) Nos princípios de 1488 escreveu uma carta a D. João II solicitando autorização para vir a Portugal, porque o rei respondeu afirmativamente numa carta de 22 MAR 1488, endereçada a «Xpovam (Cristóvão) Collon, nosso especial amigo em Sevilha»: «...Nos dom Joham per graça de Deus Rey de Portugall ...vos enuyamos muyto saudar. Vymos a carta que Nos screpuestes e a booa vontade e afeijom que

(5) Angel de Altolaquirre y Duvalé, *Llegada de Colón a Portugal*, Madrid, 1892, pp. 10 e segs.

(6) Consuelo Varela, *ob. cit.*, pp. 10, 11, 12, 167.; *Vida del almirante Don Cristóbal Colón escrita por su hijo Hernando Colón*, México, 1947, pp. 35 e segs.; Frei Bartolomeu de Las Casas, *História de las Indias*, ed. 1951, p. 32; L. Adão da Fonseca, O essencial sobre Bartolomeu Dias, p. 9. Sobre os testemunhos de Cristóvão Colombo, António Fernández Fernández, Año del nacimiento de D. Cristóbal Colón-1446, Vigo, 1957.

por ella mostraes teerdes a nosso seruiço vos agradeçemos muyto. E quanto a vossa vynda ca certo assy pollo que apontaes como por outros Respeitos pera que vossa jndustria e bõ engenho nos sera necessareo nos a desejamos e prazernosha muyto de vyrdes ...E porque por uentura teerees algũ rreço de nossas justiças por razã dalgũas cousas a que sejaes obrigado Nos per esta nossa carta vos seguramos ...que nom sejaes preso rreteudo acusado çitado nem demandado por nenhũa cousa ora seja ciuil ora crime de qualquer qualidade...» (7). D. João II, o feroz centralizador do poder régio, o «senhor dos senhores», trata por «especial amigo» o humilde plebeu genovês Cristóvão Colombo, antes do descobrimento da América, quando ele ainda era «ninguém». Quando, um soberano deste estofo, tratou «alguém» de tal modo por mais altamente colocado que estivesse?

Outros testemunhos, obscuros ou enigmáticos, não contradizem, no essencial, os que aqui indicámos.

4. AS BIOGRAFIAS DE FERNANDO COLOMBO E BARTOLOMEU DE LAS CASAS

A biografia escrita pelo filho Fernando também contém frases enigmáticas e obscuras com a intenção aparente de ocultar a verdade numa anfibologia que os vindouros se encarregariam de decifrar. Segue, na generalidade, os escritos do pai acrescentando, na parte que nos interessa, três informações:

- a) Cristóvão começou a navegar aos 14 anos.
- b) Era parente dos dois «ilustres Colones» (Colombo) e navegou durante muito tempo com um deles.
- c) Chegou a Portugal a nado na sequência de uma batalha ao largo do cabo de S. Vicente.

«...Fué principio y causa de la venida del Almirante (Cristóvão) a España y de haberse dedicado a las cosas del mar, un varón destacado de su nombre y familia, llamado Colombo, muy nombrado por la mar con motivo de la armada que condujo contra los infieles y enemigos de su patria, tal que con su nombre espantaba a los niños en la cuna ...este fué llamado Colombo el Mozo, a diferencia de otro que antes había sido hombre famoso en la mar...navegó con Colombo el Mozo, lo cual hizo durante mucho tiempo...». Isto é: como havia

(7) Armando Cortesão, *ob. cit.*, pp. 208, 210; J. Silva Marques, *ob. cit.*, vol. III, pp. 341, 342.

nessa época um homem famoso, o maior dos corsários desse tempo, que tinha o seu nome e era chamado Colombo Jovem (ou Moço), para o distinguir de um outro Colombo que se tinha feito famoso antes dele, e como esse Colombo Jovem conduzia uma forte armada contra infiéis e outros inimigos do seu país, Cristóvão Colombo decidiu ir com ele e viajou longo tempo na sua companhia.

Havendo notícia de que quatro grossas galeras venezianas regressavam de Flandres, saíram ao encontro delas: «...venidos a las manos combatieron con furor y se acercaron hasta aferrarse con tanto odio y coraje que pasaban de un barco a otro, matándose e hiriéndose sin piedad ...habiendo combatido desde la mañana hasta la hora de vísperas, y estando ya muerta y herida mucha gente de ambas partes, el fuego prendió entre la nave del Almirante (Cristóvão) y una galera gruesa veneciana, que como estaban trabadas con garfios y cadenas de hierro ...no pudo ser atajado por ninguna de las partes, por lo trabadas que se hallaban y por el espanto del fuego...»; Cristóvão Colombo lançou-se ao mar, chegou a terra a nado e foi residir junto da colónia genovesa em Lisboa (8).

Esta descrição é a do típico ataque corsário a navios comerciais armados: o corsário visa apresar os navios e a mercadoria sem os danificar, a fim de vender as presas e distribuir o lucro em quinhões, o que implica uma manobra morosa de perseguição, abordagem (com arpéus e cadeias de ferro) e luta corpo a corpo que pode demorar muitas horas.

A biografia escrita por Las Casas, amigo e confidente de Cristóvão Colombo, é muito semelhante e relata a mesma batalha da mesma maneira (9).

Este relato causou grandes dificuldades de ordem cronológica porque se conhecia uma batalha no cabo de S. Vicente entre o corsário Colombo Jovem e quatro navios venezianos, mas em AGO 1485, quando Cristóvão já saíra de Portugal para se fixar em Espanha. Todos pensaram que Fernando e Las Casas haviam mentido até que no fim do século passado foram encontrados em arquivos italianos e espanhóis documentos que registam outra batalha no cabo de S. Vicente, em AGO 1476, com os pormenores do relato de Fernando e Las Casas, e uma diferença fundamental: os assaltados não são venezianos mas genoveses. Voltaremos a estas batalhas mais adiante, com descrições pormenorizadas, mas importa desde já sublinhar o seguinte:

- a) A primeira (AGO 1476) opôs uma armada franco-portuguesa comandada por Colombo Velho a genoveses; a segunda (AGO 1485) opôs uma armada francesa comandada por Colombo Jovem a venezianos.

(8) *Vida del almirante Don Cristóbal Colón...* pp. 38 e segs.

(9) Las Casas, *ob. cit.*, p. 34.

Nem a França nem Portugal estavam em guerra com Génova ou Veneza. Por outras palavras: ambas são actos de pirataria.

- b) A primeira (AGO 1476) durou 10 horas com abordagem, luta corpo a corpo, incêndio, afundamento de sete navios que estavam mutuamente amarrados e grande mortandade de parte a parte. A segunda (AGO 1485) durou 20 horas (muitas, certamente, na perseguição) e não houve incêndio, nem naufrágio, nem numerosas baixas.
- c) A segunda (AGO 1485) é relatada pelo cronista veneziano Sabellico num texto muito conhecido. Fernando Colombo cita Sabellico, transcreve literalmente alguns parágrafos orientando o leitor para esta batalha, mas o relato que faz é completamente diferente: é o da batalha de AGO 1476.
- d) Assim, já todos os autores modernos aceitam que Fernando e Las Casas não mentiram: ao relatarem a batalha de 1485 com os pormenores da de 1476 estavam, obviamente, a remeter o leitor vindouro para esta. Utilizaram este estratagema porque, sendo Cristóvão Colombo genovês, não podiam dizer que atacou genoveses. Portanto, pretenderam dizer que Cristóvão navegou muito tempo com o corsário Colombo Velho (e não com o Jovem), participou no ataque a navios genoveses em AGO 1476 e estabeleceu-se nesse ano em Lisboa (10). Aliás, o corsário Colombo Jovem nunca foi famoso — na documentação coeva só é mencionado na batalha de AGO 1485. O famoso, que amedrontava os meninos no berço (espantaba a los niños en la cuna), como dizem Fernando e Las Casas, foi o Colombo Velho que desde 1469 até, pelo menos, 1478, raziou no Canal da Mancha, no Atlântico e no Mediterrâneo.

5. OS CRONISTAS ANTIGOS

Num manuscrito do arquivo de Estado de Veneza, de 1485, intitulado «Ambasciatori al re di Portogallo», lê-se: «Ser Girolamo Donà fu de ser Antonio cavalier a Giovanni II re, per ringratiarlo de favori et aiuti impartiti ad una galera veneziana, presa con altre di conserva al capo di San Vincenzo nell'Oceano da Cristoforo Colombo corsaro, sotto pretesto della scomunica fulminata dal papa contro la republica». Isto é: a senhoria de Veneza enviou em 1485 um embaixador

(10) Luis Ulloa, *El pre-descubrimiento hispano-catalan de América en 1477...*, Paris, 1928, pp. 306 e segs.

ao rei de Portugal, D. João II, para «ringratiarlo de favori et aiuti», quando uma galera veneziana foi apresada, com outra, de conserva, no cabo de S. Vicente pelo corsário Cristóvão Colombo (Cristoforo Colombo corsaro), sob o pretexto de que o Papa havia excomungado a república de Veneza. A. Salvagnini (11) transcreve este manuscrito, relaciona-o com a batalha de AGO 1485, entre o corsário Colombo Jovem e quatro navios venezianos, e conclui que a senhoria de Veneza confundiu Cristóvão Colombo com Colombo Jovem. Voltaremos a este assunto mais adiante, mas não parece ser a mesma batalha, porque agora só está em causa uma galera veneziana, apresada com outra (una galera veneziana presa con altre di conserva). De qualquer modo, uma coisa é evidente: em 1485 a senhoria de Veneza atribui um assalto no cabo de S. Vicente a «Cristoforo Colombo corsaro», ou seja, antes de este ser famoso como descobridor da América, em 1493, já era famoso como corsário.

Logo após o descobrimento da América (1493) as cartas diplomáticas que circulavam na Itália atribuíam o feito a «Cristoforo Colombo» («Coloma»), «grande homem de mar», parente dos corsários Colombo (12).

A «Vite dei pontefici», edição de 1507, também atribui o feito ao corsário Cristóvão Colombo: «Fu anchora da questi re mandato Christoforo Colombo corsale di natione genovese ad cercare terra nove in mare» (13).

António Gallo, cronista genovês, amigo dos Colombo, diz que Cristóvão e o irmão Bartolomeu cardaram lã mas «assim que atingiram a puberdade tornaram-se embarcações, de acordo com o costume dos seus». Também Gómara, em 1552: «Este Cristóvão Colombo começou de pequeno a ser marinheiro, ofício que usam muito os da Ribeira de Génova». Também o bispo Giustiniani, genovês, em 1516: «Este Cristóvão Colombo, havendo aprendido em tenra idade os rudimentos das letras, quando atingiu a idade adulta dedicou-se à arte de navegar e foi para Lisboa onde aprendeu a cosmografia que lhe ensinou um irmão seu que fazia ali cartas de marear».

6. O CORSÁRIO CRISTÓVÃO COLOMBO

A faina corsária nunca foi posta em causa até à segunda metade do séc. XIX. Mesmo nessa época, quando muitos iniciaram uma campanha tendente à sua

(11) A. Salvagnini, Cristoforo Colombo e i corsari Colombo suoi contemporanei, in *Raccolta di documenti e studi pubblicati della R. Commissione Colombiana...*, Roma, 1894, parte II, vol. III, p. 132.

(12) Città di Genova..., p. XII.

(13) A. Salvagnini, *ob. cit.*, p. 132.

canonização porque com a descoberta da América havia ganhado milhões de pessoas para o cristianismo, ainda todos lhe atribuíam feitos navais pouco ortodoxos. Com efeito:

a) O próprio navegador disse:

- Não era o primeiro almirante da sua família.
- Começou a navegar muito novo e andou sempre no mar.
- Comandou um navio corsário de Renato de Anjou.

b) Os seus principais biógrafos, o filho Fernando Colombo e o amigo e confidente Las Casas, acrescentaram:

- Começou a navegar aos 14 anos.
- Era parente dos corsários Colombo, o Velho e o Jovem, e navegou muito tempo com um deles.
- Chegou a Portugal a nado na sequência de uma batalha ao largo do cabo de S. Vicente.

Os documentos actualmente conhecidos permitem garantir, como já todos os autores modernos reconhecem, que Fernando e Las Casas estavam a referir o corsário Colombo Velho e a batalha que este travou em AGO 1476 com navios comerciais genoveses.

- c) Em 1485 a senhoria de Veneza atribuiu ao corsário Cristóvão Colombo um ataque a navios venezianos, isto é, antes de ele ser famoso como descobridor da América já era famoso como corsário.
- d) Após o descobrimento da América as cartas diplomáticas que circulavam na Itália atribuíam o feito a Cristóvão Colombo, «grande homem de mar», parente dos corsários Colombo.
- e) É designado corsário ou «grande homem de mar» em todos os documentos coevos.

A actual versão oficial é que é ilógica e inverosímil: o descobridor da América era um humilde artesão, sem experiência de mar, que embarcou pela primeira vez em 1474 ou 1475 (com 23 ou 24 anos), na qualidade de mero agente comercial. É ilógica, inverosímil e até caricata:

- a) Em 1485 Cristóvão Colombo saiu secretamente de Portugal e dirigiu-se para Palos que, já vimos atrás, foi o centro da pirataria andaluza ao

longo de todo o período que medeia entre 1468 e 1492. Em 1492 largou de Palos para o descobrimento da América com a nau «Santa Maria», alugada ao respectivo proprietário, Juan de La Cosa, e as caravelas «Pinta» e «Niña», comandadas pelos irmãos Martín Alonso Pinzón e Vicente Yáñez Pinzón.

- b) Martín Alonso Pinzón, natural de Palos, era um marinheiro experiente que navegou desde criança no Mediterrâneo, no Atlântico, nas Canárias e na Guiné. Tinha sempre um, dois ou três navios seus na guerra contra os portugueses (1468-1479); «não havia navio de portugueses que ousasse enfrentar», disse uma testemunha nos «Pleitos de Colón». Os irmãos Vicente Yáñez e Francisco Martín também eram corsários experientes: com Martín Alonso, foram réus por delitos cometidos nos mares de Ibiza e da Catalunha (14).
- c) Não se sabe quando Juan de La Cosa saíu da sua terra, Santoña, e foi para um dos portos andaluzes (Palos, Puerto de Santa Maria, ou outro), mas já lá deveria estar durante a guerra com os portugueses. Alguns, como Ballesteros Beretta, pensam que a origem do seu bem estar económico derivará dos resgates da Guiné (15).
- d) Quando Cristóvão Colombo regressou a Palos em 1492, a fim de preparar a viagem, era portador de uma ordem real para os habitantes, que haviam sido condenados no ano anterior a uma pena colectiva como consequência de uma expedição pirata, serem obrigados a fornecer duas caravelas e a respectiva tripulação.
- e) Assim, muitos tripulantes, incluindo os principais, eram corsários (piratas). O comandante de expedição tão importante seria o único «puro»? Sendo de Génova, onde, segundo Jacques Heers, «a pirataria foi uma irresistível tentação ...nenhuma cidade cristã do Mediterrâneo foi tão famosa pelos seus piratas. Precisamente os anos 1460-70 ...foi a época dos grandes piratas»?

Mas, se até à segunda metade do século passado ninguém pôs em dúvida a faina corsária de Cristóvão Colombo, o curioso é que também ninguém retirou

(14) F. Morales Padrón, *Historia del descubrimiento y conquista de América*, Madrid, 1971, p. 84; C. Fernández Duro, *Los hermanos Pinzón*, Buenos Aires, 1944; Cesare de Lollis, *Cristoforo Colombo nella legenda e nella storia*, Milão, 1892; Roselly de Lorgues, *Vie de Cristophe Colomb*, Paris, 1855; Léon Bloy, *Le révélateur du Globe*, Paris, 1884; G. Odoardi, *O processo de beatificação de Cristóvão Colombo*, in *Convenção internacional de estudos colombinos*, Génova, 1951, vol. II.

(15) A. Ballesteros Beretta, *La marina cantabra y Juan de la Cosa*, Santander, 1954, pp. 137 a 139.

a ilação óbvia: foi corsário ao serviço do rei de Portugal durante 14 anos. Com efeito:

- a) Segundo Fernando Colombo e Las Casas, Cristóvão navegou muito tempo com o corsário Colombo Velho.
- b) Em 1492 Cristóvão disse que andava no mar há 23 anos seguidos (1492—23 = 1469).
- c) Colombo Velho começou a actuar em 1469, nesse ano atacou a navegação portuguesa, e ainda nesse ano ou no seguinte (veremos adiante) foi contratado pelo rei português.
- d) Segundo Fernando e Las Casas, Cristóvão estabeleceu-se em Portugal em 1476, na sequência da batalha que opôs a armada franco-portuguesa comandada por Colombo Velho a navios comerciais genoveses.
- e) Cristóvão disse que serviu 14 anos o rei de Portugal (1485—14 = 1471).
- f) Esteve em S. Jorge da Mina, muitas vezes na Guiné, e pelo menos uma vez comandou dois navios portugueses em torna-viagem da Guiné.
- g) Disse que estava com o rei D. João II quando o médico-cosmógrafo José Vizinho lhe expôs um assunto de cosmografia e quando Bartolomeu Dias regressou do cabo da Boa Esperança.
- h) Em 1488 D. João II escreveu-lhe uma carta a tratá-lo por «especial amigo». Seria «especial amigo» porque:

- Nesta época a guerra no mar era conduzida pelos corsários. Os principais corsários portugueses (vimos atrás) eram fidalgos da casa real, ligados directamente ao rei.
- Em 1471 o príncipe D. João, com 16 anos, já administra o resgate e as rendas da Guiné, enquanto Cristóvão tem 20 anos e navega com Colombo Velho que está ao serviço do rei de Portugal.
- Em 1474 o príncipe decreta o «mare clausum» na Guiné, para o que precisa de força — a força dos corsários. Cristóvão é corsário experiente, comandante de navio pelo menos desde 1472 ou 1473.
- Em 1476 Cristóvão naufraga durante a batalha ao largo do cabo de S. Vicente, fixa residência em Portugal, e continua ao serviço do príncipe (depois rei) D. João até 1485.

Apesar de toda esta matéria indiciária a historiografia portuguesa nunca explorou a pista, evitando um tema de tal melindre: a pirataria e o corso.

7. A GÉNESE DA VERSÃO OFICIAL

Até à segunda metade do século passado todos aceitavam a versão «genuína»: Cristóvão navegou desde muito novo e foi corsário durante muitos anos. A moderna versão oficial nega tudo. Como se processou esta inversão total?

Em 1874 Henry Harrisse («Les Colombo de France et d'Italie») fez três revelações sensacionais:

- a) O Colombo Velho, que desde 1469 atacou navios comerciais de várias nacionalidades, nomeadamente italianos, seria o vice-almirante francês Guillaume de Casenove, dito «Coullon» ou «Coulomp».
- b) O Colombo Jovem, que os documentos da época só mencionam uma vez, na batalha de AGO 1485, seria o grego Jorge Bissipat, dito «Jorge Grego», corsário ao serviço do rei de França, ou, então, um parente de Casenove (filho ou sobrinho).
- c) O único corsário que poderia ser parente de Cristóvão Colombo era um «Colombo corsaro de S. Remo» ou de Onelia (Ligúria), preso e justicado em 1492, mas que nunca navegou com os dois famosos Colombo, o Velho e o Jovem.

Isto é: os Colombo Velho e Jovem não eram genoveses, nem sequer italianos, e, portanto, não podiam ser parentes do genovês Cristóvão Colombo. Adquiriam, assim, inesperada força probatória os recém-descobertos actos notariais de Génova de OUT 1470, MAR e ABR 1472 e AGO 1473 que registam um «Cristoforo Colombo» artesão e negociante de vinho e lãs. Ou seja: Cristóvão não navegou com os corsários Colombo, não foi corsário e nem sequer marítimo. Diz Harrisse: «como conciliar isto (a actividade corsária) com os actos notariais...? E por que é que nesses actos se diz artesão e não marítimo?» (16). A frase enigmática de Cristóvão, «não sou o primeiro almirante da minha família», explicitada por Fernando e Las Casas que lhe atribuem parentesco com os Colombo, é uma «fanfarronada» do navegador que pretendia esconder a sua origem humilde. Por outras palavras: Cristóvão, Fernando e Las Casas mentiram, e também mentiram os cronistas antigos induzidos em erro pelas «fantasiosas» afirmações colombinas.

Esta surpreendente reviravolta quadrava bem à mentalidade moderna para a qual o corso já era eticamente reprovável. Muitos surpiraram de alívio: Cristóvão Colombo não foi corsário. Outros autores vieram aprofundar e consolidar

(16) Henry Harrisse, *Les Colombo de France et d'Italie — fameux marins du XV siècle*, Paris, 1874.

esta tese. O italiano A. Salvagnini («Cristoforo Colombo e i corsari Colombo Suoi Contemporanei», in «Raccolta...Colombiana», Roma, 1894) carrou novos documentos sobre os corsários Colombo incluindo os relativos à batalha de AGO 1476 que HARRISSE desconhecia. O francês Charles de la Roncière («Histoire de la marine française») rejubilou: afinal, Colombo Velho, o «terror dos mares» («Immensi tremor Oceani») da segunda metade do séc. XV, era, inesperadamente, francês (17). O americano Henry Vignaud («Études critiques sur la vie de Colomb avant ses découverts», Paris 1905) atingiu o paroxismo: Cristóvão Colombo era um impostor e todas as suas afirmações são falsas (18). Mais serena, a cidade de Génova veio a terreiro arrumar a questão («Città di Génova, Colombo», 1931): «É, pois, necessário reconhecer que existe uma contradição evidente entre a verdade e o que Cristóvão Colombo deixou circular a seu respeito... a pretendida descendência de almirantes, a nobreza de família, as viagens de circum-navegação, as empresas guerreiras são lendas queridas ou toleradas por Colombo, por motivos demasiado evidentes e escusáveis... não é mais natural atribuir esses acontecimentos extraordinários ao reino da fantasia e ao estado de espirito em que Colombo se encontrava depois do seu triunfo efémero?» (19).

Em suma, a versão oficial desenvolve-se em duas vertentes:

- 1.^a — Valorização dos documentos relativos ao «Cristoforo Colombo» artesão sem experiência de mar (actos notariais e «documento Assereto», descoberto em 1904).
- 2.^a — Denegação dos testemunhos de Cristóvão Colombo, Fernando, Las Casas e dos cronistas antigos.

Vejamos, então, como refuta três parâmetros fundamentais da tese «Cristóvão Colombo, corsário»: a) comandou um navio ao serviço de Renato de Anjou; b) participou na batalha de AGO 1476; c) serviu 14 anos o rei de Portugal.

- a) «Para demonstrar o serviço... a Renato de Anjou necessário seria demonstrar... que (Cristóvão) Colombo, filho, irmão, sobrinho e primo de pobres artesãos... havia já adquirido uma tal reputação de marinho que um príncipe, sobrepondo-se aos preconceitos da época, poderia confiar-lhe o comando duma galera real» (HARRISSE). «Como explicar que um genovês, que documentos autênticos nos mostram

(17) Charles de la Roncière, *Histoire de la marine française*, vol. II, 2.^a ed., Paris, 1914, p. 333.

(18) Henry Vignaud, *Études critiques sur la vie de Colomb avant ses découvertes*, Paris, 1905, pp. 186 e segs., e *Le vrai Christophe Colomb et la légende*, Paris, 1921, p. 48.

(19) Città di Genova..., p. XIII.

exercendo a sua profissão de artesão... em 1472 e 1473, apareça subitamente transformado em capitão experimentado correndo os mares?» (Vignaud) (20).

Esta argumentação é muito frágil:

- 1.º — Nada prova que o «Cristoforo Colombo» dos actos notariais seja o «Cristóbal Colón» navegador.
- 2.º — Mesmo que seja, os actos notariais mostram que esteve em Génova em MAR e ABR 1472 e AGO 1473, e indicou a profissão de artesão, o que não implica que não fosse também, e principalmente, corsário.
- 3.º — Se navegou com Colombo Velho que atacava navios comerciais genoveses ia, em Génova, dizer que era corsário?.
- 4.º — O comando de navio corsário era confiado a qualquer corsário qualificado, independentemente da sua origem nobre ou plebeia — até turcos, mouros, escravos etc. (abundam os exemplos).

b) Como não navegou com Colombo Velho (nem sequer tinha experiência de mar) não participou na batalha de AGO 1476. A conclusão é óbvia: se não era corsário, nem sequer marítimo, não participou neste ataque corsário. Mas, aqui, a maioria dos autores modernos pretende ceder algo à tradição, à verdade incontestada durante três séculos: sim, Cristóvão participou na batalha e chegou a nado à costa portuguesa, mas vinha como passageiro, pacífico agente comercial, num dos navios genoveses assaltados. Isto, muito depois de serem encontradas as listas dos tripulantes dos navios assaltados, nas quais Cristóvão não consta (nem poderia constar). Sustentam esta postura, insustentável, Vignaud, Charles Verlinden, Perez Embid, S. Eliot Morison, Ballesteros Beretta, Enrique de Gandia, P. Voltes Bou, Gaetano Ferro, P. E. Taviani, M. Mahn-Lot, etc. (21). Não há conciliação possível: ou era corsário e vinha com os assaltantes ou não participou na batalha e não chegou a nado à costa portuguesa.

(20) Luis Ulloa, *ob. cit.*, pp. 268 e segs. Muitos seguidores da versão oficial aceitam o serviço a Renato de Anjou; por exemplo, Charles Verlinden, *Christophe Colomb*, Paris, 1972, p. 17.

(21) M. Mahn-Lot, *Cristóvão Colombo*, ed. 1985, p. 26; Bjorn Landstrom, *Columbus*, Estocolmo, 1967, p. 24; Charles Verlinden, *Christophe Colomb et Barthélemy Dias*, 1979, p. 20; Gaetano Ferro, *Le navigazioni lusitane nell'Atlantico e Cristoforo Colombo in Portogallo*, Milão, 1984, p. 222; Samuel Eliot Morison, *Cristóvão Colombo...*, ed. 1962, p. 26.

c) Nunca esteve ao serviço do rei de Portugal. Aliás, ao serviço de qual rei poderia estar 14 anos (1470 ou 1471-1485), se D. Afonso V morreu em 1481 e D. João II subiu ao trono nesse ano? Este argumento, defendido por HARRISSE e outros (22), é falacioso: não podem ignorar que o príncipe D. João já governava «de facto» em 1470, nomeadamente nos mares da Guiné.

Esta versão agrada a todos, excepto aos portugueses:

- a) Agrada à generalidade dos historiadores modernos porque Cristóvão Colombo é uma personagem lendária, mítica, sacralizada; reconhecer que foi corsário fere a sensibilidade e os conceitos morais do séc. XX.
- b) Agrada aos italianos porque favorece a alegada naturalidade genovesa do navegador, conferindo força probatória aos seguintes documentos:
 - Actos notariais de Génova, que registam um «Cristoforo Colombo», artesão e negociante, nascido em Génova em 1451.
 - Documento «Assereto», pelo qual um «Cristoforo Colombo», genovês de 27 anos de idade, estava em Génova em 1479 a tratar de negócios relacionados com a compra de açúcar da Madeira.
- c) Agrada aos espanhóis porque, sendo inviável fundamentar a pretensa nacionalidade espanhola do navegador, resta sustentar que ele «nasceu» para a faina marítima quando chegou a Espanha em 1485. A posição oficial espanhola é bem sintetizada por Morales Padrón (23): «Lo que fuera el discurrir de su vida anterior — pirata o mercader — interessa brevemente: nos basta saber su origem». Não interessa saber se foi

(22) Henry HARRISSE, *Christophe Colomb, son origine, sa vie, ses voyages...*, tomo I, Paris, 1884, p. 262; Salvagnini, *ob. cit.*, p. 139; Emiliano JOS, *El plan y la génesis del descubrimiento colombino*, Valhadolid, 1979, p. 43; Consuelo VARELA, *ob. cit.*, p. XX.

Aceitam que Cristóvão Colombo serviu 14 anos o rei de Portugal, LOLLIS, PERAGALLO, IRVING, DESIMONI, HUMBOLDT, MAJOR, FISKE, HOEFER, LORGUES, TARDUCCI, ASENSIO e NARBONA.

(23) Morales Padrón, *ob. cit.*, p. 67. Salvador de Madariaga ao pretender, sem êxito, provar que o navegador era descendente de judeus espanhóis radicados em Génova, sustenta que ele foi corsário, e serviu 14 anos o rei de Portugal, mas não retira, porque não lhe convém, a ilação óbvia: foi corsário ao serviço do rei de Portugal durante 14 anos. Foi corsário até 1476, participou na batalha do Cabo de S. Vicente, e serviu o rei de Portugal desde 1478 (?) até 1492 (?), quando estava em Espanha (?). (*Vida del muy magnífico señor Don Cristóbal Colón, Buenos Aires, 6.ª ed.*, 1956, pp. 66, 67, 73).

pirata ou mercador, porque foi pirata, marinheiro experiente, antes de chegar a Espanha.

- d) Agrada aos franceses porque provaria que o «terror dos mares» da segunda metade do séc. XV era o francês Guillaume de Casenove.
- e) Agrada aos italianos, espanhóis e franceses porque apouca a influência exercida em Cristóvão Colombo pelos portugueses durante 16 anos (1469-1485), desde os 18 anos de idade até aos 34.

8. OS CORSÁRIOS COLOMBO, VELHO E JOVEM.

Infestou os mares ao serviço do rei de França, atacando navios comerciais de várias nacionalidades, nomeadamente italianos, um corsário que os documentos da época denominam Coulon, Coullon ou Coulomp (em francês), Colón (em castelhano), Colom (em catalão) ou Colombo (em italiano), ou ainda Colombo Velho, para o distinguirem de outro, homónimo, que apareceu mais tarde (Colombo Jovem). É considerado o «pai» da marinha de guerra francesa. Diz Alonso de Palencia: «Infestaba el mar de Occidente un pirata llamado Colón ... Por él se habían hecho los franceses aptos para la navegación, porque antes se les consideraba, o desconocedores de tal ejercicio, o poco experimentados en las expediciones marítimas.»

Colombo Jovem só é mencionado na batalha de AGO 1485.

Os três marítimos que a versão oficial identifica com os corsários Colombo, são:

- a) GUILLAUME DE CASENOVE, dito COULON, COULLON ou COULOMP.

Vice-almirante da Normandia desde 1461 (?) até 1483 (data do seu falecimento). O cognome Coulon admite uma interpretação antitética e outra metafórica: antitética, fazendo alusão à pomba (na antiga língua francesa Coulon era sinónimo de pigeon), porque Casenove, pela sua crueldade, seria o contrário; metafórica, referindo certos grandes navios medievais designados Coulon em francês. Para HARRISSE e todos os autores modernos (24) é o Colombo Velho, mas ocorrem circunstâncias estranhas:

- 1.º — Casenove, com este nome, só está documentado no Mar do Norte. Colombo Velho está documentado desde 1469, quase

(24) HARRISSE, *Les Colombo...*, p. 10; RONCIERE, *ob. cit.*, p. 334.

sempre atacando navios comerciais italianos, no Canal da Mancha, na Península Ibérica e no Mediterrâneo (25).

- 2.º — A Normandia só comportava um vice-almirante que dependia do almirante de França. Estando a França em guerra naval quase permanente com vários países, o vice-almirante da Normandia podia dedicar-se exclusivamente a navios comerciais italianos?

Isto é: Colombo Velho quase só está documentado a atacar navios comerciais italianos no Mediterrâneo e na Península Ibérica; nenhum documento regista acções navais de Casenove no Mediterrâneo ou na Península Ibérica; nenhum documento identifica Colombo Velho com Casenove; apesar disto, todos os autores modernos estão de acordo — Colombo Velho é Casenove. É estranho. E é falso, como vamos demonstrar.

b) GEORGE PATIOLOGOT DU BISSIPAT (JORGE GREGO)

Grego nacionalizado francês em 1477, homem de confiança de Luis XI que o utilizou nas suas querelas e intrigas com Borgonha, Inglaterra, Castela e Itália e lhe ofereceu uma casa senhorial em Bordéus, parece que nunca ascendeu ao posto de vice-almirante; na documentação é sempre designado «messire». Participou em acções corsárias com Colombo Velho em 1475 e 1476, e comandou a armada que em 1477 trouxe de França o rei D. Afonso V e um dos navios da batalha de AGO 1485. Em 1483 foi enviado de Honfleur à «Ilha Verde» (Cabo Verde) colher sangue de tartaruga para o mal de lepra de que sofria Luis XI. É considerado por muitos autores, erradamente, o Colombo Jovem (26).

c) JEAN DE CASENOVE, dito COULON

O Colombo Jovem da batalha de AGO 1485 seria, segundo alguns documentos coevos, filho ou sobrinho de Colombo Velho. Não se conhece nenhum parente de Guillaume de Casenove nessas condições, mas um «Jean de Casenove, dit Coulon, vice-amiral de la mer, homme d'armes en 1479», é referido na terceira edição de «L'Histoire

(25) A. Ballesteros Beretta, *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*, vol. IV, Barcelona, 1945, p. 244, admite a dúvida: «De Casenove não possuímos notícias que nos falem de feitos navais na costa ocidental da Península Ibérica».

(26) Jacques Bernard, *ob. cit.*, tomo II, p. 501.

Généalogique» (não aparece na primeira edição, de 1674, nem na segunda, de 1712) (27). Numa ordem régia de JUN 1475, lê-se: «Jehan Coullon, notre visadmiral...tin la mer d'avril a juin, de juillet a septembre» (28).

9. CONCLUSÃO

Até à segunda metade do século passado todos aceitavam que Cristóvão Colombo foi corsário e serviu às ordens de dois corsários Colombo, seus parentes. A moderna versão oficial, baseada em documentos italianos, espanhóis e franceses nega, porque o genovês Cristóvão Colombo só poderia ter navegado com o Colombo Velho (o Jovem só é mencionado na batalha de AGO 1485) que não era genovês, nem sequer italiano, e portanto não era seu parente. Era o francês Casenove. Vamos demonstrar que não era. Mas, mesmo que fosse, nada impedia o parentesco entre o genovês Cristóvão Colombo e o vice-almirante da Normandia Guillaume de Casenove, dito Coulon, porque:

- a) O apelido e a alcunha Colombo estavam muito generalizados por toda a Europa, com diversas grafias: Colombo (italiano), Coulon ou Coullon (francês), Colom (catalão), Colón (galego e castelhano), Columbus (latim). Na província de Génova, HARRISSE encontrou nos actos notariais dos séc. XIV e XV mais de 150 Colombo de, pelo menos, 30 famílias diferentes.
- b) Casenove podia não ser francês. Com efeito, por um corsário servir sob pavilhão francês e ser dito «francês» não se pode inferir que tenha essa nacionalidade. Temos muitos exemplos semelhantes de portugueses sob pavilhão estrangeiro e de estrangeiros sob pavilhão português.
- c) Génova e Savónia pertenciam, então, ao rei de França que as cedera ao duque de Milão reservando a suserania (29). Naturalmente, um genovês servia sob pavilhão francês pela simples razão de Génova pertencer ao rei de França.
- d) Aliás, os outros dois grandes chefes navais «franceses» desta época eram os gregos George Patiologot du Bissipat (Jorge Grego) e Nicolas

(27) HARRISSE, *Les Colombo...*, p. 51.

(28) RONCIÈRE, p. 365.

(29) HARRISSE, *Christophe Colomb devant l'histoire*, Paris, 1892; FRANCESCO TARDUCCI, *Vita di Cristoforo Colombo*, 2.ª ed., vol. I, Milão, 1892, pp. 24-30; WASHINGTON IRVING, *História de la vida y viajes de Cristóbal Colón*, Madrid, 1833, pp. 56 e segs.

Famileti (Nicolau Grego). E Luis XI teve também ao seu serviço Giambattista Aicardi, dito Scarinchio, o principal corsário genovês (30). Nada impedia que Colombo Velho fosse também genovês.

O elemento perturbador do raciocínio de HARRISSE e que serviu de pretexto aos mentores da actual versão oficial, é a frase enigmática de Cristóvão Colombo, «não sou o primeiro almirante da minha família», explicitada por Fernando e Las Casas que lhe atribuem parentesco com os corsários Colombo. Ora, Colombo Velho navegava sob pavilhão francês, e HARRISSE encontrou, na mesma época, um almirante francês chamado Guillaume de Casenove, dito Coulon (ou Colombo). Daí, a conclusão óbvia: Casenove=Colombo Velho. Ou seja: Colombo Velho não era genovês, nem sequer italiano, e, portanto, não podia ser parente de Cristóvão Colombo.

Mas HARRISSE não sabia e os actuais mentores da versão oficial fingem ignorar que o vocábulo «almirante» era polissémico, aplicável, por extensão semântica, a um «grande homem de mar», ou até, em alguns países, a qualquer comandante de grupo de navios mercantes armados em guerra:

- Em França, quando um grupo, mesmo reduzido, de navios mercantes era armado em guerra, o «almirante», efémero, por uma só viagem, era designado por eleição antes da partida e podia ter um vice-almirante (31).
- Em Espanha organizou-se em 1476 uma forte armada de 30 navios, comandada por Ladrón de Guevara, que não tinha experiência de mar e era designado almirante (32). Importantes cargos eram concedidos a mercadores, por uma só viagem: «...que Juan Alós ...arme dos sus naos ...e los ponga de armada ...andando vos asy en la dicha armada, vos podades llamar ...mi capitan ...e gosedes de todas las honrras e prerrogatyuas que los otros ...capitanes de armada gosan...» (33).

(30) Jacques Heers, *Gènes au XV siècle*, p. 225; Michel Mollat, *Le commerce maritime normand à la fin du moyen age*, Paris, 1952, p. 421; Cornelio Desimoni, *Quistioni colombiane*, in *Raccolta...*, parte II, vol. III, p. 42.

(31) Jacques Bernard, *ob. cit.*, pp. 645, 675: «...Les amiraux étaient désignés par élection, avant le départ. Malgré la majesté de leur titre, ces amiraux du commerce n'étaient jamais que des maîtres de navires promus, pour la durée d'un voyage, à de nouvelles responsabilités ...ces amiraux ...n'étaient, malgré leur titre, que les premiers parmi des égaux ...En période de guerre et de course, les marins de ces flottes marchandes qui prenaient alors l'aspect d'expéditions militaires, désignaient par élection des amiraux éphémères...».

(32) Modesto Sarasola, *Vizcaya y los Reyes Católicos*, Madrid, 1950, p. 142.

(33) A. de la Torre e L. Suarez Fernández, *ob. cit.*, vol. I, p. 104.

Portanto, Cristóvão Colombo não se referia ao cargo ou posto de almirante, mas à designação genérica. E, se tivesse mentido, seria uma falta grave esconder as suas origens humildes arrogando-se o parentesco com um almirante?

Vamos, então, compulsar os documentos estrangeiros em que os mentores da versão oficial se fundamentam e alguns portugueses que nunca foram trazidos à colação nem relacionados com a biografia colombina, para demonstrarmos que:

- a) Colombo Velho não era Casenove nem vice-almirante. Podia ser francês ou de outra nacionalidade, por exemplo genovês.
- b) Quanto a Cristóvão Colombo, os documentos autênticos conhecidos só admitem uma interpretação: foi corsário, navegou com Colombo Velho desde 1469, nesse ano atacou a navegação portuguesa, entre 1470 e 1476 esteve ao serviço do rei de Portugal, participou na batalha de AGO 1476, e estabeleceu-se então em Portugal até 1485; neste período comandou navios, nomeadamente nos mares da Guiné, completando um ciclo de 14 anos ao serviço do príncipe (depois rei) D. João (1470 ou 1471-1485), seu «especial amigo».
- c) Não querendo reconhecer esta evidência, os mentores da versão oficial ignoram, omitem ou deturpam intencionalmente documentos conhecidos.

V

OS DOCUMENTOS

Quase todos os documentos, que por razões meramente expositivas vamos numerar, são cartas, actas ou anotações com relatos de batalhas e informações sobre movimentos de navios e corsários; os diversos países tinham, para esse efeito, informadores nos principais portos. De cada um vamos respigar o essencial: o assunto, a forma gráfica do apelido ou alcunha Colombo (Colombo, Coullon, Coulon, Colom, Colón, Columbus) e a qualificação atribuída (corsário, pirata, vice-almirante, etc.). Dividiremos cronologicamente o período de 1469 a 1492 em três partes: 1469-1475, 1476 e 1477-1492.

1. DE 1469 A 1475

DOC. n.º 1 — 15 MAR 1469 — Carta do vice-governador de Génova para o rei de França: no canal de Inglaterra, «Columbus», com oito navios sob pavilhão francês, pilhou três navios comerciais venezianos um dos quais fretado por genoveses. Como a notícia chegou a Génova em 15 MAR o ataque deve ser de FEV ou fins de JAN. É um acto de pirataria: Veneza não estava em guerra com a França e Génova pertencia ao rei de França através do duque de Milão (1).

Nas indicações bibliográficas seguintes, sobre os corsários Colombo, vamos referir as obras de HARRISSE (*Les Colombo...*), RONCIÈRE (*Histoire de la marine française...*), VIGNAUD (*Études critiques sur la vie de Colomb...*) e A. SALVAGNINI (*Cristoforo Colombo e i corsari Colombo suoi contemporanei...*).

(1) Salvagnini, p. 181; Vignaud, p. 141.

DOC. n.º 2 — 18 MAI 1469 — O senado de Veneza escreve ao rei de França sobre o mesmo ataque e usa a expressão «Columbo vice-almirante» (2). É o único documento que conheço no qual Veneza atribui a «Columbo» a patente de vice-almirante. Assim, poderia tratar-se de Guillaume de Casenove, mas a designação vice-almirante era aplicável ao comandante ou ao segundo comandante de qualquer grupo de navios, mesmo de comércio, armados em guerra.

DOC. n.º 3 — 20 JUL 1469 — Do senado de Veneza: de Bruges e Londres informam que «Columbum pyratam» está com oito navios no canal de Inglaterra à espera de navios comerciais venezianos. Como a notícia chegou a Veneza em meados de JUL deve reportar-se a JUN (3).

DOC. n.º 4 — 8 SET 1469 — Carta de Bruges para o duque de Milão: «Colombo, homo de guerra del Signor Re di Franza per mare», está no canal de Inglaterra à espera dos navios venezianos. A notícia, datada de Bruges a 8 SET, deve reportar-se a princípios de SET ou fins de AGO. Repare-se na diferença de tratamento manifestada nestes documentos e nos posteriores que veremos a seguir: enquanto que os de Milão e Génova estão redigidos em termos deferentes («Colombo, homo de guerra del Signor Re di Franza» — homem de guerra do Senhor Rei de França), os venezianos, depois de lhe atribuírem a patente de vice-almirante (doc. n.º 2), qualificam-no agora de pirata. Mais: os milaneses e os genoveses, súbditos do rei de França, sabem que Colombo navega sob pavilhão francês mas nunca o tratam por vice-almirante. Este Colombo pode ser o vice-almirante Guillaume de Casenove? (4)

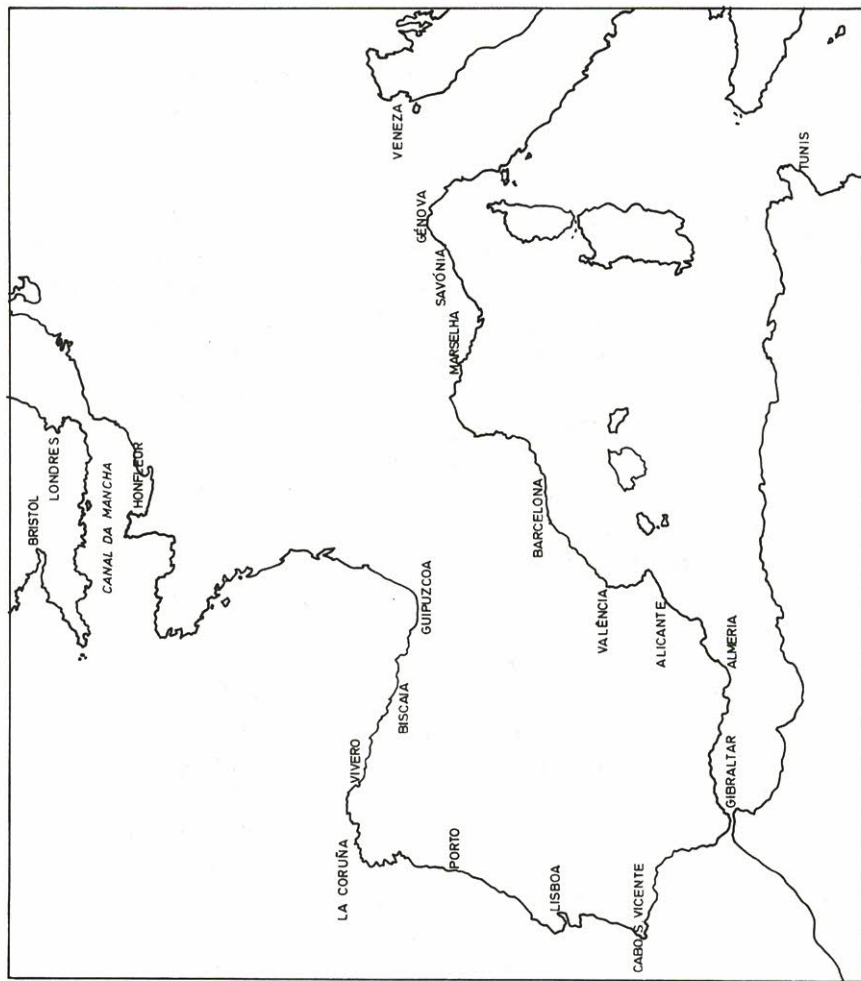
DOCS. n.º 5 — (conjunto de 23 OUT a 17 DEZ) — Do senado de Veneza: em OUT 1469, «Columbo», com oito navios, atacou em águas portuguesas quatro navios comerciais venezianos; apresou um e três escaparam fazendo-se passar por genoveses. O senado diz que «Columbo» é pirata francês ou ao serviço do rei de França e protesta vivamente junto do rei de França e do Papa. Isto é: sabe que ele está ao serviço de França mas tem dúvidas quanto à sua nacionalidade.

Neste mesmo mês de OUT, diz Roncière na sua «Histoire de la marine française», Luis XI preparou uma armada contra os ingleses «na falta de Casenove

(2) Salvagnini, p. 181.

(3) HARRISSE, p. 78; Salvagnini, p. 182; Roncière, p. 337.

(4) HARRISSE, p. 80; Salvagnini, p. 183.



que está em Portugal». É estranho: o vice-almirante da Normandia pirateia venezianos enquanto a França está em guerra com a Inglaterra. Aliás, esta atitude é quase uma constante ao longo de todo o período em apreço. Casenove estava em JAN e FEV 1470 a organizar a defesa naval da costa de França e participou depois numa esquadra contra a Inglaterra (5).

DOC. n.º 6 — 17 MAI 1470 — Do senado de Veneza: uma carta do embaixador em França informa que «Columbus pyrata» prepara uma expedição contra navios comerciais venezianos (6).

DOC. n.º 7 — 19 JUL 1470 — O senado de Veneza recebe a notícia de que um navio veneziano foi apresado «...tam sub Columbo, quam sub illo Portugalensi ...dicesse esser el corsaro portugalex...» (por Colombo e por portugueses ...diz-se que o corsário é português). Marin Sanudo, cronista contemporâneo, esclarece que o navio foi apresado por «Colombo corsaro» na Galiza (7). Nenhum dos documentos indica a data, mas deve ser JUN, porque a notícia chegou a Veneza em meados de JUL. Este apresamento não é conhecido de HARRISSE, não é mencionado por RONCIÈRE nem por VIGNAUD (porquê?) e só merece de SALVAGNINI um registo muito conciso, sem comentários (porquê?).

Atenção: Colombo está com portugueses no mar da Galiza e o senado de Veneza admite, agora, que seja português. A referência expressa a portugueses («...tam sub Columbo, quam sub illo Portugalensi...») não significa que estejam portugueses embarcados com ele, mas sim que se trata de uma armada conjunta na qual participam navios portugueses. Com efeito, sabe-se que na armada de Colombo navegam corsários de várias nacionalidades. Diz PALENCIA: «Infestaba el mar de Occidente un pirata llamado Colón, natural de Gascuña, al que sus afortunadas expediciones habían permitido reunir gruesa armada y ostentar el título de Almirante del rey de Francia. Por él se habían hecho los franceses aptos para la navegación, porque antes se les consideraba, o desconocedores de tal ejercicio, o poco experimentados en las expediciones marítimas. Después de combatir largo tiempo en Francia con los ladrones, casos adversos de fortuna le sumieron en la desgracia, y, ya hacia la mitad de su vida, se consagró a la de mar y se enriqueció rápidamente merced a sus crueles y perversos procedimientos de pirata. Buscó para compañeros algunos vascongados, gascones,

(5) Salvagnini, p. 183; Vignaud, p. 142; Roncière, p. 337.

(6) Salvagnini, p. 186; HARRISSE, p. 80.

(7) Salvagnini, p. 186.

ingleses y alemanes aficionados a aquella vida; construyó una gruesa nave, reforzada en las bandas con fuertes vigas para resistir el choque de las máquinas enemigas; inventó otras de diversos géneros, y en épocas determinadas, salía del puerto de Harfleur, plaza de Normandía en la costa del Océano, frontera a Inglaterra, y atacando furiosamente a cuantas naves mercantes encontraba en la travesía, se apoderaba de sus riquezas». (8)

Entretanto, Casenove estava, com certeza, a lutar contra a marinha inglesa.

DOC. n.º 8 — 4 OUT 1471 — O senado de Veneza manda um embaixador a França pedir salvo-condutos para evitar os ataques de «Columbi pirate». Talvez por isso, admitem alguns autores, não se registaram até 1473 novas agressões a venezianos (9).

DOC. n.º 9 — 16 NOV 1471 — Do duque de Milão sobre o apresamento da nau «Negrona» (genovesa, dos mercadores Di Negro): escreveu ao rei de França «et all'admiraglio et ad Sforza da Firenza, per la restitutione seguita de quella nave Negrona, quale era stata intercepta per quello Columbo ...homo de la ...maestá del re de Franza»; mas não logrou obter a restituição. Isto é: um navio comercial de Génova, que pertence ao rei de França através do duque de Milão, é apresado por um corsário que navega sob pavilhão francês. O duque diz que escreveu ao rei, ao almirante e aos Sforza de Florença mas não diz que «Columbo» é vice-almirante — apenas «homem do rei de França» (porquê?). Se se tratasse de Casenove, o duque, que é súbdito do rei de França, não lhe daria o tratamento de vice-almirante? O rei não restituiu o navio apresado (porquê?). HARRISSE não conhece este ataque, Salvagnini e Roncière não comentam, Vignaud omite (porquê?) (10).

DOC. n.º 10 — Em JUN e JUL 1472 «Coullon» está no mar de Inglaterra em luta contra os ingleses, respectivamente, com 18 e 25 navios. Este «Coullon», que está, como compete ao vice-almirante da Normandia, a participar na guerra contra a Inglaterra, será, sem dúvida, Guillaume de Casenove. Uma curiosidade: uma carta de Londres, datada de 27 JUL 1472 e escrita em italiano, grafa «Colom», expressão catalã (11).

(8) Citado por Modesto Sarasola, *Vizcaya y los Reyes Católicos*, p. 142.

(9) Salvagnini, p. 187.

(10) Salvagnini, p. 187.

(11) Salvagnini, p. 188; Vignaud, p. 143; Roncière, p. 353.

DOC. n.º 11 — 30 OUT 1473 — Do senado de Veneza: recebeu a notícia de que «Collumbus pyratam» entrou no Estreito de Gibraltar com alguns navios armados e diz que «Collumbus est homo serenissimi regis Tunisii». É «homem do rei de Tunes»? Veneza, uma das maiores potências marítimas da época, com informadores (embaixadores, consules e mercadores) por toda a Europa, admite agora, quatro anos e meio depois do primeiro ataque (doc. n.º 1), que ele seja «homem do rei de Tunes» (ou ao serviço do rei de Tunes), depois de ter admitido em JUL 1470 (doc. n.º 7) que seria português? Pode ser o vice-almirante da Normandia? Parece evidente que não. HARRISSE não conhece esta referência ao rei de Tunes, SALVAGNINI não comenta, RONCIÈRE e VIGNAUD omitem (porquê?).

Atenção: esta época (anos 72/73) corresponde à única data possível da acção reivindicada por Cristóvão Colombo ao serviço de Renato de Anjou, que o teria mandado de Marselha a Tunes atacar um navio do rei de Nápoles (12).

DOC. n.º 12 — 3 OUT 1473 — Carta circular dos consules de Barcelona: um corsário chamado «Colom» chegou a Alicante com sete navios e atacou as galeras do conde de Prades; julga-se que vai correr toda a costa e todos os mares («Avis de un corsari apellat Colom que manaué VII Naus armades ...per letra ...scrita en Valencia a XXVIII del passat. havem nova certa...un corssari apellat Colom amb VII naus armades es arriuat Alacant, son les dues naus de M. botes cascuna, tres de DCC. botes cascuna, e dos botaners que voguen com a galeres, que han donat cassa a les galeres del Compte de Prades e les han cuidat metre a fons. Creuse lo dit Corssari farà la volta de assí e així discorrerà tota la costa e totes les mars...»). (13).

Não é estranha a expressão catalã «Colom», por se tratar de uma carta dos consules de Barcelona, mas são estranhas as circunstâncias: o conde de Prades era o grande chefe militar do rei de Aragão, João Sem Fé, na luta contra os revoltosos da Catalunha que apoiavam Renato de Anjou; nesta data os revoltosos já tinham assinado a paz com João Sem Fé e, portanto, os consules de Barcelona eram anti-revolucionários; também já fora assinada uma trégua de um ano com Luis XI de França. Quem era este «Colom»? O vice-almirante Casenove não tinha qualquer motivo para atacar uma armada do reino de Aragão com o qual a França não estava em guerra. O corsário Colombo só tem atacado navios

(12) Salvagnini, p. 188.

(13) Carreras Valls, *ob. cit.*, p. 94; L. Ulloa, *ob. cit.*, p. 300, e *Christophe Colomb catalan*, Paris, 1927, p. 254; Jean Merrien, *Christophe Colomb*, Paris, 1955, p. 36; G. Verd Martorell, *Cristóbal Colón y la revelación del enigma*, Palma de Maiorca, 1986, p. 102.

comerciais italianos, ricamente carregados, para obter lucro; porquê o ataque a uma armada aragonesa?

DOC. n.º 13 — 7 NOV 1473 — Do senado de Veneza: recebeu a notícia de que «Columbum», com seis navios, atacou navios comerciais venezianos perto de Almeria mas foi obrigado a refugiar-se no mar de Valência. Aqui é dito: «Columbus ipse homo est regis Francie» (14).

Tentemos relacionar os docs. n.ºs 11, 12 e 13. «Columbus pyratam» deve ter entrado no Estreito de Gibraltar em fins de SET ou princípios de OUT porque a notícia chegou a Veneza no fim de OUT (doc. n.º 11). O ataque de «Colom» (com sete navios) às galeras do conde de Prades deve ser de fins de SET porque a carta circular é de 3 de OUT (doc. n.º 12). O ataque de «Columbum» (com seis navios) aos venezianos deve ser de princípios ou meados de OUT porque a informação chegou a Veneza em 7 NOV (doc. n.º 13). Assim, deve tratar-se do mesmo corsário, que entrou no Estreito em fins de SET, atacou o conde de Prades perdendo um navio e depois os venezianos. Mas, como não se entende a acção contra o conde, não seria de excluir a hipótese de o doc. n.º 12 se referir a outro corsário, homónimo — outro «Colom». Com efeito, nas actas do Consulado de Barcelona, de 1473 a 1477, figuram corsários de todas as nacionalidades (também portugueses) incluindo um Juan Colom, catalão (15).

Resta ainda outra hipótese, mais lógica, coerente, verosímil:

- a) Já vimos atrás que a partir de 1468 os corsários portugueses raziam a costa andaluza.
- b) O assalto estendeu-se depois à costa catalã: em carta de 20 JUN 1472 o rei de Aragão refere ataques de «muitos» corsários portugueses a «muitos» navios comerciais aragoneses, sem justa causa, havendo paz entre Aragão e Portugal.
- c) Em carta de 20 OUT 1474 o rei de Aragão indica novos ataques de corsários portugueses (16).
- d) Fernando de Aragão e Isabel de Castela só reagiram em 1475 quando as forças navais andaluzas foram reforçadas com Andreu Sunyer (capitão das galeras do conde de Prades), Joanot Boscha e Alvar de Nava.

(14) Salvagnini, p. 189; Vignaud, p. 143; Roncière, p. 358.

(15) Ulloa, *El pre-descubrimiento...* p. 297.

(16) L. Adão da Fonseca, *Navegación y corso...* pp. 100 a 104.

- e) Logo no ano seguinte Andreu Sunyer atacou em Faro o corsário português Álvaro Mendes, comandante naval da zona sul.
- f) Veremos, adiante, que Colombo Velho foi contratado pelo rei de Portugal, ao serviço do qual cumpriu pelo menos quatro missões no período compreendido entre 1470 e 1473.
- g) Em JUL 1470 Colombo Velho, em armada conjunta com navios portugueses, apresou um navio veneziano no mar da Galiza (doc. n.º 7).
- h) Uma das missões confiadas pelo rei de Portugal a Colombo Velho seria a de participar no ataque à costa catalã. Assim, Colombo Velho teria, naturalmente, atacado Andreu Sunyer, capitão das galeras do conde de Prades, e, como era seu hábito, navios comerciais venezianos.

DOC. n.º 14 — OUT ou NOV 1473 — «Columbo» apresou um navio de Lourenço de Médicis (onde?) (17).

DOC. n.º 15 — 21 JAN 1474 — Carta de Génova para o duque de Milão: é pouco explícita mas informa que «Columbo» causou danos a mercadores genoveses residentes na «Hispania»; a senhoria de Génova pede ao duque para interceder junto do rei de França (18). Esta carta sugere a seguinte hipótese:

- a) Não se refere a mercadores genoveses residentes em Portugal.
- b) Na «Hispania» a principal colónia genovesa estava radicada em Sevilha e na costa andaluza (Palos, Moguer, Puerto de Santa Maria, etc.). Até as importantes armações de atum (almadravas) andaluzas eram administradas por genoveses (19).
- c) No assalto desencadeado à costa andaluza a partir de 1468 os corsários portugueses causaram, certamente, danos a mercadores genoveses.
- d) Se Colombo Velho participou nesse assalto também causou danos.
- e) Uma das famílias genovesas radicadas na Andaluzia era a dos Di Negro, à qual Colombo Velho apresou a nau «Negrona» em 1471 (doc. n.º 9).

DOC. n.º 16 — 10/12 MAI 1474 — Receando «Columbi et Caietani pyratarum», o senado de Veneza manda escoltar um navio que está na Flandres (20).

(17) Vignaud, p. 143.

(18) Salvagnini, p. 189.

(19) Jacques Heers, *Le rôle des capitains internationaux dans les voyages de découvertes aux XV et XVI siècles*, in *Actas do 5.º colóquio internacional de história marítima*, Lisboa, 1960.

(20) Salvagnini, p. 190.

DOC. n.º 17 — 12 MAI 1474 — Sobre uma carta que o senado de Veneza escreveu ao rei de Portugal exortando-o a providenciar contra «Columbum pyratam». Vamos transcrever na íntegra o documento publicado por Salvagnini (21):

«Quod scribatur ad serenissimum dominum regem Portugalli, excitando et hortando eius maiestatem ad providendum contra Columbum pyratam in illa forma, que collegio visa fuerit.»

Porquê tanta concisão? A carta enviada ao rei de Portugal não está no arquivo? Desapareceu? O senado de Veneza não escreveu aos outros reis? Porquê? O rei de Portugal tem algum relacionamento com «Columbum pyratam»? Estas perguntas são pertinentes porque, veremos a seguir, nesta época o corsário esteve ao serviço do rei de Portugal, possivelmente sediado no porto de Lisboa.

DOC. n.º 18 — Em 1 OUT 1474 «Colombo» (ou «Columbus»), com sete navios, apresou ao largo de Vivero (Galiza) dois navios do rei de Nápoles que regressavam de Inglaterra com mercadorias de napolitanos, genoveses e florentinos, e levou-os para a Normandia. O rei de Nápoles protestou vivamente e o rei de França reconheceu que o «corsale nomine Colombo» (segundo os cronistas italianos) ou «Columbus» (segundo as notas diplomáticas) era seu súbdito (22).

DOC. n.º 19 — Fins de JUN 1475 — Ordem do rei de França: «Jehan Coullon, notre Visaadmiral ...tin la mer d'avril à juin, de juillet à septembre». Roncière manifesta grande surpresa (Jehan?) admitindo que se trata de gralha — não seria Jehan mas Guillaume (23). Todavia, veremos adiante, o corsário Colombo (ou Coullon) Velho chamava-se João ou Pedro João.

DOC. n.º 20 — JUL 1475 — O senado de Veneza manda escoltar navios comerciais, perante a ameaça de «uno corsaro dito Cholombo».

DOC. n.º 21 — Do arquivo de Estado de Florença, muito importantes mas drasticamente sumariados por Salvagnini:

«L'ANNO.1475. Cholombo chorsale e chapitano del re di Francia prese una nave del papa ...e richa assai.

L'ANNO.1475. Cholombo chorsale prese una nave grossa de Gienovesi charica di ...(dan)ari assai sopra.

(21) Salvagnini, p. 190.

(22) HARRISSE, pp. 1 e segs.; Salvagnini, p. 195; Roncière, p. 360; Vignaud, p. 144.

(23) Roncière, p. 365.

L'ANNO.1475. Cholombo chorsale prese diciotto nave chariche di tele ad altro, le quale..» (24).

«Cholombo chorsale» apresou uma nau do Papa, muito rica, uma nau genovesa e mais 18 navios. Onde? Quando? Como? Salvagnini, tão prolixo na transcrição integral de documentos menos relevantes, não pode ser mais lacónico neste caso. Porquê? Os documentos ainda devem estar no mesmo arquivo e serão, certamente, publicados em próxima oportunidade. Roncière, sem indicar outras fontes, acrescenta que os apresadores foram Coullon (Casenove) e Jorge Grego que regressaram de cruzeiro em JUL com a nau do Papa, a nau genovesa e mais 18 navios, entre os quais «La Lupienne», à qual voltaremos a seguir(seria a «Lopiana» que Pero de Ataíde comandou na batalha de AGO 1476) (25).

DOC. n.º 22 — O cronista Alonso de Palencia informa que em 1475 o rei de França «mandó a Colón que se reuniera con los marinos portugueses ...Arribó el pirata a las costas de Lisboa y entró en la desembocadura del Tajo con siete gruesas naves, y púsose en espera de los mercaderes vascongados», e apresou sete navios comerciais bascos no cabo de S. Vicente; «este mismo atropello dió ocasión a la encarnizada guerra» entre a França e a Espanha que deflagrou em DEZ 1475. Ou seja: em 1475 Colombo Velho também navegou numa armada conjunta com navios portugueses e esteve baseado no porto de Lisboa a utilizar o cabo de S. Vicente contra a navegação comercial (26). Por estranho que pareça, nem HARRISSE, nem Roncière, nem VIGNAUD, nem Salvagnini, nem qualquer outro historiador colombino regista esta importante informação de Palencia (porquê?). Assim, ficamos a saber que dos 18 navios indicados no documento anterior, 7 são bascos apresados no cabo de S. Vicente.

DOC. n.º 23 — Um dos corsários às ordens de Colombo Velho era o biscaíno Juan de Granada, que os reis de Espanha convidaram a regressar desculpando as suas malfetorias e dando-lhe o comando de uma armada para atacar o seu ex-comandante. Numa carta de 16 FEV 1476 concederam mercês ao dito Juan de Granada, o qual atacara Colombo Velho no porto da Corunha matando-lhe muita gente e tomando-lhe dois navios que ele havia apresado a súbditos espanhóis (seriam dos 7 apresados no cabo de S. Vicente): «Don Fernando e doña Isabel ...por quanto vos, Juan de Granada, vecino de la villa de Rentería, habedes

(24) Salvagnini, p. 198.

(25) Roncière, p. 367.

(26) Modesto Sarasola, *ob. cit.*, pp. 142, 143.

andado en la compañía de Colón cosairo, natural del reino de Francia, e en compañía de algunos franceses e de otras algunas gentes de otras naciones extranjeras, en la cual compañía habedes fecho e cometido algunos robos e muertes e fuerzas e otros algunos crímenes e delitos, así por mar como por tierra, contra algunos nuestros súbditos e naturales e contra sus bienes e naos ...después de lo cual por quanto de nuestra parte vos fué mandado que como bueno e leal súbdito e natural nuestro vos redujédes a nuestro servicio e ficiédes toda guerra e mal e dapno al dicho Colón cosario ...pusistes en obra e trabajastes por prender al dicho Colón e peleastes con sus gentes e prendistes e matastes mucha della en el puerto de la Coruña e le tomastes dos naos...de las que él tenia robadas de nuestros súbditos e naturales ...vos perdonamos toda la nuestra justicia civil e criminal ...» (27).

Sendo a carta régia de 16 FEV 1476, a acção de Juan de Granada contra Colombo Velho no porto da Corunha será de fins de 1475. Repare-se que, tendo os reis de Espanha muitos marinheiros e corsários experientes na Biscaia, entregaram o comando de uma armada importante a um corsário que se evidenciara em assaltos a compatriotas seus. É mais uma prova de que toda a guerra marítima era conduzida por corsários.

DOC. n.º 24 — Primeiros meses de 1476 — Um francês propôs ao senado de Veneza matar Colombo e o seu piloto, principal instigador das malfetorias.

Vamos agora sumariar alguns documentos portugueses que, por estranho que pareça, nunca foram relacionados com a biografia de Cristóvão Colombo.

DOC. n.º 25 — JUN 1469 — A cidade do Porto manda uma caravela à Irlanda levar aviso aos navios do Porto para se acautelarem dos corsários franceses, vindo a ceder depois aos tripulantes, por um instrumento lavrado no dia 30 AGO seguinte, duas pinaças de peixe e um barinel carregado de sal, ferro, dinheiro e vinhos, por eles apreendidos, se se comprometerem, por fiadores idóneos, a indemnizar o concelho se acaso fosse demandado por essa presa (28).

DOC. n.º 26 — 30 AGO 1469 — A câmara do Porto dá instruções aos seus procuradores junto do rei: «...que se trate de dar remédio ao caso das tomadias dos navios destes reinos pelos ingleses, bretões e galegos ...ou se lhes declare

(27) *Idem*, pp. 144, 145.

(28) António Cruz, *O Porto nas navegações e na expansão*, 2.ª ed., 1983, p. 81.

guerra ou se faça paz com os ingleses e bretões ...e aos galegos não dê El-Rei segurança nenhuma...». Não menciona franceses.

DOC. n.º 27 — 8 OUT 1469 — O rei manda proceder a inquirição sobre os agravos que Gonçalo Vasques Coutinho e outros fidalgos fizeram aos povos da Terra da Maia e da cidade do Porto quando lá se organizou uma armada contra o corsário francês «Collom» ou «Collam»: «...vimos vossa carta ...acerca da armada que mandámos fazer contra Collam ...vós obrastes nisso muito a nosso prazer e vontade ...E assim esperamos com a graça de Deus isto com outros serviços que dessa cidade temos recebido vo-los remunerar com honras e mercês...» (29).

Como em JUN 1469 os franceses assolavam a costa (doc. n.º 25) e a câmara do Porto já não se preocupa com eles em 30 AGO (doc. n.º 26), é de presumir que a organização da armada seja de JUN ou JUL. Só mais tarde o rei tem conhecimento dos agravos cometidos e manda inquirir (doc. n.º 27).

DOC. n.º 28 — Nota de D. Vasco de Ataíde, Prior do Crato, sobre despesas da Fazenda Real: D. Afonso V «fez outras armadas sobre Coulão em que foi o condestabre por capitam que lhe custou dez mil dobras» (30). Não indica a data mas só pode ser 1469; o condestável era o infante D. Fernando que comandou a expedição a Anafé (Casablanca) nesse ano de 1469 e veio a falecer em SET 1470.

DOCS. n.º 29 — Do «Livro de recebimentos de 1470 da chancelaria da câmara de Lisboa»:

- 1 JAN 1470: «João Rodrigues Paes, fidalgo da nossa casa, nos disse que, por Martin Afonso, adiceiro, morador em Almada, ser cego e muito velho, nós mandámos...que Afonso Anes Crementes, seu genro, servisse o dito ofício ...E que ...o dito Afonso Anes Crementes é muito meu servidor e foi com ele nas armadas em que enviámos daquelas vezes que mandámos armar contra Culam francês corsário...».
- JAN 1470: «Relevamento de degredo da armada de Culam a Vasco Fernandez, morador em Coimbra — 20 réis».

(29) A. Magalhães Basto, *Livro antigo das cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel*, pp. 8, 9.

(30) A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, tomo II, liv. IV, n.º 8; Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, ed. 1790, tomo I, p. 520.

— JAN 1470: «Relevamento de degredo em Amrique Rodriguez, ourives, porque não foi na armada — 20 réis» (31).

DOC. n.º 30 — 2 JAN 1470 — D. Afonso V concede a Fernão de Álvares Baldaia, cavaleiro da casa real, morador na cidade do Porto, a tença anual de 8 mil reais brancos pelo muito serviço que dele recebeu, em especial na luta em que participou com a sua nau «Baldaia» contra «Culam»: «...por a pelega que ora ouve com Culam, frances, que andaua darmada no mar da costa dos nossos rregnos, aferandoo com a sua naao Baldaya e pelegando com ele asy ardidamente como aos boos cavaleiros e atees(?) como a elle perteeñçe fazer, e por enxenpro aos outros...» (32).

Tentemos interpretar estes documentos:

- a) Em JUN 1469 os corsários franceses, certamente Colombo Velho (Collom, Culam ou Coulão), assolavam a costa norte (doc. n.º 25).
- b) Ainda em JUN ou JUL organizou-se contra eles uma armada (docs. n.ºs 26, 27 e 28).
- c) Mas organizaram-se «armadas», isto é, pelo menos outra (docs. n.ºs 28 e 29), importantes, que custaram 10 mil dobras (quantia significativa) e foram comandadas pelo próprio condestável, o infante D. Fernando. A segunda será de OUT, NOV ou DEZ porque o rei, em carta de 2 JAN 1470, concede uma tença a Baldaia pela «pelega que ora ouve» e durante a qual «aferrou» um dos navios de Colombo Velho.

Confrontemos estes documentos portugueses (n.ºs 25 a 30) com os estrangeiros relativos ao ano de 1469 (n.ºs 1 a 5):

- a) Em JAN ou FEV 1469 Colombo Velho, com oito navios, pilha navios venezianos no canal de Inglaterra (doc. n.º 1); o senado de Veneza admite que ele seja vice-almirante (doc. n.º 2) mas, a partir daqui, qualifica-o sempre de pirata e manifesta dúvidas quanto à sua nacionalidade.
- b) Em JUN 1469 está com oito navios no canal de Inglaterra à espera de venezianos (doc. n.º 3).

(31) Damião Peres, *O livro de recebimentos de 1470 da chancelaria da Câmara*, 1974, pp. XV, XVI, 4, 5.

(32) A. J. Dias Dinis, *Dois embaixadores de El-Rei D. Afonso V*, in *Itinerarium*, 1955.

- c) Também em JUN 1469 está na costa portuguesa (doc. n.º 25).
- d) Contra ele organiza-se uma armada em JUN ou JUL (docs. n.ºs 26, 27 e 28).
- e) Em fins de AGO ou princípios de SET está no canal de Inglaterra à espera de navios venezianos (doc. n.º 4).
- f) Nos primeiros dias de OUT ou mesmo nos fins de SET (porque Veneza recebeu a notícia em 23 OUT), com oito navios, ataca venezianos em águas portuguesas, isto é, perseguiu-os até cá (doc. n.º 5). E cá ficou, porque se organizou contra ele, de emergência, outra armada.

Todos os historiadores colombinos sabem que Colombo Velho esteve depois, em 1476, ao serviço do rei de Portugal, como veremos adiante. Mas essa prestação de serviços já remontava a 1470.

DOC. n.º 31 — Rol de despesas da Fazenda Real no período que medeia entre 1415 e 1473.

«...

Item armadas por mar 81 300 dobras

A saber:

O conde Dom Fernando a Bertholomeu 10 000 dobras
 E Dom Fernando de Castro a Saltes 9 000 dobras
 E Dom Afonso de Castro e Pero Falião contra os ingleses 12 000 dobras
 E Luís Mendes a mouros 2.500 dobras
 E Pero João escudeiro em nunca tal vi 1 500 dobras
 E o comendador-mor e Cide de Sousa a Guiné 2 000 dobras
 E Pedro João Cullão quatro vezes 22 000 dobras
 E Pero d'Albuquerque 2 500 dobras
 E Fernão Nunez Mascarenhas a Guiné 1 500 dobras
 E Pero d'Ataide ao cabo de Gué 800 dobras
 E pera armadas meudas pera cossaios que andão nesta costa 15 000 dobras
 E Diogo da Sylva à Canária 2 500 dobras

...»

Deste rol, redigido em 1474, porque nele se afirma «neste ano de 1474», e intitulado «Despezas que el Rey fez depois da tomada de Seita em espaço de cinquenta e oito annos», isto é, desde 1415 até 1473, existem quatro cópias: três na Biblioteca da Ajuda (fls. 477-490 do mss. 49-XII-17, fls. 235-264 do mss. 49-XII-19, e fls. 246-260 do mss. 51-VI-38) e uma na Biblioteca do Visconde da Trindade (fls. 28-40 do mss. «Dos registos dos reis de Portugal»). Jorge Faro,

que o publicou pela primeira vez em 1957(33), supõe que o colector do rol «consultou os registos de despesas e receitas da Fazenda Real, deles seleccionando as despesas extraordinárias — como hoje se diria — de 1415 a 1473, e transcrevendo as receitas e despesas de 1473».

«Pedro João Cullão» (Collom, Culam ou Coulão) não pode deixar de ser o corsário Colombo Velho. «Pedro João» é nome aporuguesado porque o corsário sempre foi dito «francês», isto é, ao serviço do rei de França ou navegando sob pavilhão francês, o que não implica essa nacionalidade. As quatro quantias que recebeu só podem situar-se entre os anos de 1470 e 1473 porque ele começou a actuar em 1469 e nesse ano atacou a navegação portuguesa.

Tentemos relacionar este documento com os anteriores:

- a) Em SET ou OUT 1469 o corsário Colombo ataca venezianos em águas portuguesas (doc. n.º 5). Depois, nos fins desse ano, o rei de Portugal organiza contra ele uma armada (doc. n.º 30). Em ABR 1470 Colombo prepara uma expedição contra venezianos (doc. n.º 6). Onde? Em França, porque a informação provém do embaixador de Veneza em França? Em JUN 1470, em armada conjunta com navios portugueses, apresa uma nau veneziana na Galiza; o senado de Veneza admite que seja português (doc. n.º 7). Em OUT 1471 o senado de Veneza pede ao rei de França salvo-condutos contra ele (doc. n.º 8) e nesse mesmo mês apresa uma nau genovesa dos mercadores Di Negro (doc. n.º 9). Onde? Talvez na Península Ibérica, porque os Di Negro estavam implantados em Lisboa e na Andaluzia. Em SET e OUT 1473 actua no Mediterrâneo (docs. n.ºs 11, 12, 13 e 14). O senado de Veneza chega a admitir que seja «homem do rei de Tunes» (doc. n.º 11). Este período (anos 1472/73) corresponde à única data possível da acção reivindicada por Cristóvão Colombo ao serviço de Renato de Anjou que o mandou de Marselha a Tunes atacar um navio do rei de Nápoles. Em DEZ 1473 ou JAN 1474 causa danos a mercadores genoveses residentes na Península Ibérica (doc. n.º 15). Em MAI 1474 o senado de Veneza escreve ao rei de Portugal exortando-o a providenciar contra

(33) Jorge Faro, Duas expedições enviadas à Guiné anteriormente a 1474 e custeadas pela Fazenda de D. Afonso V, in *Boletim cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XII, JAN 1957, n.º 45, pp. 71 e segs., e *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481* (subsídios documentais), 1965, pp. 55 e segs.

ele (doc. n.º 17); não se conhece o teor da carta mas Veneza não escreveu aos outros reis. Em 1 OUT 1474 apresou ao largo de Vivero (Galiza) dois navios do rei de Nápoles (doc. n.º 18). Em 1475 apresou uma nau do Papa, uma nau genovesa e mais 18 navios (doc. n.º 21). Onde? Pelo menos 7 desses navios são bascos, apresados no cabo de S. Vicente (doc. n.º 22).

- b) Entre 1470 e 1473 o corsário Colombo fez ao serviço do rei de Portugal, pelo menos, quatro expedições marítimas que custaram à Fazenda Real 22 mil dobras, à média de 5 a 6 mil cada, quantia significativa, maior que uma viagem ao cabo de Gué (800 dobras), à Guiné (1500 a 2000) ou às Canárias (2500).
- c) Em OUT 1471 o senado de Veneza mandou um embaixador a França pedir salvo-condutos para evitar os ataques de «Columbi pirate». Talvez por isso, admitem alguns autores, ele só voltou a atacar venezianos em OUT 1473 (doc. n.º 8). Mas já antes, em JUN 1470, ele apresou na Galiza, com portugueses, uma nau veneziana; o senado de Veneza admitiu então que seria português (doc. n.º 7). Durante todo o período que medeia entre JUN 1470 e OUT 1473 só se lhe conhece outra acção naval: contra uma nau genovesa dos mercadores Di Negro em OUT 1471 (doc. n.º 9). Um corsário tão «irrequieto» estaria inactivo tanto tempo? Sabe-se agora que não: fez ao serviço do rei de Portugal pelo menos quatro expedições marítimas. E poderá também ter servido Renato de Anjou, como diz Cristóvão Colombo. Um corsário chamado «Pedro João» (ou nome semelhante) que durante tanto tempo serviu o rei de Portugal, do qual recebeu quatro vezes quantias significativas, e que é referenciado na costa portuguesa ao longo de todo o período que medeia entre 1469 e 1476, pode ser Guillaume de Casenove, vice-almirante da Normandia? É evidente que não.
- d) Que missões poderão ter sido confiadas pelo rei de Portugal a Colombo Velho, o «terror dos mares», entre 1470 e 1473? As forças navais portuguesas estavam, então, orientadas em três frentes:

- 1.ª — Assalto à costa andaluza, desde 1468, que se estendeu depois à costa catalã.
- 2.ª — Assalto ao norte de África: tomadas de Arzila e Tânger em 1471.
- 3.ª — «Mare clausum» nos mares da Guiné.

A participação de Colombo Velho na guerra marítima contra a Espanha contribuiria para justificar as acções mencionadas nos seguintes documentos:

- DOC. n.º 7 — 19 JUL 1470: numa armada conjunta com navios portugueses, apresa um navio veneziano na Galiza. Não deve surpreender este acto de pirataria cometido à revelia da missão que lhe fora atribuída, porque em AGO 1476, veremos adiante, fará o mesmo: no comando de uma armada franco-portuguesa, destinada a atacar castelhanos, assalta navios comerciais genoveses.
- DOC. n.º 9 — 16 NOV 1471: apresa a nau «Negrona», dos mercadores Di Negro.
- DOCS. n.ºs 12 e 13 — 3 OUT e 7 NOV 1473: no Mediterrâneo, durante o assalto português aos mares da Catalunha, ataca a armada do rei de Aragão (as galeras do conde de Prades) e, como era seu hábito, navios comerciais venezianos.
- DOC. n.º 15 — 21 JAN 1474: causa danos a mercadores genoveses residentes na Península Ibérica.
- DOC. n.º 17 — 12 MAI 1474: o senado de Veneza escreve ao rei de Portugal exortando-o a providenciar contra «Columbum pyratam».
- DOC. n.º 22 — Fins de 1475: apresa 7 navios comerciais bascos no cabo de S. Vicente.
- DOC. n.º 23 — Fins de 1475: luta contra uma armada basca no porto da Corunha.

A presença de Cristóvão Colombo (com Colombo Velho) na tomada de Arzila em 1471, na qual participaram muitos estrangeiros, e o príncipe D. João (depois rei D. João II), com 16 anos, foi armado cavaleiro, contribuiria para justificar a «especial» amizade entre os dois, e uma atitude que tem intrigado os seus biógrafos e para a qual ainda não foi encontrada uma interpretação plausível. Em 1502 largou de Cádiz para a sua quarta e última viagem ao continente americano, e, diz Fernando Colombo: «...ao segundo dia fomos a Arzila para socorrer os portugueses que se dizia estarem muito apertados, mas quando chegámos já os mouros tinham levantado o cerco, pelo que o Almirante (Cristóvão Colombo) enviou o Adiantado, seu irmão Bartolomeu, e a mim, com os capitães dos navios a terra, para irmos visitar o capitão de Arzila que os mouros tinham ferido no assalto...».



*D. Afonso V em Arzila, pormenor das tapeçarias de Pastrana
(Igreja da Colegiada, Pastrana, Espanha)*

2. ANO DE 1476 (A BATALHA DO CABO DE S. VICENTE)

Em 13(?) AGO 1476 uma armada franco-portuguesa de, pelo menos, treze navios, comandada pelo corsário que temos vindo a mencionar, Colombo Velho, atacou no cabo de S. Vicente (ou entre este e o cabo de Santa Maria) quatro navios comerciais genoveses e um flamengo nos quais vinham uns mil marinheiros e mercadores de Génova e Savónia, também fortemente armados. Os genoveses eram : um de Gioffredo Spínola, um de Niccolò Spínola, um de Giovanni António Di Negro e um de Terramo Scharciafico, chamado «Scuarciáfica». O flamengo era a «Bechalla». Traziam salvo-conduto do rei de França mas (dizem as crónicas), com o pretexto de que a «Bechalla» arvorava pavilhão da Borgonha com quem a França andava em guerra, Colombo Velho decidiu atacar: abordou o de Niccolò Spínola, enquanto Pero de Ataíde (comandante dos portugueses), na «Lopiana», foi à «Scuarciáfica» e outros dois navios à «Bechalla»; os dois restantes genoveses conseguiram fugir e refugiar-se em Cádiz. Os sete navios (quatro agressores e três agredidos) ficaram todos aferrados, com arpés e cadeias de ferro, e lutou-se corpo a corpo até se declarar um incêndio que se propagou rapidamente e os naufragou a todos. Foi uma enorme mortandade: segundo as crónicas, talvez muito exageradas, teriam morrido cerca de 800 genoveses e savoneses, 500 franceses e 500 portugueses (34).

Os relatos desta batalha só foram conhecidos nos fins do século passado e colocaram uma grave questão aos mentores da versão oficial. Relacionando-os com os testemunhos de Cristóvão Colombo, Fernando e Las Casas seria forçoso concluir que o descobridor da América vinha na armada de Colombo Velho, naufragou e chegou a nado à costa. Mais: se era comandante de navio em 1472 ou 1473 (ao serviço de Renato de Anjou), também seria em 1476, isto é, comandaria um dos navios que atacou a «Bechalla». Ou seja, cometeu dois actos eticamente reprováveis segundo os conceitos morais do séc. XX: 1.º — Foi corsário; 2.º — Sendo genovês atacou genoveses. Se se pudesse defender o navegador teria resposta fácil: 1.º — O corso era, então, uma faina honrosa e prestigiada; 2.º — Não foi o responsável porque não era o comandante da armada. Mas a versão oficial enveredou por outra solução — negar tudo: não foi corsário, não participou na batalha e nunca navegou com o corsário Colombo Velho (que diz ser Guillaume de Casenove, mas não é — é Pedro João Colombo). A maioria dos autores modernos tenta ceder algo à tradição, à verdade incontestada durante

(34) Enrique de Gandia, *História de Cristóbal Colón*, Buenos Aires, 1942, pp. 142 e segs.; Charles Verlinden y F. Pérez Embid, *Christóbal Colón y el descubrimiento de América*, Madrid, 1967, p. 30.

três séculos: sim, Cristóvão participou na batalha mas vinha como passageiro na «Bechalla». Isto, depois de serem encontradas as listas dos tripulantes da «Bechalla» e dos outros navios assaltados, nas quais Cristóvão Colombo não consta.

Esta batalha constitui peça de inclusão obrigatória em toda a bibliografia colombina mas tem sido evitada pela historiografia portuguesa. Até as fontes cronísticas, mais propensas à exaltação de vitórias, são omissas — só Rui de Pina a menciona.

DOC. n.º 32 — D. Afonso V «...arribou em Lagos, onde Cullam famoso cossairo Francês, certificado já das amizades e alianças destes reinos com França, andando poderoso no mar, veio ali fazer reverença ao rei, que o recebeu com grande honra e mui graciosamente, e além do assinado serviço que o dito Cullam lhe tinha já feito, em ser em sua ajuda no descerco de Ceuta, quando então dos castelhanos e dos mouros fora juntamente cercada como se dirá, ainda ficou de concerto andar de armada em seu favor contra Castela para que se juntou com Pedro de Ataíde, fidalgo português, que com a nau grande que se dizia a Lopiana e com outros navios de mandado do rei andaram também de armada. Os quais todos logo de aí a poucos dias sendo o rei ...em França, ao cabo de S. Vicente aferraram quatro carracas de Génova e sendo já por força entrados em uma, se acendeu fogo em um barril de pólvora, em que deu um tiro de fogo, de que todas as naus e carracas que eram encadeadas arderam com mortes e perda de muita gente, em que o dito Pedro de Ataíde também morreu...» (35). Acenheiro só regista o encontro em Lagos : «E Culão cosairo se veio para ele (rei) a Lagos» (36).

Entendem-se o pudor e o laconismo dos cronistas: a armada franco-portuguesa assaltou navios comerciais genoveses, que eram súbditos do rei de França e estavam em boas relações diplomáticas com Portugal, e desviou-se da missão atribuída pelo rei que consistia em atacar castelhanos. As relações diplomáticas entre Portugal e Génova eram tão boas que ainda em FEV desse ano o corsário Álvaro Mendes sofrera um duro ataque da armada andaluza, no Estreito de Gibraltar, quando escoltava um navio genovês que trazia mercadorias para Lisboa (37).

(35) Rui de Pina, *ob. cit.*, t. I, p. 567.

(36) Cristóvão Rodrigues Acenheiro, *Crónicas dos senhores reis de Portugal*, in *Colecção de inéditos de história portuguesa*, vol. V, 1824, p. 274.

(37) M. Fernandes Costa, *As navegações atlânticas...* pp. 24, 25; Pérez Embid, *Los descubrimientos en el Atlántico...*, p. 203.

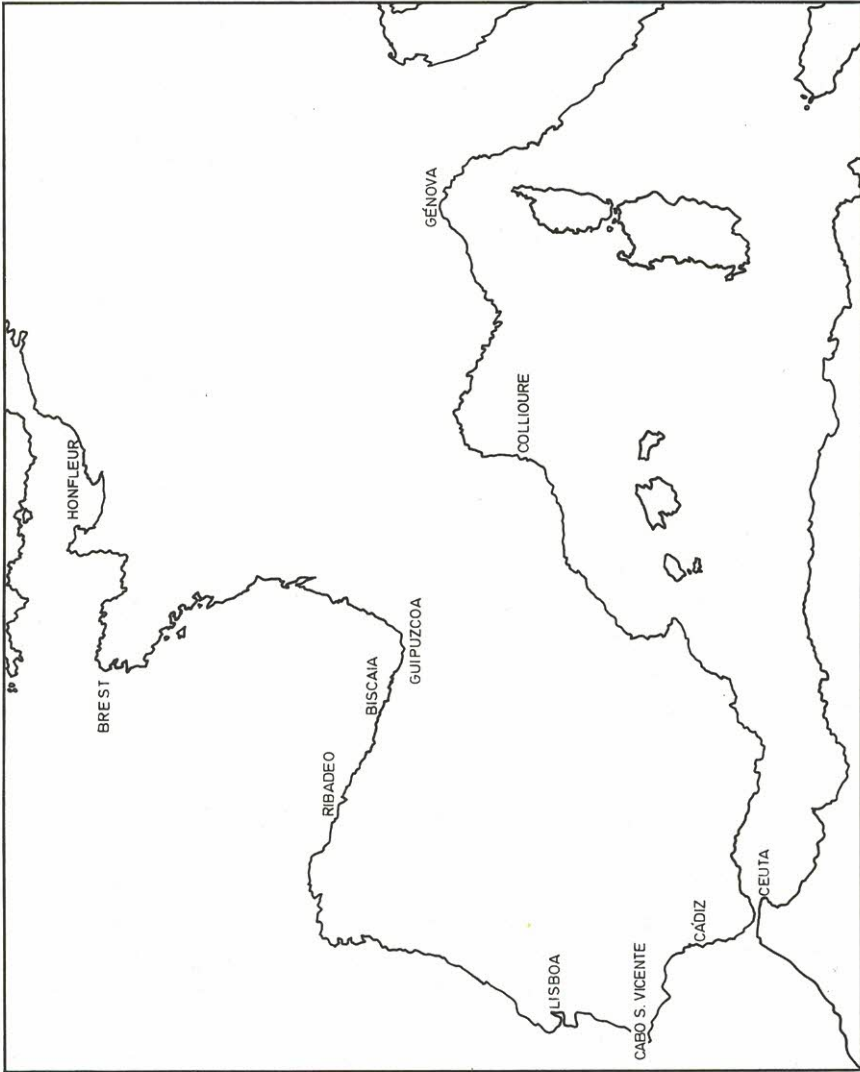
AS CIRCUNSTÂNCIAS

Vagando o trono de Castela, D. Afonso V apoiou a infanta D. Joana, sua sobrinha, pretendente ao trono, que era também reivindicado por Fernando de Aragão e Isabel de Castela, futuros Reis Católicos. Obteve do rei de França um apoio dúbio e pouco eficaz, pelo que, após a batalha de Toro (MAR 1476), resolveu ir pessoalmente a França falar com Luis XI. Conhece-se, por fontes portuguesas, o itinerário de D. Afonso V: de regresso da batalha de Toro chegou a Miranda do Douro a 12 JUN e mandou aprontar navios para a viagem; em JUL estava no Porto com a intenção de ir pelo Ponente (para norte) e mandou um embaixador avisar o rei de França da sua chegada; resolveu depois alterar a viagem, indo pelo Levante (Mediterrâneo), «porque pelo outro mar Oceano poderia de el rei D. Fernando receber maior contradição, por razão da frota da Galiza e Biscaia, com que seria mais poderoso», diz Rui de Pina (resolveu bem: Fernando de Aragão organizou uma «grossíssima» armada de 30 navios equipados pelas vilas bascas); estava ainda no Porto em 2 AGO e já em Lisboa em meados de AGO; a 27 AGO, em Lisboa, passou procuração ao príncipe D. João para governar o reino de Castela; ainda em AGO (entre 27 e 31) embarcou numa armada portuguesa de 22 navios e arribou a Lagos onde se encontrou com Cullam (Colombo Velho); seguiu para Ceuta e daqui para França. Entretanto, Colombo Velho e Pero de Ataíde largaram de Lagos e assaltaram os navios genoveses ainda em AGO, diz Rui de Pina (38). Isto é, as fontes portuguesas revelam à saciedade dois pormenores fundamentais: 1.º — D. Afonso V seguiu para França numa armada portuguesa; 2.º — A batalha travou-se nos últimos dias de AGO (entre 27 e 31).

A ACTIVIDADE DE COLOMBO VELHO EM 1476

Em apoio de D. Afonso V que invadira Castela o rei de França mandou (21 DEZ 1475) invadir a Biscaia e Guipuzcoa por terra e mar. Mais tarde (ABR 1476) deu ordem a Colombo Velho para armar 16(?) navios num porto da Normandia e reforçar as forças francesas que se encontravam em dificuldades; não são conhecidas as instruções dadas ao corsário. Colombo Velho entrou no porto de Brest em JUN, chegou a Bermeo no fim de JUN, perdeu um navio na Biscaia, seguiu para a Galiza e participou em JUL no ataque a Ribadeo onde

(38) Rui de Pina, *ob. cit.*, p. 567; Damião de Góis, *Crónica do príncipe D. João*, ed. 1950, p. 230; J. V. Serrão, *ob. cit.*, pp. 106 e segs.



sofreu muitas baixas (39). Nos fins de AGO encontrou-se com D. Afonso V em Lagos e participou na batalha ao largo do cabo de S. Vicente. Isto é: nada se sabe dele desde o ataque a Ribadeo (JUL) até ao encontro com o rei em Lagos (fins de AGO).

Até aos fins do século passado estes eventos só eram conhecidos através de Zurita (*Anales de la Corona de Aragón*, Zaragoza, 1610-1671), que escreveu um século e meio depois, é muito parcial e desconhecia o facto mais importante: a batalha do cabo de S. Vicente. Entre muitos outros erros afirma que D. Afonso V seguiu de Lisboa para França na armada de Colombo Velho. Em Zurita se baseou HARRISSE (40) e em HARRISSE se basearam quase todos os autores modernos que, assim, cometem o mesmo erro, já há muito reconhecido por PERAGALLO e VIGNAUD, entre outros (41).

No fim do século passado foram descobertos documentos italianos e espanhóis que relatam a batalha, dos quais só dois, espanhóis, registam a data (13 AGO): as crónicas dos contemporâneos Alonso de Palencia e Diego de Valera. A data não pode estar correcta porque D. Afonso V ainda estava em Lisboa em 27 AGO (nesse dia lavrou uma procuração) e encontrou-se com Colombo Velho em Lagos nos fins do mês (entre 27 e 31).

Vamos sumariar os documentos mais importantes.

DOCS. n.º 33 — 23 e 28 MAI 1476 — Cartas de Génova para o duque de Milão: mercadores que vieram de Bruges dizem que «Columbo» arma 16 navios para vir ao mar de Espanha fazer guerra aos inimigos do rei (estaria a armar em ABR ou princípios de MAI) (42).

DOC. n.º 34 — Crónica de Alonso de Palencia: «O rei Luis, vendo a situação precária dos seus, mandou o pirata Colón aparelhar para uma expedição marítima. O rei Fernando, por seu lado, procurou obter-lhe uma força naval e, apesar da penúria dos seus recursos, reuniu uma frota de 30 navios à cabeça da qual pôs Ladron de Guevara ... O pirata Colón estava sempre pronto. Tinha à sua disposição 13 grandes navios e grandes riquezas para o soldo das suas equipagens. Retirado no porto de Honfleur, como num covil dos mais seguros, lançava-se de tempos a tempos para a ruína comum dos navios que caíam nas suas mãos».

(39) J. V. Serrão, *ob. cit.*, p. 155.

(40) HARRISSE, *Les Colombo...*, p. 18.

(41) VIGNAUD, *Études critiques...* p. 151.

(42) HARRISSE, p. 87; Salvagnini, p. 199.

Quanto ao número de navios desta armada de Colombo Velho todos os autores oscilam entre 13 e 16. Não tinha sempre à sua disposição 13, como diz Palencia, porque em todos os documentos anteriores, desde 1469, aparece com um número variável entre 6 e 8; neste caso tinha mais porque, veremos a seguir, estaria com Jorge Grego.

DOC. n.º 35 — 26 JUL 1476 — De Génova para o duque de Milão: de Londres informam que «Columbo» entrou (em JUN) com 16 navios no porto de Brest e massacrou as tripulações de 4 navios espanhóis.

DOCS. n.º 36 — Fins de JUN 1476 — Crónicas de Palencia, Valera e Zurita: Colón (Colombo Velho) chegou a Bermeo, sofreu um temporal na Biscaia, durante o qual perdeu um navio, seguiu para a Galiza e participou no ataque a Ribadeo onde sofreu muitas baixas.

DOCS. n.º 37 — Quatro cartas do senado de Veneza: recebeu a notícia de que «Columbi» está «cum magnum numero navium» (25/26 JUL 1476); «Columbo et de uno altro ...Zorzi Greco ...cum potente armata» (1 AGO 1476); «Columbi» e Jorge Grego representam muito perigo (1 AGO 1476); «muito perigo se toda ou parte daquela armada viesse ao Estreito» (1 AGO 1476). O senado está apavorado (quatro cartas simultâneas sobre o mesmo assunto) e faz a distinção nítida entre Colombo Velho e «os outros» («Columbo et altri navilii armati de la maesta del re» (de França) (43). Não o apavora o número de navios (sulcavam os mares armadas superiores) mas a circunstância de se tratar de corsários com especial apetência por navios comerciais venezianos.

DOC. n.º 38 — 23 JUL 1476 — Alvará do príncipe D. João: «...Nos o princepe fazemos saber ...que nos emuyamos ora pero datayde fidalgo da nossa casa por capitam desta armada que hordenamos fazer por seruiço delRey meu senhor e nosso e bem destes Regnos e defemsam dos sobdictos e naturaees deles porem querendo nos fazer graça e mere a todolos omeziados que com o dicto pero dataide em a dicta armada Ouuerem de hir e forem a nos praz e queremos que ...sejam seguros de todo e quaesquer malefícios que cometidos tenham asi em esta cidade como em quaesquer outros lugares dos dictos Regnos ...somente nos navios em que o dicto pero datayde vay e bem asi demtro nas casas em que ora pousa o dicto pero dataide a sam nycolao das quaees nom sairom salluo

(43) HARRISSE, p. 87; SALVAGNINI, pp. 152, 200 a 202.

quando se ouerem de hir meter em o dicto nauyo...». Isto é: o príncipe D. João nomeia Pero de Ataíde comandante desta armada «que ordenamos fazer para serviço do rei e nosso e bem destes reinos e defensão dos súbditos e naturais deles», e indulta os presos de delito comum que nela queiram embarcar; os homiziados por crimes de morte, causada de propósito, em Lisboa ou até cinco léguas em redor, só ficam protegidos pelo seguro a bordo dos navios e nas casas que Pero de Ataíde tem em Lisboa, a S. Nicolau, de onde seguirão directamente para bordo (44).

É uma armada organizada de urgência para um fim específico: «defensão dos reinos e dos súbditos e naturais deles». Não se destina a levar o rei para França. Qual era a urgência? Veremos, adiante, que era o «descerco» de Ceuta. Depois do «descerco» Pero de Ataíde arribou a Lagos e seguiu com Colombo Velho para a batalha do cabo de S. Vicente.

DOCS. n.º 39 — O «descerco» de Ceuta. Rui de Pina diz (doc. n.º. 32) que Cullam (Colombo Velho) se encontrou com D. Afonso V em Lagos e, «além do assinado serviço que o dito Cullam lhe tinha já feito, em ser em sua ajuda no descerco de Ceuta, quando então dos castelhanos e dos mouros fora juntamente cercada ...ainda ficou de concerto andar darmada em seu favor contra Castela para que se juntou com Pedro de Ataíde...». Poucas linhas adiante menciona o cerco. Também Acenheiro: de Lagos o rei foi a Ceuta «que havia pouco que fora cercada dos castelhanos pela almina e pelos mouros da parte de terra» (45). Também Alonso de Palencia, cronista espanhol contemporâneo e digno de crédito: Colón encontrou-se com D. Afonso V em Lagos, disse-lhe que vinha do «descerco» de Ceuta e era sua intenção correr as costas da Andaluzia até Gibraltar para atacar todos os navios inimigos (46). Também Diego de Valera, cronista espanhol contemporâneo, mas muito parcial: no mês de Maio de 1476 um mouro santo «andovo apellidando la tierra, e juntó infinitas gentes e vino sobre la cibdad de Ceuta ...E como los portugueses que la çibdad defendían se viesen en tan grand peligro, enbiaron rogar a los castellanos, que en las naos de armada estavan, los quisiesen socorrer contra los enemigos de la fee...». Valera confirma o «descerco» embora minta propositadamente para não afirmar que os castelhanos estiveram ao lado dos «inimigos da fé» contra os portugueses (47).

(44) J. A. Iria, *ob. cit.*, p. 70.

(45) Acenheiro, *ob. cit.*, p. 274; Jerónimo de Mascarenhas, *História de la ciudad de Ceuta*, 1918, p. 252.

(46) Vignaud, pp. 154, 155.

(47) Mosén Diego de Valera, *ob. cit.*, p. 86.

Não resta qualquer dúvida sobre este assunto: Ceuta foi cercada por castelhanos (enviados pelo duque de Medina Celi) e mouros em AGO 1476, antes da batalha do cabo de S. Vicente, e Colombo Velho participou no «descerco». Isto é dito por várias fontes insuspeitas, incluindo Rui de Pina e Palencia, o cronista português e o cronista espanhol, contemporâneos, mais dignos de crédito. Ninguém colocou qualquer objecção. Mas nenhum historiador colombino (nem HARRISSE, nem Salvagnini, nem Roncière, nem Vignaud, nem qualquer outro) menciona a participação de Colombo Velho no «descerco», embora a conheçam, através de transcrições, que publicam nas suas obras, dos relatos de Rui de Pina e Palencia (48). Não mencionam por uma razão muito simples — não podem. Porque reconhecer que ele participou no «descerco», seria reconhecer que ele não pode ser o vice-almirante francês Casenove. Com efeito, o «descerco» é a única notícia que temos de Colombo Velho desde o ataque a Ribadeo, em fins de JUN ou princípios de JUL (doc. n.º 36), até ao encontro com o rei em Lagos, em fins de AGO. O vice-almirante da Normandia poderia chegar a Portugal em princípios ou meados de JUL, ir ao «descerco» de Ceuta em AGO, encontrar-se com o rei de Portugal em fins de AGO e acordar com ele ficar ao serviço de Portugal contra castelhanos? E, para maior desafio, atacar depois navios comerciais genoveses, súbditos do rei de França? É evidente que não.

DOCS. n.º 40 — A batalha do cabo de S. Vicente segundo as crónicas espanholas (Diego de Valera e Alonso de Palencia).

Diz Diego de Valera: «Del caso acaesçido al capitán de la flota francesa, llamado Colón, en el cabo de Santa María, que es a treynta seis leguas de la çibdad de Cádiz ... Colón, capitán de la flota del rey de Francia, fizo vela del río de Lisboa con catorze naos muy gruesas, en que se afirma que el rey don Alonso de Portugal avía mandado meter en esta flota seis mil hombres los más escogidos que él pudo aver, allende la gente francesa que en ella venía, con yntençión de destruir todos los puertos del Andalucía. Lo qual pudiera ligeramente acabar, si Nuestro Señor miraglosamente no lo remediara. ... el domingo ... diez de agosto ... (de 1476) ... fizieron vela de la vaya de Cádiz tres gruesas carracas ginobesas, e una hurca e una galeça...», que no dia 12, no cabo de Santa Maria, encontraram a armada franco-portuguesa. Descreve depois a batalha: «el fuego miraglosamente tan presto se esforçó», que 8 navios aferrados (5 franceses e 3 genoveses) se afundaram com perda de quase todos os tripulantes,

(48) Vignaud, p. 152; Roncière, p. 371; HARRISSE, p. 33.

e «las nueve naos francesas que escaparon de la batalla recibiesen ynfinito daño, e afirmase en esta jornada ser la mayor parte portugueses».

A parcialidade de Diego de Valera manifesta-se também logo na frase seguinte: «En este tiempo ovo muchos recuentros, así por mar como por tierra, entre castellanos e portugueses, en que sienpre los portugueses fueron vençidos e desbaratados» (49).

O relato de Palencia («De Magno Conflictu Colonis Ianuensium que in Mare Gaditano») é muito semelhante (50).

Os dois cronistas situam a batalha no cabo de Santa Maria, contrariando Rui de Pina e os documentos italianos. É uma diferença irrelevante porque se sabe que os náufragos foram recolhidos em Lagos: a batalha ter-se-á travado entre os dois cabos, ao largo de Lagos.

DOC. n.º 41 — 7 OUT 1476 — Carta de Génova para o duque de Milão: D. Afonso V chegou ao Mediterrâneo e na Biscaia prepara-se uma armada para perseguir Colombo Velho. Esta informação é muito tardia por dois motivos: 1.º — sabe-se que D. Afonso V chegou a França (Collioure) antes de 15 SET; 2.º — a armada de Ladron de Guevara, equipada pelas vilas bascas (doc. n.º 34), largou para o mar em meados de AGO: em carta de 10 AGO Fernando de Aragão comunica ao pai, João II, que alguns navios da armada já estão fora da barra (51).

Ou seja: o rei de França mandou Colombo Velho aparelhar em ABR e Fernando de Aragão só respondeu com a armada basca quatro meses depois.

DOCS. n.º 42 — 5 e 7 SET 1476 — Cartas de Fernando de Aragão, em Vitória, para Diego de Valera: soube da batalha do cabo de S. Vicente, manda aparelhar na Andaluzia uma armada e transferir a de Ladron de Guevara para a Andaluzia. Isto é: perante o perigo constituído pela armada franco-portuguesa que se propunha atacar navios castelhanos, o rei manda contra ela duas armadas. Estas cartas demonstram que o rei, em Vitória, soube da batalha em 5 SET, e portanto ela não pode ter ocorrido em 13 AGO, porque directamente de Lagos (onde desembarcaram os náufragos) ou através de Cádiz (para onde fugiram dois navios genoveses) uma notícia tão importante não poderia demorar mais de uma semana a chegar ao rei (52).

(49) Diego de Valera, *ob. cit.*, pp. 77, 78.

(50) Salvagnini, p. 152.

(51) Salvagnini, p. 204.

(52) A. Ballesteros Beretta, *ob. cit.*, t. IV, p. 275.

DOCS. n.º 43 — Cartas de Savónia e Génova a 14 e 17 SET 1476 — Noticiam e relatam o ataque de «Coron corsaro» (ou «Columbum» ou «Columbus») no cabo de S. Vicente. Uma notícia tão dramática (teriam morrido mais de 800 genoveses e savoneses) chegou a Savónia a 14 SET e a Génova a 17 SET, isto é, a batalha não pode ser de 13 AGO, um mês antes (53).

DOC. n.º 44 — 25 SET 1476 — Fernando de Aragão pede à cidade de Sevilha para avisar Ladron de Guevara de que deve atacar ou pelo menos avistar a armada portuguesa que conduz D. Afonso V a França. É uma ordem tardia: o comandante da armada basca não a podia cumprir porque D. Afonso V chegou a França em meados de SET (54).

DOC. n.º 45 — 10 OUT 1476 — Ordem à armada de Ladron de Guevara, em Baiona (Galiza), para sair contra «Colom, capitão francês» (55).

DOC. n.º 46 — 2 NOV 1476 — Ordem de Fernando de Aragão ao corregedor das Astúrias para os concelhos fornecerem à armada de Ladron de Guevara os mantimentos necessários (56).

Ladron de Guevara foi muito célere na ida para a Andaluzia e ainda mais célere no regresso: em 10 OUT já estava na Galiza. Não queria mesmo encontrar navios portugueses ou franceses. Diego de Valera, uma vez mais, mente positivamente: «Colón (Colombo Velho) foi levar D. Afonso V a França e voltou à Galiza para se vingar dos agravos lá sofridos mas, com receio da armada de Ladron de Guevara, fugiu para Honfleur» (57). Colombo Velho nem levou D. Afonso V a França, nem regressou à Galiza, nem fugiu para Honfleur — após a batalha seguiu para o Mediterrâneo. Os outros autores espanhóis reconhecem que a armada de Ladron de Guevara foi um fracasso. Palencia é muito crítico: «... Así se disolvió repentinamente la armada vascongada, no por naufragio ni por combate, sino por la decisión del jefe, que ni supo ni quiso emplear oportunamente los recursos de sesenta días en alguna empresa gloriosa, cuando manifestamente las fuerzas enemigas se hallaban quebrantadas por varios desastres, y los vascongados, entonces poderosos, no tenían que temer ningún ataque de armadas francesas o portuguesas» (58).

(53) Salvagnini, pp. 202, 203.

(54) J. Silva Marques, *ob. cit.*, vol. III, p. 169.

(55) Altolaguirre, *ob. cit.*, p. 17.

(56) Modesto Sarasola, *ob. cit.*, p. 148.

(57) Diego de Valera, *ob. cit.*, pp. 88 a 90.

(58) Sarasola, *ob. cit.*, p. 148.